



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
RELIGIÃO
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO**

JOSÉ JAIRO SANTOS LIMA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO RELIGIOSO:
PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL
SÃO CRISTOVÃO, SERGIPE.**

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2023**

JOSÉ JAIRO SANTOS LIMA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO RELIGIOSO:
PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL
SÃO CRISTOVÃO, SERGIPE.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Luís Américo Silva Bonfim

**SÃO CRISTÓVÃO-SE
2023**

JOSÉ JAIRO SANTOS LIMA

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

L732e Lima, José Jairo Santos
Educação patrimonial e ensino religioso : projeto de intervenção
na Escola Municipal São Cristóvão, Sergipe / José Jairo Santos
Lima ; orientador Luiz Américo Silva Bonfim. – São Cristóvão, SE,
2023.
130 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências da Religião) –
Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Religião - São Cristóvão (SE). 2. Ensino religioso. 3. Religião
nas escolas públicas. 4. Patrimônio cultural - São Cristóvão (SE). 5.
Memória coletiva. 6. Identidade social. I. Bonfim, Luiz Américo Silva,
orient. II. Título.

CDU 2-472:726(813.7)

JOSÉ JAIRO SANTOS LIMA

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO RELIGIOSO:
Projeto de Intervenção na Escola Municipal São Cristóvão, Sergipe**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião.

APROVADA EM: 05 de julho de 2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Américo Silva Bonfim (UFS)
(Orientador)

Prof. Dr. Marcos Vinícius de Freitas Reis (UFS)
(1º Examinador/Membro Interno)

Prof. Dr. Dr. Lusival Antônio Barcellos (UFPB)
(2º Examinador/Membro Externo)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida, e por estar sempre ao meu lado, e nunca me desamparar. À minha mãe Assis, por sempre acreditar em mim. E aos bons espíritos de luz.

AGRADECIMENTOS

Difícil exprimir em palavras os agradecimentos pelas pessoas que, de alguma maneira, contribuíram para que este caminhar acadêmico se concretizasse.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, todo-poderoso criador do universo, ao meu senhor dos passos por essa graça alcançada em minha vida. Aos meus amigos espirituais que me intuíram e tranquilizaram em todos os momentos, a todos os seres universais, a força da Lua, Terra, Sol e Ar, por fomentar todo o meu ser.

Aos meus pais José Jairo e Maria de Assis que sempre foram exemplo de honestidade, força e luta em busca de uma vida melhor. Em especial a minha mãe que me apoiou em todos os passos, essa vitória também é sua!

Agradeço ao meu irmão, João Gervalino pela amizade, companheirismo, pelos sonhos compartilhados e pelas conversas em que pude comentar minhas jornadas e conquistas.

Agradeço a Eron pelo apoio e carinho.

Aos amigos companheiros deste curso, agradeço pelos conhecimentos compartilhados, pelas risadas e desabafos.

Agradeço aos professores pelos conhecimentos transmitidos, pelo apoio e determinação para o sucesso deste programa de mestrado.

Agradeço aos professores que tive ao longo de minha vida, principalmente meu orientador Luís Américo Silva Bonfim, que prontamente aceitou ser meu orientador e desde então contribuiu significativamente não só para este estudo, mas para a aquisição de novos conhecimentos fundamentais para minha formação acadêmica.

Aos amigos Carla Rocha, Carlos Augusto, Dirce, entre outros tão especiais que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando nesta jornada. A amizade de vocês tem sido meu alicerce.

Agradeço ao meu amigo e coordenador Gilmar Chagas pela compreensão, força e incentivo pela minha caminhada acadêmica.

Agradeço aos docentes e discentes da Escola São Cristóvão, em especial às professoras Amanda, Luzia e Roselaine, pela força e comprometimento com a pesquisa.

Agradeço aos meus alunos que me fizeram e faz refletir enquanto pessoa, profissional e educador.

Enfim, são muitas pessoas para agradecer, e muitos momentos importantes para serem lembrados. Felicidade é poder seguir em frente tendo a certeza do apoio e do amor de todos vocês.

RESUMO

A presente dissertação intitulada como “Educação Patrimonial e Ensino Religioso: Projeto de intervenção na Escola Municipal São Cristóvão, Sergipe”, teve como objetivo geral a execução de um plano de ações e estratégias de educação patrimonial que abordassem o vasto patrimônio cultural religioso de São Cristóvão-SE na consolidação da experiência do ensino religioso na Escola Municipal São Cristóvão. Essa pesquisa utilizou o método dedutivo para o desenvolvimento, tratou-se de um estudo exploratório e descritivo, de abordagem qualitativa, que fez uso dos procedimentos técnicos que envolveram: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica e participante. A utilização da pesquisa bibliográfica foi construída por contribuições de autores renomados em cada área pesquisada e citada, o instrumento de coleta de dados utilizado neste trabalho foi o questionário e observação. No campo empírico foi desenvolvido um projeto de intervenção na Escola Municipal São Cristóvão, instituição onde aconteceu o projeto. Diante dos resultados e discussões, foi compreendido que um estudo mais detalhado sobre a educação patrimonial, que levasse em conta o conjunto patrimonial cultural religioso dessa cidade, poderia contribuir para a criação do suporte teórico-conceitual e prático para os professores de educação patrimonial e ensino religioso e outros componentes curriculares que de forma interdisciplinar, estivessem interligados pela necessidade de ações estratégicas educacionais. Logo, foi pertinente o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial na construção de materiais didáticos, seja em ambiente escolar, de memória e sociedade, que auxiliassem na disseminação de práticas de preservação, valorização e informação a respeito do patrimônio cultural material e imaterial religioso.

Palavras-chave: Educação; Patrimônio; Identidade Cultural; Memória; Saber Local.

ABSTRACT

This dissertation entitled Heritage Education and Religious Education: Intervention Project at the São Cristóvão, Sergipe Municipal School, which had as its general objective the execution of an action plan and heritage education strategies that addressed the vast religious cultural heritage of São Cristóvão-SE in consolidating the experience of religious teaching at the São Cristóvão Municipal School. This research used the deductive method for development, it was an exploratory and descriptive study, with a qualitative approach, which made use of the technical procedures that involved: bibliographic research, empirical research and participant. The use of bibliographic research was built by contributions from renowned authors in each researched and cited area, the data collection instrument used in this work was the questionnaire and observation. In the empirical field, an intervention project was developed at Escola Municipal São Cristóvão, the institution where the project took place. In view of the results and discussions, it was understood that a more detailed study on heritage education, which took into account the cultural and religious heritage of this city, could contribute to the creation of theoretical-conceptual and practical support for teachers of heritage education and teaching religious and other curricular components that, in an interdisciplinary way, were interconnected by the need for strategic educational actions. Therefore, the development of Heritage Education actions in the construction of didactic materials, whether in a school, memory and society environment, (which would help in the dissemination of practices of preservation, appreciation and information regarding material and immaterial religious cultural heritage).

Keywords: Education; Heritage; Cultural Identity; Memory; Local Knowledge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização de Sergipe	60
Figura 2: Localização de São Cristóvão.....	60
Figura 3: Localização de São Cristóvão-SE.....	61
Figura 4: Praça São Francisco em São Cristóvão (SE)	62
Figura 5: A Igreja e Convento de Santa Cruz, ou São Francisco, também abriga o Museu de Arte Sacra, o primeiro monumento tombado pelo IPHAN no Estado de Sergipe em 1941.	63
Figura 6: Matriz de Nossa Senhora da Vitória	63
Figura 7: Igreja do Rosário dos Homens.....	64
Figura 8: Conjunto Carmelita (incluindo a Igreja e Mosteiro do Carmo, e a Igreja da Ordem Terceira, mais conhecida como Igreja de Nosso Senhor dos Passos)	64
Figura 9: Antiga Santa Casa de Misericórdia, hoje conhecida como Lar Imaculada Conceição	65
Figura 10: Igreja do Amparo dos Homens Pardos	65
Figura 11: Biscoito Bricelet	67
Figura 12: Multidão de fiéis aglomerados na Praça São Francisco, o encontro entre o Patrimônio Material e Imaterial, São Cristóvão-SE	69
Figura 13: Museu dos Ex-votos dos devotos do Senhor dos Passos, São Cristóvão-SE	70
Figura 14: Produção popular católica de tapetes para celebrar a data de Corpus Christi	70
Figura 15: Palestra sobre a visão de mundo para o povo ioruba e de aula da língua ioruba, realizadas no terreiro de candomblé Alaroke (Ilé Asé Alaroke Babá Ajagunan), localizado próximo à entrada de São Cristóvão-SE, realizadas em 20/11/2021, dia da Consciência Negra	71
Figura 16: Encontro de Formação com Docentes	87
Figura 17: Formação Docente	88
Figura 18: Visitação técnica ao Centro Histórico de São Cristóvão-Sergipe.....	89
Figura 19: Visita ao Museu do Ex-votos.....	89
Figura 20: Maquetes sobre Patrimônio Cultural Religioso	90
Figura 21: Alunos apresentando trabalho sobre Educação Patrimonial.....	90

ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE - Associação Brasileira de Educação.

ABESC - Associação Brasileira de Escolas de Ensino Superior.

AEC - Associação de Educação Católica.

CEE-Conselho Estadual de Educação

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CRB - Conferência dos Religiosos do Brasil.

FONAPER-Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

IPFER - Instituto de Pesquisa e Formação de Educação e Religião Brasil.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

PCNS - Parâmetros Curriculares Nacionais.

SEED - Secretaria de Estado da Educação.

TTE - Temas Transversais da Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	16
1.1 ENSINO RELIGIOSO E LEGISLAÇÕES	16
1.2 ENSINO RELIGIOSO EM SERGIPE	23
1.3 ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO-SE.....	28
1.4 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	30
1.5 A EDUCAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988	32
2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SUAS BASES E SENTIDOS	37
2.1 REVISITANDO A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO	38
2.2 CONCEITOS DE PATRIMÔNIO.....	40
2.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.....	49
2.4 MEMÓRIA SOCIAL.....	53
2.5 REVELANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO CRISTÓVÃO-SE	60
3 PERCURSO METODOLÓGICO E EMPÍRICO DA DISSERTAÇÃO.....	74
3.1 INTERDISCIPLINARIDADE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR.....	79
3.2 PRÁTICAS E POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	81
3.3 PROJETO DE INTERVENÇÃO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO-SE	85
3.4 PERCURSO METODOLÓGICO DESENVOLVIDO NO AMBIENTE ESCOLAR	86
4 RESULTADOS E ANÁLISE.....	92
CONCLUSÃO.....	103
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE A – APOSTILA PARA CORPO DOCENTE.....	115
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO	126
APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO DOS EDUCADORES.....	127
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS	129

INTRODUÇÃO

Ensinar é arriscar-se na tentativa de mostrar que cada ação humana no mundo está dentro de uma totalidade temporal e espacial específica que de alguma maneira intervêm nas nossas ações individuais. Essa forma de enxergar a realidade não traz explicações concretas, mas é subsídio que fornece meios para que seja possível aprender a cultivar a consciência do por que somos e quem somos.

Nesse sentido o pensar é um caminho mais libertador que existe para o ser humano, principalmente quando essas tempestades de ideias geram no homem uma inquietude, medo, vontade de fazer algo diferente, novo que possa de alguma forma tocar no outro. A partir daí nasceu um enorme desejo de fazer mestrado. Um sonho que se manteve guardado desde a conclusão da graduação em História, em 2017.

Durante o processo da graduação, o estágio no Museu histórico de Sergipe, localizado em São Cristóvão, foi de grande relevância já que permitiu ter contato com obras, manifestações, pessoas e principalmente reflexões de como é importante preservar, entender, conhecer e fortalecer nossa ideia de pertencimento e memória. Em adição, a iniciação científica de forma voluntária abriu portas para o mundo da pesquisa acadêmica, pois resultou no trabalho intitulado como “Ação de preservação da memória histórica: a importância dos arquivos escolares”. Posteriormente foram realizadas outras publicações sobre a Festa do Senhor dos Passos de São Cristóvão-SE.

No início de 2017 foi dado início à carreira docente como professor de História, Arte e Ensino Religioso da rede particular de Aracaju. Durante a jornada foi observado que faltavam materiais adequados para trabalhar componentes curriculares que valorizassem a história, arte e manifestações religiosas locais. Ao iniciar o estudo no programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe, foi possível notar uma identificação com o programa, e a partir daí foi realizada uma busca de recursos e informações para serem desenvolvidas em sala de aula.

Enquanto pesquisador, foi iniciado a produção de material apropriado para o uso de professores e alunos que valorizasse o patrimônio cultural material e imaterial religioso de São Cristóvão dentro da experiência em sala de aula. Seguindo a mesma linha de raciocínio, é pertinente a preocupação acadêmica e pedagógica em trabalhar, na educação

escolar, o “patrimônio cultural religioso”, que se torna fundamental para uma educação de qualidade na formação do sujeito, contribuindo com as ações pedagógicas do ensino religioso a diversidade de espaços como importantes instrumentos educativos. Portanto, o Patrimônio Cultural, que abrange todos os bens de natureza material e imaterial que façam referência à identidade e à memória de uma sociedade em particular é, na atualidade, um importante instrumento pedagógico, formal ou não-formal que contribui para o exercício da cidadania.

A Educação Patrimonial oferece aos docentes o juízo sobre a importância do patrimônio e de aspectos culturais do município como referências para educação patrimonial religiosa, como esclarecido na BNCC, no sentido de “conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas” (BNCC, 2017, p. 201). Ou seja, o currículo base da educação oferta para o componente curricular do ensino religioso orientações pedagógicas para conservação e valorização do patrimônio cultural.

Entretanto, é relevante nesta pesquisa acadêmica o patrimônio cultural religioso como recurso pedagógico na Educação patrimonial. A educação para a cidadania não é exercida em abstrato, ela depende de suportes materiais e identitários tangíveis, concretos e por isso é preciso delimitar um universo específico que foi estudado na dissertação. Com recorte empírico a opção recaiu sobre a Escola Municipal São Cristóvão, localizada na cidade de São Cristóvão-SE, uma vez que, a partir dela, convergem e se irradiam várias questões relativas ao patrimônio cultural religioso.

Entende-se que um estudo mais detalhado sobre a educação patrimonial, que leve em consideração o conjunto patrimonial cultural religioso dessa cidade, possa contribuir para a criação do suporte teórico-conceitual e prático para os professores de educação patrimonial e ensino religioso e outros componentes curriculares que de forma interdisciplinar, estejam interligados pela necessidade de ações estratégicas educacionais. É por meio do universo de questões acima delineadas e o campo de estudo já demarcado que se coloca a questão problema da pesquisa: Como as estratégias da educação patrimonial podem abordar o vasto patrimônio cultural religioso de São Cristóvão-SE na consolidação da experiência do ensino religioso na Escola Municipal São Cristóvão, Sergipe?

Portanto, este trabalho tem como objetivo geral planejar e executar um plano de ações e estratégias sobre educação patrimonial que abordasse o vasto patrimônio cultural

religioso do município de São Cristóvão-SE, bem como a consolidação da experiência do ensino religioso na Escola Municipal São Cristóvão. Já os objetivos específicos se constituíram em:

- a) Identificar o patrimônio cultural religioso do município de São Cristóvão- SE;
- b) Relacionar história local, memória e educação patrimonial;
- c) Apresentar estratégias e metodologias educacionais que permitam o fortalecimento e valorização do patrimônio cultural religioso de São Cristóvão SE.

Diante do exposto, esta tarefa se justifica pela necessidade, dentro do campo acadêmico e pela relevância científica, em construir um referencial teórico e metodológico sobre as estratégias da educação patrimonial abordando o patrimônio cultural material e imaterial religioso de São Cristóvão-SE, uma cidade histórica multissecular, marco da história da colonização portuguesa no Brasil, história que deixou marcas indeléveis na cidade através do seu patrimônio cultural material religioso. Apesar dessa importância histórica e cultural da cidade, percebe-se que em termos científicos não houve pesquisas referente a esse objeto. Por conseguinte, o trabalho mostrará como o estudo do tema poderá ter valia na área das Ciências da Religião, contribuindo com a discussão e o desenvolvimento do conhecimento na interface da educação patrimonial e do ensino religioso, além de valorizar a cultura e a educação do município, colaborando em relação ao fortalecimento do sentimento de identificação do povo são-cristovense com a sua cidade.

O presente estudo justifica-se socialmente pela valorização da identidade, memória e ações educacionais do patrimônio cultural religioso de São Cristóvão-SE, em suma, almeja contribuir para novas pesquisas, não somente em São Cristóvão-Sergipe, mas em outros municípios e regiões. Além de tudo, servir de inspiração e referência para a comunidade escolar e acadêmica, pois conhecer e identificar o patrimônio cultural material e imaterial religioso, deve ser um hábito de todos, tanto da esfera pública como da sociedade em geral. Aproveitando as riquezas encontradas em São Cristóvão-SE que apresenta características históricas e culturais desde sua formação até o tempo atual, considerada monumento nacional, quarta cidade mais antiga do país e que carrega consigo o título de primeira capital de Sergipe, fundada por Cristóvão de Barros em primeiro de janeiro de 1590, durante o período conhecido como União Ibérica, o qual tinha a frente do

comando da colônia Felipe II rei da Espanha. O município de São Cristóvão apresenta, desde a fase colonial, alguns edifícios históricos e tradições, como também as romarias e as festas religiosas. Dentre elas a festa de Nosso Senhor dos Passos, por exemplo, que cada ano que passa atrai fiéis de vários estados do Brasil.

No aspecto da relevância pessoal, a pesquisa é fundamental para o desenvolvimento intelectual do pesquisador, sob a ótica das Ciências da Religião diante das perspectivas, vivências e oportunidades que o patrimônio pode gerar de desenvolvimento para a população da cidade. Ao longo da trajetória profissional e pessoal do pesquisador, sempre houve a preocupação com a preservação de bens culturais, principalmente com os materiais e imateriais, mas, ao mesmo tempo, como professor, sentia-se o despreparo e a desinformação sobre o que é patrimônio cultural e como poderia trabalhar esse tema em sala de aula com os estudantes e contribuir para o currículo do ensino religioso do município, bem como pensar em uma propositura de metodologia de pesquisa que chegasse ao produto final da minha pesquisa de mestrado intitulado como “Educação Patrimonial e Ensino Religioso: Projeto de intervenção na Escola Municipal São Cristóvão, Sergipe”.

Esta dissertação baseia-se numa abordagem qualitativa que, conforme Godoy (1995, p. 58), engloba “[...] a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada”. Quanto à sua natureza, caracteriza-se pela pesquisa aplicada, visto que Lakatos; Marconi (2003, p. 160) afirma “[...] estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade”, quanto aos objetivos, se caracteriza por ser do tipo exploratório e descritivo. Quanto aos procedimentos técnicos deste estudo envolverá: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica do tipo participante. Para melhor compreender e facilitar a leitura, a dissertação está organizada em quartos capítulos.

No primeiro capítulo é apresentado um caminho sobre o Ensino Religioso no currículo escolar brasileiro, em que será abordado o processo histórico de inserção do Ensino Religioso enquanto disciplina e componente curricular autônomo, como também exposição sobre a legislação – leis, decretos e diretrizes – que fornecem a identidade legal do Ensino Religioso no Brasil, Sergipe e no município de São Cristóvão e seu tratamento na BNCC. Através das contribuições de autores como: Greschat (2005), Ranquetat Jr. (2007), Marcos (2010), Fischmann (2016), Fonaper (2009), Gasparin (2005), Barcellos,

Aquino e Ferreira (2020), Junqueira (2018), Eliade (2010), BNCC (2018), Habermas (2012,) e outros, foi possível explicar o entendimento literário científico sobre o percurso do ensino religioso.

No segundo capítulo desenvolve-se a fundamentação acerca dos conceitos sobre Patrimônio Cultural, Cultura e Memória e Educação Patrimonial. Os princípios elencados apresentam entendimentos embasados nas contribuições de autores como: Alba (2014), Aragão (2019), Azevedo (2010), Castriota (2009), Bezerra (2006), Chagas (2006), Colebrook (2018), Fernandes (2010), Fonseca (1996), Funari (2009), Gravari-Barbas (2014), Horta, Gruberg e Monteiro (1999), Halbwachs (2006), Rodrigues (2012), Lima (2017), Ribeiro (2007), Soares e Martins (2014), Peralta (2007), Bandeira (2000), Risério (2010), Oliveira (2019), Martins (2011), Tolentino (2012), Villas Bôas (2015), Fonseca (1996). No último tópico revelo o patrimônio cultural material e imaterial do município de São Cristóvão-SE.

Já o terceiro capítulo trata sobre o percurso metodológico desta pesquisa, explicando cada passo de construção e desenvolvimento acerca da metodologia, como também as estratégias de Interpretação do Patrimônio aplicadas à Educação Patrimonial como recurso para o Ensino Religioso no município de São Cristóvão-SE, apresentando as práticas e potencialidades da educação.

No quarto capítulo são apresentadas as análises e discussões a partir dos resultados obtidos com a experiência do projeto de intervenção e aplicação de questionários, ressaltando a importância da ação estratégica da educação patrimonial, valorizando o patrimônio cultural material e imaterial religioso observado em São Cristóvão-SE, o que auxilia para uma educação que valoriza a sua cidade e reconhece seus patrimônios locais.

1 ENSINO RELIGIOSO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Inicialmente denominado como educação religiosa, o Ensino Religioso foi inserido no território brasileiro desde o início da colonização portuguesa. A partir da introdução da educação nacional, o Ensino Religioso era desenvolvido principalmente através das relações estabelecidas entre Estado e Igreja. Durante esse período, a “educação religiosa” assumia uma posição doutrinatória e era utilizada como principal meio de impor valores e ideais defendidos pelos colonizadores, com o objetivo de explorar o território, bem como de propagar o Evangelho.

Com o passar do tempo, nota-se que são múltiplas e complexas as influências históricas, sociais econômicas, políticas e culturais que marcaram essa área do trabalho pedagógico. E foi por causa dessas mudanças ao longo da história, que o Ensino Religioso alcançou também o status de área do conhecimento e identidade pedagógica curricular na sociedade brasileira. Logo, ao acompanhar todo esse processo de desenvolvimento, são implementadas leis e diretrizes para que essa disciplina seja regulada e regulamentada perante o Estado.

1.1 ENSINO RELIGIOSO E LEGISLAÇÕES

O Ensino Religioso é regulamentado e regulado principalmente por diretrizes especificamente estatais que exercem grande influência nesse campo de intervenção pedagógica. Esse recorte é necessário porque delimita a condição que é semelhante àquela que afeta de fato o nosso objeto. No Brasil contemporâneo, não obstante uma forte influência cultural cristã católica e o crescimento do poder político dos cristãos protestantes, há uma separação entre Estado e religião, de tal modo que a realidade brasileira contemporânea é muito distinta daquela que se desenhou da época colonial até o Brasil império, na qual a igreja católica esteve “fundida”.

Assim, em relação às duas últimas versões das Constituições Federais, a de 1967 e a atual, de 1988, além das amplas transformações econômicas, políticas e sociais que aplicaram na realidade brasileira, ressalta-se que, em diversos aspectos, a relação Estado e

religiões são a de maior amplitude, com reflexo no Ensino Religioso. Apesar das mudanças e suas origens em outras décadas, a sua evidência foi notada apenas nas últimas versões constitucionais. Nesse ínterim, ao longo da segunda metade do século XX, a disciplina passou por crises identitárias, com as transições das LDBs de 1961 para 1971, com enfoque na alocação da disciplina Moral e Cívica, conforme o artigo 7º da LDB em comento.

Sobre este aspecto, ainda em conformidade com marcos legais, as dificuldades ocorreram mediante os esforços dos sistemas de ensino para a regulamentação da introdução de novas disciplinas, com destaque para o Ensino Religioso. Com isso, ampliou-se a discussão envolvendo o Ensino Religioso e a liberdade religiosa, tendo em vista que a legislação atribuía à supervisão e planejamento de atividades da disciplina as igrejas. É disposto por Ranquetat Junior (2007) que os Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs enfatizam que deve ser evitado pelo Ensino Religioso qualquer forma de doutrinação e proselitismo.

A finalidade da disciplina, conforme os PCNs, não é estudar uma religião específica, mas sim realizar um processo de ensino e aprendizagem que transcenda as diferentes formas de manifestação da religião na história. A finalidade primária é o fenômeno religioso, com os vieses sociológicos, filosóficos, psicológicos e históricos. Como proposta pela elaboração do FONAPER (Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso), nos PCNs o Ensino Religioso é articulado em cinco eixos: escrituras sagradas, culturas e religiões, ritos e ethos e teologias. O objetivo é a reflexão quanto à religiosidade e o despertar da dimensão religiosa do indivíduo.

Também, nota-se que por meio da LDB de 1996, bem como a cobrança de grupos religiosos de outras denominações, foi feito um esforço para que as diretrizes do Ensino Religioso fossem reformuladas, para abranger a isonomia, um tratamento igualitário em relação às diversas religiões professadas no Brasil, sem privilégio de uma perspectiva cristã católica (RANQUETAT JR, 2007). Assim, um dos argumentos brandidos então era que a defesa do Ensino Religioso sob a égide confessional, proselitista e doutrinadora, por intermédio da Igreja Católica é anacrônica mediante o crescimento da pluralidade do âmbito religioso nacional.

O modelo de ensino, promulgado pela Lei n. 9475/97, além de proibir a doutrinação religiosa, reafirma o respeito quanto à diversidade religiosa e cultural da sociedade. Em

relação ao aspecto comentado, percebe-se a importância de associações de pessoas independentes, as quais, unidas em favor de uma causa comum, buscam, por meio de mecanismos legais, a construção de políticas sociais que dão ênfase e asseguram aspectos comuns do cotidiano da sociedade.

Com isso, a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso (PCNER) foi inserida no contexto da discussão do currículo desde os anos 90, com fundamentação na crescente multiculturalidade de religiões no Brasil e nas discussões acadêmicas que se deram em torno dessa multiculturalidade. Foi com essas orientações, com esse horizonte epistêmico e antropológico que os PCNER foram elaborados no ano de 1996 pelo FONAPER, com objetivo duplo: integração aos PCNs, que não abrange a matéria, e fundamentar um novo teor para o artigo que dispõe do Ensino Religioso na LDB de 1996, para fomentar a identidade baseada no estudo do fenômeno religioso (FONAPER, 2009; TOLEDO; AMARAL, 2004).

Conforme Fischmann (2016), membro da equipe que desenvolveu os PCNs, a proposta dos parâmetros para o Ensino Religioso fora inserida na pauta governamental do MEC (Ministério da Educação). O documento buscou a mimetização dos documentos atrelados aos PCNs, em aspecto formal, de modo estrutural, para que fosse validada a proposta de um PCN exclusivo para o Ensino Religioso. Apesar da Lei n 9475/1997, com o novo teor do artigo na BNCC sobre o Ensino Religioso, com reconhecimento da disciplina como integrante da formação do cidadão, o MEC não reconheceu os PCNER, o que, por consequência, não integrou a versão final dos PCNs para o Ensino Fundamental.

Os PCNs para os Anos Iniciais foram publicados em 1997, enquanto, para os Anos Finais, a publicação ocorreu em 1998. Os parâmetros tiveram sua organização total em dez volumes, que abrangem a introdução às áreas de conhecimento e os temas dispostos como transversais (BRASIL, 1997; 1998). Apesar de não estar listado nas áreas de conhecimento, o Ensino Religioso foi apontado na introdução como componente curricular, conforme o artigo 33 da LDB. Contudo, não há razão para a supressão, o que enfatiza a omissão do Estado quanto à disciplina. Nesse aspecto, é fundamental o questionamento e a problematização da lacuna dos referenciais oficiais concernentes ao Ensino Religioso, pois é necessário que este debate encontre ressonância no campo educacional.

Desse modo, de acordo com Cunha (2012), os temas transversais dispostos nos PCNs, especialmente a ética, são convergentes com a proposta do Ensino Religioso, tendo em vista que possuem finalidades semelhantes para a formação moral. Destaca-se que, os temas transversais, a ética, em enfoque, e também a pluralidade cultural, impactaram na configuração do Ensino Religioso disposta no PCNER. Nesse contexto, no ano de 1997 a elaboração pelo FONAPER dos PCNER, teve sua publicação e comercialização pela Ave-Maria, editora de viés católico. Exceto sua origem, a publicação foi um marco na trajetória do Ensino Religioso enquanto disciplina em território nacional. Isso porque, pela primeira vez, recebeu a sistematização epistemológica e metodológica, ao qual constitui a referência nacional para a atuação nas escolas públicas.

Ademais, a publicação chamou a atenção ainda um novo aspecto do ensino, baseado no estudo cultural aplicado ao fenômeno religioso, o que representa a intenção de que a disciplina seja dotada de cientificidade, de uma nova identidade. Em verdade, a nova sistematização é associada com a continuidade do esforço de superação do viés doutrinário e confessional do Ensino Religioso, em função de encontrar o impacto no âmbito educacional, bem como consolidar a continuidade no currículo escolar.

Sintetizando as determinações acima brevemente analisadas, as mudanças no cenário social e religioso deixaram fragilizados o modelo confessional e interconfessional, culminando em uma nova configuração do Ensino Religioso, nos termos de finalidade educativa e objeto de estudo. Em consequência, foi instituído um novo paradigma, que almeja a legitimação do Ensino Religioso na legislação e, especialmente, para a comunidade escolar. Com isso, pode-se afirmar que os PCNER dispõem de uma proposta para a disciplina que visa à disponibilização de esclarecimentos voltados para o direito à diferença, com valorização da diversidade cultural religiosa existente na sociedade, no propósito constante de promover os direitos humanos (FONAPER, 2009). Em concordância com a proposta, o Ensino Religioso passou a possuir um objeto próprio de estudo (o fenômeno religioso), uma didática voltada para o fenômeno religioso, objetivos, metodologias e sistemas próprios de avaliação. Esses pontos permitiram o enquadro como disciplina em formato comum as demais áreas do conhecimento (FONAPER, 2009).

Em decurso a essa transformação, a estratégia usada pela organização do PCNER foi à mudança do conceito da terminologia religião, logo, a substituição do sentido usual de religião, que é a religação de Deus para o sentido de releitura da religião. Com esse

conceito, o Ensino Religioso passou a apresentar o enfoque para o fenômeno religioso e como objetivo de releitura, o sentido epistemológico. Nesse aspecto, o Ensino Religioso foi transferido para o âmbito secular, ao qual deve ser tratado de forma epistemológica, como substrato o disposto das Ciências da Religião, ao qual possui base nas lutas que envolvem a identidade do Ensino Religioso e da inserção no contexto escolar.

É a representação de proposta singular, tendo em vista que os grupos sociais atuantes em defesa do Ensino Religioso abandonam a doutrinação católica e a catequização que marcam a sua gênese, em prol da propositura científica, que conduz o Ensino Religioso para o contexto escolar. E isso é parte do processo de desenvolvimento histórico do Ensino Religioso, que fomenta ressignificações e ajustes de modo a atender as necessidades no contexto social e histórico.

É buscada a legitimação da oferta do Ensino Religioso como disciplina, com destaque para a relação do indivíduo com o transcendente, bem como a importância que o conhecimento humano tenha parte do conhecimento religioso. Enfatiza-se ainda a importância também na formação integral do aluno (FONAPER, 2009). Consoante Toledo e Amaral (2005), existe insistência no ideal que a religião é interligada ao indivíduo e que é responsabilidade da escola a explicitação do fenômeno religioso nas mais diferentes manifestações, trazendo a possibilidade de estabelecer um diálogo entre religiões.

Convém ainda ressaltar, em termos de legislação e ordenamentos voltados para o Ensino Religioso, o acordo do Brasil e Santa Sé. Este foi firmado em 2008, no Vaticano, com representação do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante o período de atuação do Papa Bento XVI. O acordo apontou diversos pontos com relação ao Estado e a Igreja Católica, com questões religiosas e jurídicas, das quais não foram objeto de apreciação por muitos brasileiros. Contudo, alguns concordaram com o acordo celebrado e ainda alegam que os termos acordados não ofendem o disposto constitucional. Nesse aspecto, aponta-se esta concordata, no artigo 11, parágrafo único, acerca do Ensino Religioso.

O ensino religioso, católico e de outras confissões religiosas, de matrícula facultativa, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, em conformidade com a Constituição e as outras leis vigentes, sem qualquer forma de discriminação (BRASIL, 2010).

Houve um espaço para o viés confessional do Ensino Religioso, que deixou de forma nítida a qualificação do Ensino Religioso católico e de outras religiões, mas incluiu, o ensino doutrinador nas escolas públicas. Tal aspecto contrariou as limitações apresentadas pela Constituição Federal e legislações educacionais para os grupos confessionais, especialmente para os católicos.

É essencial a reafirmação do entendimento constitucional de que cada educando receba a educação religiosa em detrimento a pluralidade cultural existente. É preciso que sejam cumpridas as determinações legais, para que a Educação Religiosa não tenha a concessão de privilégios para a Igreja Católica ou qualquer outra denominação. Pode-se notar que o acordo culminou com opiniões divergentes, as quais alguns aduziram que o seu teor estava em desacordo com a Constituição Federal e estaria também em confronto com o disposto na LDB, pois no dispositivo legal, não há menção a uma determinada religião ou credo. Por sua vez, o acordo enfatiza a religião católica. Contudo, existem defensores do texto acordado, ao qual apontam que o seu teor deixa explícito a inclusão do ensino de outras denominações, o que respeita o disposto constitucional e a LDB, assim como a laicidade estatal.

Ainda no aspecto legislativo, é necessário trazer considerações sobre o disposto do Ensino Religioso na BNCC. A BNCC dispõe que identidade e alteridade é a base para a unidade temática da disciplina em toda a fase do Ensino Fundamental, com enfoque nos Anos Iniciais. É buscado que os alunos consigam reconhecer, valorizar e acolher o aspecto singular e diverso do ser humano, por intermédio da identificação e respeito às semelhanças e diferenças entre a subjetividade – eu – e alteridades – os outros. Também é buscada a compreensão de significados e símbolos, bem como a relação existente entre imanência e transcendência (SANTOS; JUNQUEIRA, 2018).

Aponta-se que, a dimensão da transcendência é matriz dos fenômenos e experiências religiosas, tendo em vista que, com a finitude, os sujeitos e o coletivo sentem os desafios para atribuir significados e sentido para vida e também para a morte. Em busca de respostas, o indivíduo atribui valor sagrado para objetos, pessoas, coisas, seres sobrenaturais ou forças da natureza, o que transcende a realidade concreta (ELIADE, 2010; BNCC, 2018).

Existem linguagens específicas que mediam a dimensão transcendental, tais como símbolos, rito e mito. Acerca das linguagens, traz-se o disposto por Junqueira, o qual afirma que:

Portanto, a linguagem expressa à relação com o que transcende o ser humano. Como uma alternativa de explicação da nossa relação com a realidade, enquanto relação de significação a linguagem permite que se estabeleça a análise do significado e dos processos de simbolização, constituindo uma nova via na busca do fundamento, na busca de se encontrar um elemento mais básico (JUNQUEIRA, 2018, p. 150).

Com o disposto de Junqueira, nota-se que a linguagem é o mecanismo de expressão do transcendental do indivíduo. É o meio usado para expressar ações e pensamentos voltados para a compreensão da realidade e a significação dos processos de simbolização, utilizados para o ser humano compreender aspectos além do plano material. Aponta-se que, em relação às linguagens específicas – símbolo, rito e mito – o símbolo possui dois sentidos complementares e distintos (ELIADE, 2010). Um exemplo é o cheiro de chuva. Para alguns pode indicar apenas que um determinado local recebeu chuva. Para outros pode indicar lembranças e o despertar de emoções. A função é mediar à realidade material com outra realidade, o que se aponta quanto à experiência religiosa.

Nesse aspecto, aponta-se o Ensino Religioso como um mecanismo que vai além do dispor de conhecimento decorado sobre diversas religiões ou até mesmo, para a doutrinação, como intencionado pelo viés confessional e era a realidade no Brasil há algum tempo. O Ensino Religioso é um meio de transcendência do ser humano. O objetivo da formação escolar é contribuir para a formação social, cidadã, cultural, econômica e política do ser humano. A Educação Básica dividida em etapas representa as fases de formação de uma criança até um adolescente com avanço para o início da vida adulta e é por isso que o Ensino Religioso está na grade do Ensino Fundamental, notadamente nos anos iniciais, de formação mais basilar.

Como outras áreas do conhecimento, que visam preparar o indivíduo e sua mentalidade crítica e reflexiva para seu posicionamento e contribuição para a sociedade, aduz-se que o Ensino Religioso atua neste propósito, de contribuição e construção do eu coletivo do ser humano. Contudo, sua atuação também impacta no eu singular do indivíduo. Na sua concepção do que é o mundo, as suas impressões acerca dos infinitos mistérios que envolvem o viver. Com isso, o Ensino Religioso vai além das religiões, de credos, culminando na construção do que é ser humano.

1.2 ENSINO RELIGIOSO EM SERGIPE

A formulação de habilidades ou objetivos de aprendizagem que alunos devem desenvolver no decorrer da Educação Básica, foi uma proposta na versão mais recente da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), visando trazer contribuições para o desenvolvimento do processo cognitivo, entre outros fatores relacionados à aprendizagem almejada (BRASIL, 2019). O conceito aplicado na formulação dos objetivos pode ter alguma diferenciação, a depender da corrente pedagógica. A título de exemplo, cita-se a Pedagogia Histórico-Crítica, para a qual os mesmos objetivos precisam de uma formulação por meio da previsão do que se busca atingir com a prática pedagógica no contexto escolar. Consoante Gasparin:

A formulação dos objetivos leva em conta dois elementos básicos: o que estudar, que evidencia o conteúdo a ser aprendido, apropriado intelectualmente pelos alunos e para que estudar, que explica a finalidade da aquisição do conteúdo, isto é, o uso que fará socialmente dele (GASPARIN, 2005, p. 27).

De forma independente do entendimento norteador do currículo escolar, é imprescindível o uso de um verbo para a definição do processo cognitivo ou para que seja estabelecido aquilo que se busca alcançar no decorrer da prática pedagógica. Conforme um pressuposto habermasiano, os argumentos têm aferição com acuidade de razões, as quais se revelam, mediante outras coisas, com o convencimento ou não do argumento dos participantes de um discurso, portanto, da capacidade de motivação advinda pelo argumento (HABERMAS, 2012). Esse requerimento é apresentado a participante de um discurso no mundo real, com maior dimensionamento no mundo virtual. Se for considerado a participação dos devidos envolvidos no processo de desenvolvimento coletivo da BNCC, percebe-se que este decorreu do uso de ferramenta tecnológica, trazendo a relação entre conteúdo e forma, com a sua devida importância.

Apontam-se aqui estes aspectos, para identificar o contexto da realidade brasileira quanto ao Ensino Religioso e o seu tratamento na BNCC, para a compreensão quanto ao ensino da disciplina e seu tratamento em Sergipe, para a devida análise nesta dissertação. Por meio da seleção de contribuições enviadas ao Portal da Base, meio utilizado para as contribuições coletivas da BNCC, fora possível verificar que diversos participantes não dispuseram da noção de conceito para formular objetivos nas contribuições ofertadas.

Assim, é nula a possibilidade de ter sido realizada uma efetiva análise quanto às contribuições que foram submetidas ao Portal da Base. Diante desta constatação, é possível a suposição que a participação democrática tenha sido imposta apenas como formalidade, apesar da participação significativa da sociedade para o envio de contribuições.

As sugestões apresentadas sugerem que, apesar de ter havido uma participação democrática da sociedade no envio de contribuições para um processo de desenvolvimento e ampliação da BNCC, a análise desses estudos, faltou um esforço mais detalhista, realizado de forma efetiva. Carecendo assim, uma necessidade contínua de avanços e todos sobre a implementação e melhoria do ensino religioso no país.

A falsa interação de comunicação é o que Habermas (2012), chama de comunicação deformada, pois considera-se que o poder de comunicação só pode ser formado em esferas públicas, sendo originado de estruturas de uma comunicação não deformada.

Tal processo tem origem em locais em que há a formação de vontade e de opinião, em conjunto com a liberdade comunicativa, que possibilita que cada indivíduo possa fazer uso público da sua razão, em diversos sentidos. Tal ponto infere uma forma de pensar ampla. A sua característica base é que, há ligação entre o denominado juízo com possíveis outros, ao qual é possível um se colocar no local de outro (HABERMAS, 2012).

Em textos anteriores à versão atual da BNCC, o Ensino Religioso foi alocado na área de Ciências Humanas, na etapa dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, em três eixos: Conhecimentos Religiosos; Ser Humano e Práticas Religiosas e Não Religiosas (BRASIL, 2015). Já na segunda versão da BNCC, a disciplina foi excluída da área em comento e fora alocada e disposta como Área de Ensino Religioso, em articulação com as outras áreas do conhecimento e disciplinas da etapa do Ensino Fundamental (BRASIL, 2016). Contudo, a terceira versão não incluiu o Ensino Religioso em seu texto. A exclusão foi justificada pelo Ministério da Educação, com uma nota de rodapé, apontando que a Área do Ensino Religioso disposta na versão anterior, fora excluída conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (BRASIL, 2017).

É determinado pela LDB, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que o Ensino Religioso seja oferecido para discentes do Ensino Fundamental em escolas públicas como disciplina optativa, sendo responsabilidade dos sistemas de ensino a definição e regulamentação de conteúdo, consoante o artigo 33, § 1º da LDB (BRASIL, 2017). Com

isso, ficou estabelecida na leitura da burocracia do MEC a consideração de que é de competência dos Estados e Municípios, pelas suas ligações com as escolas públicas desta etapa da Educação Básica, não sendo responsabilidade da União o estabelecimento de base comum para a área em questão, sob pena de interferência indevida de assuntos de responsabilidade de outras esferas governamentais.

É possível apontar que esta justificativa pode ter sido uma forma encontrada pelo MEC para a minimização das contribuições oriundas quanto à continuidade do Ensino Religioso nas escolas públicas, aspecto que se tornou mais evidente no decorrer do desenvolvimento da BNCC. Se for considerado que a legislação é responsável pela normatização da oferta da disciplina, com aprovação em 1997, portanto, vinte anos do início do desenvolvimento da Base, é, no mínimo, incomum a recorrência ao texto legal apenas na terceira versão da Base.

Entre outros aspectos, era preciso que o MEC justificasse a falta de pareceres críticos de especialistas convidados, para que fosse assegurada a transparência do processo de modo total. A ausência dos pareceres no Portal da Base é um indício a ser considerado de que, a exclusão do Ensino Religioso pode ser um início de mudanças quanto ao poder religioso no cenário político-educacional. Contudo, a exclusão da disciplina da Base culminou em significativas reações por alguns grupos que atuam na defesa da manutenção do Ensino Religioso nas escolas públicas.

Consoante às informações disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa e Formação de Educação e Religião (IPFER), o retorno do Ensino Religioso à versão atual da BNCC fora mediante a uma campanha ampla e articulada, especialmente pelo FONAPER. Desde a segunda versão da BNCC, a qual realocou o Ensino Religioso da Área de Ciências Humanas para a Área de Ensino Religioso, o IPFER dispôs do seu descontentamento, pela consideração que o conteúdo foi reduzido à questão de direitos humanos e alteridade, sem o sustento epistemológico das Ciências da Religião (IPFER, 2018).

Mediante a consideração da diversidade, é estabelecido pela BNCC seis competências específicas para o Ensino Religioso:

- 1) Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos;
- 2) Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;

- 3) Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida;
- 4) Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
- 5) Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;
- 6) Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz (BRASIL, 2018, p. 437).

Se as diretrizes nacionais convergiram, após um longo e relativamente conflitivo processo, para as competências citadas acima, no estado de Sergipe o Ensino Religioso foi regulamentado pela Resolução n. 019/2003 do Conselho Estadual de Educação. Este texto normativo determina que deve ser feita a inclusão da disciplina em proposta pedagógica da escola, em processo de participação e em conformidade com a realidade da comunidade escolar. Ainda é enfatizado pela resolução que o fenômeno religioso é um dado da identidade e da cultura de um grupo social, ao qual o seu conhecimento deve propiciar o sentido de tolerância e também de respeito no convívio com o diferente. Em relação à ministração dos conteúdos, a referida resolução aponta o entendimento interdisciplinar do conhecimento, da estrutura curricular e de avaliação (SERGIPE, 2003). Ou seja, a resolução local incorpora as orientações nacionais, mas é mais democrática, pois abre a possibilidade de a comunidade escolar participar da efetivação da proposta de Ensino Religioso nas unidades escolares.

Em relação à formação de docentes de Ensino Religioso, com base na Lei n. 9475/97, em Sergipe é determinado pela Resolução Nº 019/2003/CEE, que considera apto a ser inserido na atuação do Ensino Religioso o docente que tenha graduação em curso normal superior, que possua diploma de Licenciatura plena em qualquer área de conhecimento e que também tenha Licenciatura plena no âmbito do Ensino Religioso. Contudo, além dessas exigências para a disciplina, é preciso que o docente possua Curso de Extensão e Capacitação Continuada em Ensino Religioso com uma carga horária no mínimo de 360 (trezentas e sessenta) horas, ofertada por instituições de ensino autorizadas e credenciadas.

A Resolução Nº 5, de 28 de dezembro de 2018, em seu artigo 7º, esclarece que o curso de licenciatura Ciências da Religião terá a carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, com duração mínima de 8 (oito) semestres assim distribuídos: I - 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas

do Núcleo de Formação Específica; II - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; III - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio obrigatório em Ensino Religioso na educação básica; IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas do Núcleo de Estudos Integradores. Além das disposições comentadas e apresentadas, a Resolução Nº 019/2003/CEE estadual estabelece que a Secretaria de Estado da Educação (SEED) e as Secretarias Municipais em sua autonomia devem assegurar que professores que lecionam a disciplina tenham acesso à formação necessária e continuada.

Segundo a Resolução Nº 5, de 28 de dezembro de 2018, institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião orienta em seu artigo 2º, Parágrafo Único - Para além da docência, o licenciado em Ciências da Religião poderá atuar como pesquisador, consultor e assessor em espaços não formais de ensino, em instituições públicas e privadas, organizações não governamentais e entidades confessionais.

De acordo com dados dispostos pelo INEP, do Censo Escolar do Estado de Sergipe (BRASIL, 2020), conforme a aferição sobre o indicador da adequação da formação do professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede de ensino de Sergipe, constatou-se que para o ensino religioso, 68% dos professores possuem a formação de nível médio/inferior; 13,3% possuem nível superior completo em nível de licenciatura; 11,7% ensino superior em andamento; 6,6% ensino médio/normal e 0,4% dos professores possuem a graduação completa em nível de bacharelado.

A análise dos trâmites legais de regulamentação do Ensino Religioso em Sergipe revela uma busca por um ensino que traga auxílio em conviver com a diversidade, conforme disposto nas diretrizes curriculares nacionais. Também se destaca a tentativa de desenvolvimento de política educacional multicultural e também para formação de professores sob esse viés (BRASIL, 2018). Portanto, é incumbido ao Ensino Religioso a tratativa de conhecimentos religiosos por meio de pressupostos pedagógicos, científicos e éticos, sem alocar privilégio para nenhuma convicção ou crença. Tal aspecto implica a abordagem desses conhecimentos com base em tradições religiosas e culturas diferentes, com a abordagem de filosofias seculares de vida. Na etapa do Ensino Fundamental, a disciplina adota o diálogo e a pesquisa como mediadores principais para articulação no

processo de observar, identificar, analisar, apropriar e ressignificar os saberes, com a finalidade de desenvolver competências específicas (BRASIL, 2018).

Desse modo, as diretrizes sergipanas para o Ensino Religioso buscam a problematização de representações sociais preconceituosas sobre o ser humano, com a finalidade de combate à discriminação, exclusão e intolerância. Nesse aspecto, consoante o disposto pela BNCC, por intermédio do Ensino Religioso é possível que o ser humano se construa através de um conjunto de relações criadas em um contexto histórico-social, em movimento contínuo de apropriação e também de produção cultural do respeito à diversidade cultural religiosa intrínseca à experiência do humano. Neste processo, o ser humano passa a se constituir como ser de dimensão concreta e biológica (imanência) e também de transcendência, com dimensão simbólica e subjetiva.

Dessa maneira, ambas as dimensões permitem que os seres humanos tenham relações entre si e também com a natureza por meio de mediações simbólicas feitas na experiência do sagrado, notando-se como iguais e também diferentes. A percepção das alteridades (diferenças) permite a distinção entre mim, outro, eles e nós, percepção esta que sedimenta as bases de um diálogo intercultural mediado por saberes, representações, convicções e valores, em relação ao qual o Ensino Religioso tem muito em que colaborar.

1.3 ENSINO RELIGIOSO NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO-SE

O Ensino Religioso no Brasil tradicionalmente se destacava pelo viés confessional ou interconfessional. A partir da década de 1980, transformações socioculturais provocaram mudanças paradigmáticas no campo educacional, sobretudo através dos ideais de democracia, inclusão social e educação integral. Diversos setores da sociedade civil passaram a reivindicar a abordagem do conhecimento religioso e o reconhecimento da diversidade religiosa no âmbito dos currículos escolares. O objetivo é que não somente na cidade de São Cristóvão-SE, local em que esta pesquisa foi realizada, mas também em todas as escolas brasileiras, os professores devem buscar a adaptação do ensino religioso em sala de uma forma em que todos possam ser ouvidos e que a discriminação em relação à religião do outro seja desconstruída e vista como um novo conhecimento.

Na Constituição de 1988 (artigo 210) e na LDB n 9.394/1996 (artigo 33, alterado pela Lei nº 9.475, de 20 de julho de 1997) o Ensino Religioso no Brasil iniciou uma nova fase. Isso se evidencia, primeiramente, nos esforços de gestores educacionais e legisladores quanto à adaptação da oferta desta matéria de ensino de acordo com as orientações estabelecidas nesta lei. As questões estavam centradas na definição dos conteúdos, na formação de professores e no papel das instituições religiosas neste novo debate educacional (BRASIL, 2018).

A Resolução CNE/CEB nº 4/2010, concebe o entendimento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, concebendo o Ensino Religioso na base nacional comum, presente em seu artigo 14. No mesmo ano em 2010, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos (Resolução CNE/CEB nº 7), o CNE definiu o Ensino Religioso como uma das cinco áreas de conhecimento, organizando o Ensino Fundamental em cinco áreas do conhecimento, sendo o Ensino Religioso uma delas com competências definidas. Estabelecido como componentes curriculares de oferta obrigatória nas escolas públicas de Ensino Fundamental, com matrícula facultativa, em diferentes regiões do país, foram elaboradas propostas curriculares, cursos de formação inicial e continuada e materiais didático-pedagógicos que contribuíram para a construção da área do Ensino Religioso, cujas naturezas e finalidades pedagógicas são distintas da confessionalidade.

Considerando os marcos normativos e, em conformidade com as competências gerais estabelecidas no âmbito da BNCC, este ensino deve atender os seguintes objetivos: **a)** proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; **b)** propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; **c)** desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal Artigo 206 da Constituição Federal de 1988; **d)** contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania (BRASIL, 2018).

O conhecimento religioso, objeto da área de Ensino Religioso, é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais,

notadamente da(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões). Essas Ciências investigam a manifestação dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades enquanto um dos bens simbólicos resultantes da busca humana por respostas aos enigmas do mundo, da vida e da morte. De modo singular, complexo e diverso, esses fenômenos alicerçaram distintos sentidos e significados de vida e diversas ideias de divindade(s), em torno dos quais se organizaram cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições, movimentos, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade (BRASIL, 2018).

1.4 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica. Orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos, traçados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, a Base soma-se aos propósitos que “visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)” (BRASIL, 2018, p. 07).

A Base deve nortear os currículos dos sistemas e redes de ensino das Unidades Federativas, como também as propostas pedagógicas de todas as escolas públicas e privadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio em todo o Brasil. Também deve potencializar as políticas educacionais que, juntas, ajudam a reduzir desigualdades e garantem os direitos de aprendizagem. A BNCC é mais complexa do que as diretrizes adotadas anteriormente, por isso seu impacto é grande e diversas frentes precisam ser repensadas e adaptadas conforme as orientações do documento (BRASIL, 2018). As principais mudanças que acontecem com a implementação da BNCC aparecem nas seguintes políticas educacionais: elaboração dos currículos locais, formação inicial e continuada dos professores, material didático, avaliação e apoio pedagógico aos alunos.

Enquanto os documentos da BNCC referentes às etapas da educação infantil e do ensino fundamental foram homologados em 2017, o documento da etapa do ensino médio

foi reformulado e publicado no ano seguinte. Em relação aos documentos estaduais, o caminho de construção, em muitos estados, ainda se encontra em andamento. Porém, de acordo com o documento da BNCC do ensino médio, as escolas e as redes de ensino têm autonomia para organizar seus itinerários formativos, sendo que cada escola deverá ofertar ao menos duas opções de itinerário formativo, afirma-se, assim, que em um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, as redes e sistemas de ensino “devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais” (BRASIL, 2018, p.15).

Conforme a BNCC, agora o Ensino Médio está organizado em quatro áreas do conhecimento, somadas à possibilidade de cursar o ensino profissionalizante, dessa forma, ocorreu uma reorganização do conjunto das disciplinas, que antes eram consideradas obrigatórias e agora fazem parte de Itinerários Formativos divididos por área de conhecimento, retomando: Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais aplicadas e Formação Profissional. As disciplinas que se mantiveram obrigatórias em todo o Ensino Médio são: Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática. Os demais componentes curriculares poderão ser distribuídos ao longo do período total do ensino médio, conforme estabelecido pela rede de ensino (BRASIL, 2018).

A reforma do ensino médio também tem trazido à discussão do ensino integral para o Ensino Médio. No entanto, o que ficou decidido foi apenas o acréscimo de horas, com implementação para até 2022, são 600 horas a mais para o ensino diurno, partindo das 2.400 horas atuais para 3.000 horas. Para o ensino noturno, permite-se manter a carga atual e ampliar a duração do curso para mais de 03 anos. Nesse caso, o discurso oficial coloca como objetivo o de garantir o êxito dos estudantes que geralmente optam por esse horário devido ao trabalho.

Sobre o ensino profissionalizante, para entender a diferença, antes, para se ter uma formação profissionalizante, era necessário cursar 2.400 horas no ensino regular e mais 1.220 no técnico, totalizando 3.600 horas. De acordo com o documento da BNCC do ensino médio, agora o jovem poderá optar por uma formação técnico-profissional dentro da carga horária do Ensino Médio, contando com uma nova estrutura que “valoriza o protagonismo juvenil, uma vez que prevê a oferta de variados itinerários formativos para

atender à multiplicidade de interesses dos estudantes: o aprofundamento acadêmico e a formação técnica profissional” (BRASIL, 2018, p.467).

Significa que os estudantes terão que cursar 3.000 horas tanto se optarem pelo itinerário formativo da modalidade regular ou pelo técnico-profissional. Para muitos, isso induzirá a opção pelos cursos técnicos por parte dos estudantes da classe trabalhadora, que têm a urgência de ingressar no mercado de trabalho para satisfação de necessidades mais imediatas de subsistência e/ou consumo. Caso se concretize como uma tendência, contrariaria um dos objetivos da reforma, que é o de promover a igualdade de condições entre todos os estudantes.

Conforme as informações oficiais no portal do MEC, a implementação da nova BNCC a partir das alterações definidas pela Lei nº 13.415 de 16/02/2017 para o novo Ensino Médio, deve ser discutida em cada Unidade da Federação para o cumprimento da carga horária e oferta dos Itinerários Formativos, atendendo os princípios de descentralização e coparticipação estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB de 1996.

O estabelecimento das novas diretrizes e bases para o Ensino Médio ocorreu em meio a diversas frentes de debates, em grande medida conduzidas pelas versões do PL nº 6840/2013, projeto de lei destinado a promover estudos e proposições para a reformulação do Ensino Médio. As novas diretrizes e bases por meio de alterações na LDB substitui um modelo curricular único por um modelo flexível e diversificado, tratando de direitos e objetivos de aprendizagens, consideradas essenciais, nas áreas de conhecimento, compondo a BNCC.

1.5 A EDUCAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Os diplomas jurídicos que abordam acerca da educação no Brasil são baseados no teor da Constituição Federal de 1988 e a garantia da educação enquanto direito fundamental. Uma análise especial dos direitos fundamentais à educação na Constituição Federal de 1988 observou que o art. 6º da Carta Magna traça o direito à educação como direito social ao mencionar que “educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, seguridade,

seguridade social, proteção da mãe e dos filhos, assistência aos pobres, na forma da Constituição”. (BRASIL, 1988).

A Constituição de 1988 foi a primeira a expressar que os direitos sociais são direitos fundamentais, que é impossível apartar o valor da liberdade (direitos civis e políticos) do valor da igualdade (direitos sociais, econômicos e culturais). E com base na crença de que a educação é o melhor caminho para uma sociedade mais justa e pacífica, os participantes da Assembleia Constituinte declararam que, para realizar o direito fundamental à educação, art. 205 da Constituição Federal estabelece que “a educação, direito de todas as pessoas e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada à colaboração com a comunidade, com o objetivo de desenvolver essas pessoas, dotadas de cidadania e qualificação para o trabalho”. (SAVIANI, 2021).

A educação é um direito que é garantido por constitucionalidade para todas as pessoas. Assim pode-se perceber que: A educação é um direito de todo cidadão, de todos nós que formamos a sociedade brasileira; isso é responsabilidade do Estado e da família, ou seja, atribuem ao Estado e ao cidadão a tarefa de educar para a cidadania (dever) e de ser educado (direito) (SAVIANI, 2021).

É ressaltado que a educação exerce um papel importante na sociedade, é por meio dela que o conhecimento produzido pode garantir o desenvolvimento social, econômico e cultural de cada indivíduo, refletindo diretamente em todas as esferas de um país. Considerando sua relevância, destaca-se o ensino médio, que fecha a educação básica, cuja reforma se tornou relevante nos debates educacionais, com propostas de ampliação progressiva da carga horária, metodologias direcionadas ao maior engajamento estudantil, maior apropriação das tecnologias digitais da informação e comunicação, entre outros.

Nesse sentido, aponta-se acerca da regulamentação do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, em 1990; a criação do Conselho Nacional de Educação, pela Lei n. 9131/1995, em substituição ao antigo Conselho Federal de Educação, que originou a Lei de Diretrizes Básicas de 1961, com extinção em 1994; bem como a ADCT 60, responsável pela alteração da Emenda Constitucional n. 14/1996, bem como a nova LDB, também datada de 1996. Ainda nesse ano, aponta-se para a criação do FUNDEF organizado – Fundo de Desenvolvimento de Manutenção do Ensino Fundamental, pela Lei 9.424/96, sendo substituído posteriormente pelo FUNDEB em uma década, ao qual obriga

Estado e Município a impor um percentual mínimo da receita anual (e esse valor, no mínimo 60% para o pagamento do corpo docente).

Além desses diplomas que versam sobre o ensino religioso no Brasil, convém apresentar acerca de outros documentos que impactam na aplicação do ensino religioso enquanto componente curricular. Em novembro de 2008 foi promovido o Acordo do Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, entre o Estado brasileiro e a Santa Sé na Cidade do Vaticano. No País, a sua aplicação ocorreu pelo Decreto n. 7101/2010, com reforço a dimensão política do ensino religioso no País, em face de estatuto epistemológico (BRASIL, 2010).

No mesmo ano do Decreto supracitado, a PGR – Procuradoria-Geral da República, pela ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) n. 4439, para entendimento sobre a interpretação do artigo 33, §1º e 2º da LDB, ao qual dispõe que o ensino religioso nas escolas públicas não tenha caráter confessional, bem como a inadmissibilidade de profissionais representantes de institutos religiosos, por meio do disposto no artigo 11 do Acordo de Santa Sé. A PGR buscou a declaração de inconstitucionalidade¹ do teor do artigo 11 do Acordo, para que houvesse a análise da adequação do conteúdo ensinado em sala de aula sobre os preceitos da laicidade do Estado. Com isso, houve o debate acerca da ótica confessional ou não confessional do ensino religioso nas escolas brasileiras.

O STF decidiu em setembro de 2017, após diversas audiências sobre a improcedência da ADI n. 4439/2010, por seis votos a cinco, tendo firmado a decisão de que o ensino religioso nas escolas públicas poderá ter o caráter confessional. Desse modo, a última decisão do STF acerca do ensino religioso no Brasil versa sobre a constitucionalidade, isto é, a conformidade do Acordo de Santa Sé com a Constituição Federal de 1988, para a instituição do ensino religioso confessional. A Corte decidiu pela improcedência em virtude de reconhecer o viés facultativo do componente curricular e que tal prerrogativa não fere a laicidade do Estado e, assim, não institui o incentivo a uma determinada religião.

¹ O termo refere-se ao reconhecimento de que os preceitos do artigo 11 do Acordo de Santa Sé sejam considerados contrários a máxima disposta na Constituição Federal de 1988 e seu regimento acerca do ensino religioso.

Isto posto, é fundamental trazer os dizeres diretos de Barcellos et al., ao apontar que:

O mais grave, é direcionar a educação religiosa dos outros, segundo suas próprias convicções, o que é inadmissível dentro da perspectiva da laicidade e da neutralidade do Estado democrático de direito. Refletindo sobre isso, lembramos que essa é função de uma confessionalidade de fé, bem como da própria família. Portanto não compete à escola pública oferecer estudos de uma única crença religiosa, com isso estará ferindo o estado laico assim como, os preceitos da legislação (BARCELLOS et al., 2021, p. 133).

O disposto por Lucival Barcellos e outros acerca do direcionamento do ensino religioso é relacionado sobre as metodologias utilizadas pelos docentes em sala de aula e o respeito aos procedimentos normativos acerca do componente curricular. Desse modo, encontra-se a discussão acerca da multidisciplinidade do contexto que envolve o ensino religioso no Brasil. A sociedade atual é plurirreligiosa e, por conseguinte, caracteriza-se pela diversidade. Com isso, o Ensino Religioso encontra-se inserido em seu âmbito, bem como no contexto escolar.

Barcellos, Aquino e Ferreira (2020) destacam que a cultura brasileira é permeada de manifestações, de diferentes formatos e localiza-se na existência humana, bem como, auxilia o ser humano a ser inserido na sociedade, de forma eficaz e criativa. É capaz de mediação e intercessão em processos de ensino e aprendizagem, tendo em vista sua importância para o ser humano.

A religião não seria diferente, pois também é impactada pelas manifestações culturais ao longo da história humana. Nesse ínterim, vê-se o desafio contemporâneo da docência do ensino religioso na ministração de seu conteúdo de modo que encontre metodologias para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado de modo lúdico e comprometido, para que haja a difusão dos preceitos da Ciência da Religião para a educação escolar brasileira. Em defesa desse apontamento, destaca-se as premissas elencadas por Holmes, Silveira Neto e Barcellos, ao passo que:

O Ensino Religioso (ER), atualmente considerado pelas diretrizes curriculares e as leis de ensino, enquanto um componente curricular, não deve ser confundido com nenhuma outra ciência humana. Sendo nesse caso, um grande desafio despertar o educando para a percepção do Transcendente, sem fazer proselitismo, principalmente quando se faz abordagens sobre a(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões), dando destaque ao fenômeno religioso das diversas Tradições Culturais Religiosas. Os primeiros sistemas de representações que o homem produziu do mundo e de si mesmo são de origem religiosa (HOLMES; SILVEIRA NETO; BARCELLOS, 2019, p. 152).

Deve-se incluir nas metodologias para o ensino religioso além das experiências dos educandos, ou a história das religiões. É preciso que haja a valorização dos avanços do conteúdo e das formas de ensino conforme o desenvolvimento de pesquisas que subsidiam a busca do ser humano para a simbologia trazida pela memória, pela história da religião enquanto patrimônio da humanidade.

Com o reconhecimento da diversidade religiosa e da abrangência do ensino religioso nas escolas, é preciso que haja a reflexão acerca de estratégias voltadas para a promoção do ensino religioso no componente curricular da Educação Básica brasileira. Esse capítulo apresentou a caracterização e recepção do componente curricular para o cenário escolar nacional. Em continuidade, os capítulos seguintes abordam sobre a compreensão teórica desta temática. Em especial, o capítulo dois dispõe sobre os conceitos do patrimônio enquanto preceito educacional e sua influência pela cultura e memória.

2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL SUAS BASES E SENTIDOS.

Este capítulo tem a intenção de apresentar e tratar os conceitos e entendimentos sobre um conjunto de temas: memória social, educação patrimonial e patrimônio religioso material e imaterial, como também o patrimônio da cidade de São Cristóvão-Sergipe. Ao discorrer sobre Patrimônio Cultural automaticamente se faz uma reflexão sobre o sentimento de pertencimento de forma individual e coletiva, retomando a identidade de um povo, identidade que ao longo dos anos vai se submergindo.

A valorização dessa memória desempenha um papel importante na esfera da Preservação do Patrimônio Cultural. Preservar o patrimônio é resguardar tudo que remete aos costumes, saberes e tradições dos antepassados que através da memória são repassados às gerações futuras. Vejamos o que diz a Carta Magna brasileira:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: **I** - as formas de expressão; **II** - os modos de criar, fazer e viver; **III** - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; **IV** - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; **V** - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Como mencionado acima, é possível notar o retrato da força da necessidade de afirmação identitária nacional através da preservação de elementos materiais e imateriais que constituem formas dessa identidade. Essa importante afirmação legislativa demonstra a necessidade de manter viva a memória coletiva, necessidade que a cada dia ganha mais força e espaço na sociedade brasileira.

Assim, por exemplo, a maioria das empresas que envolvem um espaço geográfico no qual acabarão por comprometer o patrimônio histórico, artístico, cultural e natural, tem como acordo social salvaguardar, por meio de projeto ou outras ações, estes bens (HORTA, 1999). Logo, atualmente há uma necessidade de educação patrimonial, posto que tanto no âmbito das ações dos entes públicos como no âmbito das ações dos entes privados, a preservação do patrimônio está colocada como uma necessidade social a ser atendida.

Tendo em vista essa necessidade, é ilustrado a aplicação do patrimônio e sua importância para a sociedade, a ser aduzida por meio da educação, a análise feita por Bonfim (2020) acerca da obra teatral e televisiva de Alfredo Dias Gomes, acerca da relação sujeito e estrutura social e a transformação em questões religiosas e a comunicação por meio das histórias. Esse exemplo aponta acerca da materialização do patrimônio do conhecimento da humanidade acerca de aspectos religiosos e a preservação por um dos meios artísticos: a arte em cena, no teatro e na televisão.

Com o objetivo de interligar a importância do patrimônio, com a religião e a sua preservação pelo ensino, aponta-se o estudo de Bonfim (2022), ao que destaca sobre as práticas votivas e devoção popular no Brasil enquanto objetos de pesquisa com destaque a partir das décadas de 1940 e 1980. Na década seguinte, os estudos sobre a religião como um todo ultrapassaram as temáticas católicas, com a contemplação de religiões de outras vertentes e correntes, explorando, assim, o patrimônio cultural-religioso da diversidade religiosa.

Com esses breves apontamentos é perceptível à relação com o capítulo anterior no sentido de que, *a priori*, tratou-se acerca do ensino religioso e da sua existência prática no Brasil. Todavia, além de compreender acerca da prática escolar do componente curricular, é necessário compreender a existência do patrimônio cultural enquanto mecanismo educacional. Para isso, o capítulo em questão aborda as temáticas supracitadas a seguir, dando ênfase ao patrimônio, perpassando por determinados tópicos de grande relevância para seu melhor entendimento e compreensão.

2.1 REVISITANDO A HISTÓRIA DO PATRIMÔNIO

De acordo com o dicionário etimológico: patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium* cujo significado é de origem romana e se refere a todo bem pertencente ao pai, *pater* ou *pater famílias*, pai de família. A sociedade romana entendia que tudo que estava sob o domínio do senhor era *patrimonium*. Para os romanos, tudo e todos, incluindo pessoas, que seria legado por testamentos, eram considerados bens móveis e imóveis do senhor. A maioria da população que não tinha qualquer tipo de bens, não

possuía ou tinha direito ao patrimônio, ou seja, o patrimônio para eles eram bens que deviam passar a diante.

Assim, de acordo com Funari (2009), para a sociedade romana o patrimônio era considerado privado, individual, apenas dos aristocratas. Neste sentido, foi somente com a difusão do cristianismo a partir do século (IV-V) na idade média o patrimônio passou a ser simbólico e coletivo. Durante o século V ao XV, o patrimônio tornou-se de caráter coletivo, através do papel da igreja com culto aos santos e a valorização de relíquias dando ao povo um novo conceito patrimonial (FUNARI, 2009).

Com isso a igreja acentuou a fé dos religiosos dando-lhes assim um novo sentido ou significado do que poderia ser patrimônio, além do que eles já conheciam. Desde então, a valorização de lugares e objetos e rituais passaram a ser de caráter coletivo. Apesar da nova concepção de patrimônio que o cristianismo trouxe para a sociedade, o poder aristocrático continuava presente, mesmo que de forma discreta nas predominações das catedrais.

De acordo com Funari (2006), século XVIII, na Europa, os Estados eram religiosos e monárquicos, ou seja, eram controlados pela autoridade divina. A Igreja Católica exercia pleno poder sobre o rei, cuja fidelidade divina era com a igreja. Na idade moderna, os novos Estados Nacionais tiveram como tarefa primeira inventar os cidadãos. Em relação a isso, há uma frase famosa que vale a pena recordar, “feita à Itália é preciso fazer os italianos.” Máximo D’Azeglio, citado por Funari (2009). Assim, logo após a unificação italiana, em meados do século XIX, menos de 5% da população da Península Itálica falava ou entendia o italiano. Talvez a Itália seja um caso mais claro devido a sua unificação tardia, mas o exemplo marca bem importância da invenção de uma cultura nacional que não podia ter de suas bases materiais sem patrimônio nacional.

A partir da revolução de 1789, a França estabelece a base do Estado Nação, na qual a ideia é construir um povo no mesmo território com uma só língua, com direitos iguais. Dando mais uma vez um significado ao patrimônio de pertencimento de um só povo de um território.

No entanto, os Estados Modernos, ou Estado Nação que se funde em dois modelos diferentes de jurisdição há uma diferença entre; a propriedade e o patrimônio, para os romanos a propriedade tem restrições, os objetos encontrados são de direito do estado, para o anglo saxão é o oposto os objetos pertencem aos donos das propriedades. Desse modo o

conceito de patrimônio só ganha força entre 1914 e 1945, onde após a Guerra Mundial supera a nação e surgem organismos internacionais como a ONU e UNESCO quebrando barreiras e abrindo espaço para o patrimônio provincial ou municipal, de comunidades indígenas, mulheres e grupos religiosos e esportivos (FUNARI, 2009).

Assim começa a surgir o conceito de patrimônio que temos hoje, não mais no âmbito privado ou religioso das tradições antigas e medievais, mas de todo um povo com uma única língua, origens e território.

2.2 CONCEITOS DE PATRIMÔNIO

Segundo FUNARI, (2009), a estrutura de um lugar não pode ser eterna, mas isso não significa que seja preciso perder a personalidade. O Estado garante a todos o exercício pleno dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e deve apoiar e estimular a valorização e divulgação das manifestações culturais, resguardando as manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de outras participantes dos grupos do processo de civilização nacional, bem como a definição de memorandos de grande relevância para diferentes segmentos étnicos nacionais.

Ressalta-se que, para tanto, a Emenda Complementar, EC nº 42/03 concedeu aos Estados e ao Distrito Federal a oportunidade de vincular até cinco décimos de sua receita líquida de impostos a um fundo estadual de promoção da cultura, para financiamento de programas e projetos culturais. No entanto, proíbe a aplicação desses recursos no pagamento de despesas pessoais e contribuições previdenciárias; serviço de débito; quaisquer outras despesas correntes não diretamente relacionadas com os investimentos ou ações apoiadas.

A própria Constituição Federal define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como bens de natureza natural e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, referentes à identidade, atividade, memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira; estabelece o dever do poder público, com a cooperação da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, registro e desapropriação, e outras formas de prevenção e conservação.

Além disso, relaciona, por exemplo, uma lista de elementos pertencentes ao patrimônio cultural brasileiro:

- Formas de expressão;
- Formas de criar, fazer e viver;
- Criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- Obras, objetos, documentos, edifícios e outros espaços para manifestações artísticas e culturais;
- Complexos urbanos e locais de valor histórico, pitoresco, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;
- Documentos e sítios com reminiscências históricas de antigas penas que foram elencados pela Constituição Federal.

A EC nº 48/05 instituiu o Plano Nacional de Cultura, que será estabelecido na forma da lei, com duração de vários anos e que visa o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do Poder Público. Os requisitos legais devem estar voltados para a defesa e o fortalecimento do patrimônio cultural brasileiro; a produção, promoção e difusão de bens culturais; treinamento de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; a democratização do acesso aos bens culturais e a valorização da diversidade étnica e regional (FERNANDES, 2010).

Com o objetivo de estabelecer uma maior articulação e efetivação da eficácia deste importante direito social, a Emenda Constitucional nº 71, de 29 de novembro de 2012, instituiu o Sistema Nacional de Cultura, estruturado nas respectivas esferas da Federação, da seguinte forma: órgãos administrativos; conselhos de política cultural; conferências culturais; comissões intergerenciais; planos culturais; sistemas financeiros culturais; sistemas de informação e indicadores culturais; programas de formação no domínio da cultura; e sistemas setoriais de cultura.

O Sistema Nacional de Cultura é regulado por lei federal, que também estabelece a forma de sua articulação com outros sistemas nacionais ou políticas de governo setoriais, organizando-o de forma colaborativa, descentralizada e participativa, estabelecendo processos de gestão e promoção conjunta da cultura pública, políticas democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes federados e a sociedade, com o objetivo de

promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. Compete aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, por lei, seus respectivos sistemas culturais.

O Sistema Nacional de Cultura tem como base a política nacional de cultura e suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos princípios de:

- Diversidade das expressões culturais;
- Universalização do acesso aos bens e serviços culturais;
- Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas;
- Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- Transversalidade das políticas culturais;
- Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- Transparência e compartilhamento das informações;
- Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações;
- Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

No entanto, embora um entendimento comum do patrimônio cultural seja assumido em muitas discussões, a atenção aos pressupostos conceituais também pode gerar críticas com implicações morais e políticas. Em sua essência, o conceito de patrimônio é normalmente entendido como a herança de algo do passado (RIBEIRO, 2007). A crescente atenção à variedade de maneiras pelas quais o patrimônio é empregado e interpretado em contextos contemporâneos levou a uma ênfase no uso do passado para fins presentes como um aspecto integral da própria definição de patrimônio. O reconhecimento desta faceta do

patrimônio abriu caminhos para a crítica e reinterpretação do conceito de patrimônio (ARANTES, 2006).

A ideia de “patrimônio oficial” foi moldada em particular pela análise de Laura Jane Smith do que ela chama de “Discurso do Patrimônio Autorizado” (SMITH, 2006, p.1). Esta é a apresentação do patrimônio familiar de museus, monumentos nacionais e outros entendimentos de patrimônio endossados institucionalmente, como a Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. O “patrimônio oficial” é, portanto, frequentemente usado por governos e instituições culturais para cultivar um senso de identidade nacional ou cosmopolita em torno de algum aspecto do passado. Como Smith resume, esse discurso ocidental dominante enfatiza a materialidade, a monumentalidade, a grandiosidade, a profundidade do tempo, a estética e tudo o que é bom na história e na cultura (LIMA, 2017).

O patrimônio oficial na escala global da UNESCO é tipicamente apresentado como tendo um valor universal que transcende os anexos locais. Segundo a crítica de Smith, o foco material do patrimônio oficial impede o reconhecimento do fato de que o patrimônio é mais bem entendido como um processo de interpretação que está em andamento, em contraste com as listas pré-digeridas e mostras museológicas apresentadas pela linha oficial (OLIVEIRA, 2019).

Embora a distinção entre patrimônio oficial e não oficial seja útil tanto para chamar a atenção para como o patrimônio está sujeito a constante reinterpretação quanto para desafiar narrativas históricas dominantes, alguns podem hesitar sobre até que ponto certos entendimentos de patrimônio que enfatizam o processo o fazem às custas das preocupações materiais tradicionais do patrimônio oficial. Por exemplo, pode-se pensar que há algo significativo (esteticamente, eticamente etc.) a ser desafiado e complementado a partir de outras perspectivas culturais.

Como observado acima, o patrimônio (e o patrimônio oficial em particular) tende a ser associado a avaliações positivas do passado, embora não universalmente. De fato, a palavra para “patrimônio” em muitas línguas tem uma conotação pública extremamente positiva. Isso torna a identificação de locais de injustiça e atrocidade como patrimônio um assunto delicado (muitas vezes referido como patrimônio negativo, difícil ou dissonante), levantando questões sobre como reconciliar as associações positivas do conceito de patrimônio com locais que as pessoas vivenciam como traumáticos. Essas tensões podem

trazer à tona concepções concorrentes de identidade nacional ou narrativa histórica. Em consonância com a ideia de que o patrimônio está inerentemente preocupado com o uso do passado para fins presentes, alguns comentaristas se esforçam para apontar a diferença entre uma compreensão mais política do patrimônio em contraste com uma compreensão mais acadêmica da história.

A cultura tem se distinguido historicamente da natureza, mas essa dicotomia tem sido criticada em muitas disciplinas e o estudo do patrimônio não é exceção. Uma distinção nítida entre os dois parece particularmente mal colocada em contextos culturais onde a natureza aparece com destaque, como é o caso em muitos contextos culturais indígenas e aborígenes. Por exemplo, se as relações com a terra ou espécies vegetais e animais particulares são de particular importância cultural, então uma dicotomia entre patrimônio natural e cultural pode não representar com precisão as crenças e práticas dessas culturas (GRAVARI-BARBAS, 2014).

Além disso, alguns se esforçam para iluminar abordagens teóricas ao valor do patrimônio cultural por meio de ferramentas conceituais do trabalho sobre o valor da natureza, argumentando que devemos tratar a conservação do patrimônio como a conservação da natureza, importando o pensamento comum sobre o valor intrínseco da natureza em nosso pensamento sobre o patrimônio cultural. No entanto, a dissolução do contraste entre patrimônio natural e cultural também é objeto de objeções (CASTRIOTA, 2009).

Uma abordagem influente na literatura sobre propriedade cultural é distinguir entre posições nacionalistas culturais e internacionalistas culturais sobre quão amplamente um interesse razoável em propriedade cultural deve ser interpretado (NEWBILL, 2019). De acordo com os internacionalistas culturais, cada cultura em particular contribui para uma cultura humana abrangente e, portanto, todos têm interesse em bens culturais. Os proponentes do internacionalismo cultural normalmente usam afirmações sobre o valor universal do patrimônio cultural para argumentar contra as restrições nacionalistas à sua exportação e venda, bem como contra muitas reivindicações de repatriação. Essa posição encontra apoio em vários aspectos do direito e da política internacional, incluindo a Convenção de Haia de 1954 e o critério de “valor universal excepcional” na Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO de 1972 (LIMA, 2017).

Essas afirmações sobre o escopo avaliativo universal da propriedade cultural são muitas vezes baseadas em uma afirmação metafísica sobre a relação constitutiva entre culturas particulares e a cultura humana: é precisamente porque cada cultura é um componente da cultura humana que cada cultura individual, portanto, tem um valor universal, em que todos têm um interesse razoável. No entanto, mesmo independentemente da força dessa afirmação, pode-se pensar que culturas individuais podem garantir um valor universal de outras maneiras (SOARES; MARTINS, 2014).

De acordo com a posição nacionalista cultural, por outro lado, as nações têm um “interesse especial” em sua propriedade cultural que implica a atribuição de caráter nacional aos objetos. Essa posição também tem respaldo no direito e na política internacional, em particular, a Convenção da UNESCO de 1970 sobre os Meios de Proibir e Prevenir a Importação, Exportação e Transferência Ilícita de Propriedade de Bens Culturais. Os proponentes do nacionalismo cultural normalmente usam alegações sobre o caráter nacional especial do patrimônio cultural para argumentar a favor de políticas de retenção nacionalistas que restringem ou limitam a exportação ou venda de patrimônio cultural.

Vale a pena notar que a dicotomia entre nacionalistas culturais e internacionalistas enfrenta uma limitação significativa na medida em que não deixa um lugar óbvio para as reivindicações de grupos culturais intranacionais como as tribos nativas americanas. Embora o nacionalismo cultural possa, em princípio, dar conta das reivindicações de nações indígenas soberanas, na prática ele se concentrou nos interesses de estados-nação independentes (LIMA, 2012). Uma maneira de ler a disputa entre nacionalistas culturais e internacionalistas é como uma disputa sobre qual tipo de reivindicação de valor deve ser priorizada: um proponente de cada posição pode reconhecer as reivindicações de valor feitas por ambos os campos, mas pensar que as suas próprias devem prevalecer sobre as outras (RIBEIRO, 2007).

Alternativamente, pode-se pensar que afirmações sobre o valor humano universal colocam em questão a aplicabilidade de alguns dos pacotes tradicionais de direitos de propriedade. Por exemplo, pode-se argumentar que o valor universal do patrimônio cultural implica que ele não deve ser excluído da maneira que a propriedade normalmente é. Ou, de maneira semelhante, pode-se argumentar que deveríamos priorizar a preservação de tais objetos excluindo quaisquer reivindicações de posse deles como propriedade.

De acordo com alguns entendimentos de propriedade cultural, a estreita ligação entre propriedade cultural e identidade cultural torna tal propriedade inalienável. Mais próximo da ideia do que às vezes é chamado de “patrimônio cultural”, tal propriedade pode ser descrita como não algo de propriedade de um povo, mas algo de eles, uma parte de sua identidade coletiva definidora (CASTRIOTA, 2009).

A ideia de propriedade inalienável é familiar no contexto individual, e a ligação entre objetos externos e identidade geralmente surge na discussão de limites morais na distribuição de mercado de coisas como partes do corpo ou barriga de aluguel. De fato, a distinção entre propriedade alienável e inalienável é reconhecida em muitas línguas e não se divide entre culturas “ocidentais” e “não-ocidentais”. A reivindicação de propriedade cultural inalienável simplesmente estende esse conceito de indivíduos para grupos (ARANTES, 2006).

Como base para a repatriação, no entanto, o conceito de patrimônio cultural inalienável enfrenta uma série de objeções. Por um lado, não temos padrões objetivos para avaliar afirmações de que um determinado item é fundamental para a identidade do grupo. Em segundo lugar, a relação entre um objeto e a identidade do grupo não precisa obviamente exigir a posse do objeto. Em terceiro lugar, podemos nos preocupar com alegações sobre a necessidade de possuir objetos para identidade de grupo se um grupo estiver separado do objeto por um longo tempo, o que é especialmente comum em casos de repatriação (OLIVEIRA, 2019).

Tais circunstâncias apresentam um dilema: ou o grupo cultural persistiu sem o objeto, caso em que a reivindicação pela necessidade de seu retorno é solapada; ou o objeto é essencial para a identidade do grupo, caso em que a pretensão de ser o mesmo grupo cultural em sua ausência é enfraquecida. Finalmente, a ideia de que a identidade cultural pode estar verdadeiramente ligada a um objeto de forma inalienável e perpétua pode sugerir uma noção perturbadoramente estática de identidade de grupo cultural, especialmente se tais relações forem codificadas em lei.

Pode-se alegar que um grupo cultural pode herdar bens culturais e, assim, usar isso para fundamentar reivindicações de repatriação, mesmo quando a justiça da aquisição é incerta: ao ser negada a propriedade dos objetos, ao grupo está sendo negada sua herança legítima. O sucesso dessa abordagem dependerá em parte se a herança de propriedade é moralmente justificável em primeiro lugar. O direito à herança parece incompatível com

uma série de teorias de justiça doméstica, embora talvez seja mais facilmente justificável se pensarmos que os princípios da justiça distributiva não se aplicam internacionalmente: isso parece remover os fundamentos baseados na justiça distributiva para negar o direito à herança que pode se aplicar no contexto doméstico (GRAVARI-BARBAS, 2014).

No entanto, pode-se insistir que uma condição necessária para a herança é a existência de desejos testamentários sobre essa herança, com base no pressuposto que o respeito pelos desejos testamentários está no cerne do conceito de herança. Como raramente é possível identificar desejos testamentários demonstráveis relativos a bens culturais, pode-se pensar que a herança provavelmente não fornecerá uma base para reivindicações de bens culturais (RIBEIRO, 2007).

Porém, uma abordagem alternativa começa por notar que é geralmente assumido que filhos e cônjuges devem herdar propriedades mesmo na ausência de desejos testamentários. Assim, pode-se pensar que uma suposição paralela deve ser feita no caso da propriedade cultural, especialmente se a alternativa for à posse continuada da propriedade por uma comunidade que a adquiriu injustamente. Nos casos em que um objeto ainda não é considerado propriedade cultural, a herança pode, portanto, também explicar como a propriedade de um indivíduo pode se tornar propriedade do Estado, ou talvez de um grupo cultural não estatal (ARANTES, 2006).

Além disso, vale a pena notar que a suposição de que a herança deve ser baseada em desejos testamentários está em tensão com o ponto de que a herança é comumente considerada a noção central do conceito de patrimônio cultural. Assim, o ceticismo sobre a possibilidade de herança pareceria minar a própria possibilidade de herança cultural, uma conclusão que pode parecer absurda. Claro, pode-se argumentar que o patrimônio cultural se baseia em uma noção diferente de herança do que o entendimento jurisprudencial de herança mais apropriado à propriedade cultural. No entanto, como na discussão do “paradoxo da propriedade cultural”, essa afirmação parece se basear em assumir um entendimento de propriedade que o conceito de propriedade cultural pode não exigir.

De acordo com alguns comentadores, o significado de um objeto para um grupo cultural é uma condição necessária para que ele se qualifique como propriedade cultural: um objeto insignificante não se qualificaria apenas porque foi produzido por um membro do grupo. Além disso, porém, pode-se pensar que o valor de um objeto para uma cultura particular constitui a base mais forte para uma reivindicação de propriedade cultural moral.

Por exemplo, de acordo com o princípio de significância “cultural”, a reivindicação de um grupo cultural sobre um objeto será proporcional ao valor que propriedade tem para os membros da cultura e mitigada por outras considerações concorrentes, incluindo o alcance de outros valores possuídos por tais objetos (OLIVEIRA, 2019).

No entanto, o fato de que a propriedade de bens culturais é frequentemente disputada por vários grupos culturais parece apresentar a essa abordagem um obstáculo prático: na medida em que essas disputas tendem a surgir precisamente quando os objetos são altamente valorizados por vários grupos culturais, o princípio da significância cultural tem valor limitado na resolução dessas reivindicações concorrentes (SOARES; MARTINS, 2014). Além disso, pode não ser suficientemente sensível à legitimidade de outros tipos de reivindicações de propriedade moral e legal. Se o princípio da significância cultural for de fato tratado como a base mais forte para uma reivindicação de propriedade cultural, isso sugere que um grupo cultural que simplesmente valoriza um objeto altamente poderia anular as reivindicações legais de aquisições e posses legítimas.

Garantido, o princípio da significância cultural pretende ser apenas um princípio que também deve ser ponderado em relação aos direitos dos compradores, descobridores e fabricantes, e reconhece-se que isso muitas vezes será uma tarefa difícil. Mas, independentemente dessa dificuldade, o princípio pode facilitar reivindicações de grupos culturais que adquiriram um objeto injustamente e/ou estão culturalmente distantes de seu criador e contexto cultural originais, desde que o valorizem o suficiente (LIMA, 2017).

Processos naturais de mudança e transformação têm impulsionado a evolução da vida na Terra. O patrimônio natural é um registro dessas mudanças, até os dias atuais. Da mesma forma, aplicado ao domínio cultural, sugeri em outro lugar que o patrimônio cultural é a manifestação contínua da mudança ao longo do tempo e não sua vítima. De fato, como resultado da rápida mudança global no presente, o patrimônio cultural está crescendo rapidamente, não diminuindo (OLIVEIRA, 2019).

Os desastres também modificam e criam um patrimônio que terá histórias importantes para contar às gerações futuras sobre alguns processos e eventos muito dramáticos. Se houver algum risco importante para o patrimônio como resultado da destruição por desastre, é o risco de abordagens impensadas para restaurar ou reconstruir o patrimônio. O patrimônio cultural, tangível ou intangível, é sustentável na medida em que tem a capacidade de se adaptar à mudança por meio da transformação criativa e continua a

se desenvolver. Quando se observa que algum patrimônio específico foi perdido ou está atualmente vulnerável e em risco, devemos perguntar como esse patrimônio foi ou pode ser transformado absorvendo as aparentes perturbações (SOARES; MARTINS, 2014).

Assim como sociedades inteiras, o patrimônio cultural que não é adaptável e receptivo à transformação não é suficientemente resiliente e, portanto, não é sustentável por longos períodos de tempo. A diminuição do patrimônio cultural não é diminuição do eu eterno de uma comunidade. Em vez disso, a perda de manifestações específicas do patrimônio é um resultado inevitável de uma cultura viva que continua a existir agora e em um futuro que será submetido a mudanças e transformações em comparação com o presente (OLIVEIRA, 2019). O patrimônio cultural, assim como a natureza, é um processo em constante evolução, não um legado em nenhuma parte já concluída.

2.3 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A proposta da Educação Patrimonial na escola é envolver a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais e das pessoas que formam o patrimônio cultural, e que estão bem ao nosso lado histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O termo educação patrimonial foi introduzido no Brasil em 1983, no "I Seminário de Uso Educacional de Museus e Monumentos", desenvolvido pelo Museu Imperial, em Petrópolis-RJ. Esta ação proposta foi inspirada no método inglês de "educação patrimonial".

Durante as décadas de 1980 e 1990, a metodologia apresentada na época foi adotada pelo IPHAN como órgão oficial de educação patrimonial, sendo divulgada em várias cidades brasileiras e liderando o trabalho da arqueologia no licenciamento ambiental (TOLENTINO, 2012). A partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de captação concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, pesquisa e apropriação), os autores afirmam o caráter processual das ações educativas, não se limitando a atividades isoladas, isoladas e descontínuas.

A Educação Patrimonial consiste num "processo contínuo e sistemático", centrado no "Patrimônio Cultural como principal fonte de conhecimento e enriquecimento

individual e coletivo", cuja metodologia se aplica a qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja objeto ou conjunto de bens, monumento ou sítio histórico ou arqueológico, paisagem natural, parque ou área ambiental, centro histórico urbano ou comunidade rural, manifestação popular de caráter folclórico ou rito, processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio (HORTA, 2005, p. 6).

É um processo constante e sistemático de trabalho educativo centrado no Patrimônio Cultural como grande fonte de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial visa conduzir crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de seu patrimônio cultural melhor aproveitamento desses bens, e possibilitar a geração e produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural.

O conhecimento crítico e a apropriação consciente das comunidades pelo seu patrimônio são fatores essenciais no processo de preservação sustentável desses bens, bem como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

A Educação Patrimonial é um instrumento de “literacia cultural” que permite aos indivíduos lerem o mundo que os rodeia, levando-os a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que estão inseridos. Esse processo leva ao fortalecimento da autoestima de indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, entendida como múltipla e plural (TOLENTINO, 2012).

O diálogo permanente envolvendo este processo educativo estimula e facilita a comunicação e interação entre as comunidades e os atores responsáveis pela conservação e estudo do patrimônio cultural, possibilitando a troca de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e melhoria desse patrimônio. É por isso que estamos longe de propor qualquer tipo de definição. Além disso, entendemos que não há como separar a prática educativa da ideia de cultura e patrimônio, o que acaba tornando o termo “Educação Patrimonial” um pleonasmo (CHAGAS, 2006) que, segundo Chagas, Perceber a educação a partir de uma perspectiva que enfoca a cultura como fio condutor não é novidade no Brasil.

No início da década de 1980, a Fundação Nacional Pró-Memória criou o projeto “Interação entre a educação básica e os diferentes contextos culturais existentes no país” (FONSECA, 1996, p. 157), que buscava diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos "o status de 'cultura' para as experiências que o aluno trouxe para a escola".

Isso envolveu o uso das artes em geral, além de esportes, museus e sítios históricos, como ferramentas pedagógicas que potencializariam o ensino-aprendizagem (BEZERRA, 2006). Somado a isso, para a escola “freiriana” de educação, é um dos pontos-chave nessas discussões é o conceito antropológico de cultura. Em suas experiências, Freire (1989) observou que essa questão é imprescindível em qualquer contexto. O argumento é que, ao discutir o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos estão expondo sua realidade e se descobrindo nela.

A cultura material passa a fazer parte do processo de "alfabetização cultural" empreendido por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui manifestações acadêmicas e populares. O propósito não é discutir as ideias de Freire, mas mostrar que a visão de uma prática educativa de base cultural não surge com a Educação Patrimonial.

De fato, o próprio “Guia Básico de Educação Patrimonial”, publicado pelo Iphan em 1999 (HORTA, 2005), se inspira inequivocamente em Freire ao afirmar, em suas primeiras páginas, que Educação Patrimonial é um processo de “alfabetização cultural”. O processamento da educação patrimonial atende a uma metodologia que, segundo o raciocínio proposto por Grunberg (2007), compreende as seguintes fases:

Observação: fase onde o indivíduo, ao ter contato com o bem cultural, faz o reconhecimento de sua função e significado;

Registro: nesta fase se buscam fixar os conhecimentos obtidos por meio da escrita ou descrição, possibilitando aos indivíduos uma observação mais aprofundada destes dados;

Exploração: momento em que o bem cultural se torna um objeto de discussão, cujo investigador, utilizando também outras referências (centros informacionais, documentos, pessoas próximas, por exemplo), começa a analisá-lo criticamente;

Apropriação: nessa etapa o indivíduo, já consciente do que o bem cultural representa, passa a interagir no processo de apoderamento, valorização e cuidado deste.

Num artigo posterior, Horta (2003, p. 1) deixa claro que a Educação Patrimonial pode ser um instrumento de “literacia cultural” “(...) tal como proposto por Paulo Freire (1989) na sua ideia de ‘empoderamento’”. O que queremos dizer é que os germes da chamada Educação Patrimonial já estavam presentes nas atividades educacionais no Brasil, mas sua “introdução” oficial costuma ser datada da década de 1980 e associada a um evento organizado pelo estado. O termo “Educação Patrimonial” foi formulado pela primeira vez no país em 1983, a partir de um seminário realizado no Museu Imperial de Petrópolis, Rio de Janeiro (HORTA, 2005).

O objetivo do encontro foi apresentar uma metodologia inspirada em uma iniciativa pedagógica adotada na Inglaterra e cujo lema era “o uso educacional de museus e monumentos” (HORTA, 2005, p. 221).

A ideia central era utilizar as fontes primárias como instrumento de ensino nas escolas, o que ocorre na Inglaterra desde a década de 1970, principalmente por meio da noção de história baseada em evidências para o ensino da história daquele país (BEZERRA, 2006).

O uso de fontes primárias por meio de visitas a museus, sítios arqueológicos, cidades históricas e arquivos para o ensino de História também está previsto nos Parâmetros Curriculares da Educação Básica no Brasil (BRASIL, 1998), o que por si só não é garantido.

Para Machado (2006), há pouco envolvimento da escola como produtora de ações, restringindo sua atuação, em geral, como receptora dessas iniciativas. O que se verifica é um modismo no uso da expressão “Educação Patrimonial” (BEZERRA, 2006; CHAGAS, 2006), que, por um lado, aponta para a multiplicação do número de projetos com base no patrimônio e, por outro, indica a urgência de se discutir o tema, que tem implicações importantes para a dinâmica de constituição e preservação do patrimônio cultural como um todo.

Percebemos que a chamada Educação Patrimonial é uma disciplina complexa, entendida aqui, um tempo que anuncia tantas reflexões abertas, porque elas pertencem a

um campo de discussão e pesquisa que se define historicamente, pois, ao mesmo tempo, aponta para um conjunto de ações de natureza técnica a serem avaliadas dentro de uma perspectiva ética, mas não uma ética que desconsidere a visão do Outro e toma o olhar do técnico como algo autossuficiente e de uma ética da reciprocidade que coloca o diálogo e o intercâmbio cultural como um horizonte possível.

É fundamental que todas as ações educativas garantam a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas. O que se destaca é a construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do lugar. Ação transformadora dos sujeitos no mundo e não uma educação que apenas reproduza informações, como uma via de mão única que identifica os educandos como consumidores de informações - modelo denominado por Paulo Freire como “educação patrimonial” (FREIRE, 1989).

Portanto, as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os atores institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras de referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educacionais devem ser vistas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local usando múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente.

2.4 MEMÓRIA SOCIAL

Indivíduos e nações possuem uma memória coletiva de eventos históricos, mesmo aqueles ocorridos muito antes de seu nascimento. Essa memória coletiva não constitui um registro preciso da história, mas é construída por membros do grupo que funcionam como “historiadores leigos” na tentativa de injetar sentido na história e fornecer um passado utilizável que cumpre uma função importante no presente. Uma função primária das memórias coletivas é criar e manter a identidade social, um processo que se dá através de histórias que nos fornecem narrativas que nos dizem quem somos, de onde viemos e para

onde devemos ir. Ela define uma trajetória que ajuda a construir a essência da identidade de um grupo (LICATA; MERCY, 2015).

Ademais, a memória coletiva não apenas promove a construção da identidade, mas também a preservação de uma identidade coletiva positiva e um senso de valor. Isso pode ser alcançado por meio de comparações sociais e desvalorizações de outros grupos e também por meio da reconstrução da realidade e da memória para manter uma imagem positiva do grupo (LICATA et al., 2012).

Sabe-se que a identidade social emerge a partir das representações sociais e que essa identidade implica ser identificado por meio de identificações que leva as pessoas ao trabalho de localizar uma posição dentro da esfera simbólica da cultura, uma vez que a identidade é construída ou elaborada tanto externa quanto internamente. A identidade é uma forma de organizar significados, de ser construído como sujeito social (ALBA, 2014).

As identidades, por meio dos símbolos a elas associados, constituem um ponto de referência e definição das sociedades atuais, carregando significados que são construídos e dotados de atributos culturais. Embora estes se baseiem em aspectos institucionais dominantes, a identidade torna-se sua quando reflete o pensamento e o sentimento da pessoa, fazendo com que os sujeitos sociais construam significados e papéis em torno dela (SANTOS, 2013).

Em termos de representações sociais, os grupos tendem a destacar as diferenças interindividuais com aqueles grupos com os quais se relacionam e acentuam as semelhanças com membros do próprio grupo, o que resulta em integrações ou diferenças sociais. Sabe-se que as pessoas não pertencem a um único grupo, pois implica uma série de interações que têm como efeito uma identidade multidimensional. Este processo pode criar inconsistências entre os vários elementos das representações, contrastando as várias identidades, então a identidade é também um processo constituído e constituinte (VILLAS BÔAS, 2015).

Na construção das representações sociais, as pessoas assimilam os diversos referentes de seu ambiente, enraizados nos usos e costumes dos grupos e povos, e assim sua identidade se manifesta através do significado que dão às suas representações sociais. Desse modo, essas representações constituem como um metassistema que permite a regulação social por meio de categorias de avaliação e categorização apoiadas por

explicações de senso comum de relações entre grupos e objetos sociais (MACHADO, 2016).

Essas categorias, que são o eixo das relações sociais, são sustentadas por pensamento consensual. Assim, nas relações sociais prevalecem às regras, os regulamentos sociais. Uma vez que dentro desses regulamentos e interações sociais, as informações carregadas de opiniões são compartilhadas, dando origem à unidade ou desunião social, dependendo do reconhecimento social ou não dessas opiniões, o que leva a formar grupos com base na posição que eles assumem em relação essas informações e opiniões. Opiniões, diga-se, que podem ser fossilizadas quanto às suas origens. Assim, as representações sociais tendem a ser um efeito de comunicações e interações interindividuais (ASSMAN, 2011).

Como já foi explicado em outros trabalhos, à investigação das representações sociais aborda os complexos sistemas cognitivos das pessoas como metassistemas de relações simbólicas que caracterizam uma sociedade. Nesse sentido, o contraste entre diferentes identidades implica um complexo processo de categorização onde entram em jogo semelhanças e diferenças entre categorias, o que leva a outros processos como os chamados interclasses, o que permite que, em algumas condições, os processos de diferenciação são reduzidos e em outros são acentuados (COLEBROOK, 2018).

Dispõe-se que a memória e a relação das sociedades com o passado desempenham um papel importante na construção de identidades, sendo uma das funções principais de memória, pois preservam e defendem as identidades de grupos e comunidades. Isso porque quando as identidades são ameaçadas, ocorre uma série de processos para protegê-los ou transformá-los, o que se torna mais evidente em situações de conflito (PERALTA, 2007).

As sociedades contemporâneas são caracterizadas por tendências aceleradas de globalização, sendo atravessadas pelo uso de tecnologias, pelos conflitos sociais, a pobreza e a luta pelos direitos humanos, para citar alguns. Neste contexto, é necessário questionar a forma como as pessoas concebem e representam identidades, sejam nacionais, étnicas, urbanas ou de gênero e como tais aspectos estão relacionados com a memória social (MARTINS, 2011).

Desde o trabalho pioneiro de Ebbinghaus em 1885, o estudo da memória individual tem sido um dos pilares da psicologia cognitiva – mesmo durante os dias mais sombrios do behaviorismo. Em contraste, a memória coletiva – o que grupos de pessoas ou culturas

inteiras sabem – recebeu comparativamente pouca atenção científica. No entanto, como exemplificado por especulações sobre arquétipos e a consciência coletiva, essa questão é de interesse popular de longa data. Uma compreensão de como as culturas se lembram de seu passado é de importância crítica se quisermos aprender com a história. No entanto, não se sabe quanta história as pessoas se lembram (HALBWACHS, 2006).

Deve-se o termo memória coletiva ao sociólogo Maurice Halbwachs (2006). Analisando a formação da memória individual, esse autor enfatiza, antes de tudo, o caráter eminentemente social do sujeito humano. Então, ele deduz que a maioria de nossos experimentos ocorre em quadros sociais que compartilhamos com outros (pertencimentos sociais, práticas sociais, linguagem etc.). Mas esses marcos sociais também são referenciais que utilizamos ao relembrar um acontecimento, e essa memória individual é necessariamente efetivada pelo selo das inserções sociais. Assim, a memória coletiva pode ser definida como o produto da atividade convergente de indivíduos que se lembram do passado como membros de um grupo ou de uma comunidade. Este trabalho de recolhimento não é uma mera restituição. É uma reconstrução no presente, visando tornar o passado compreensível no momento de sua atualização e compatível com a identidade social do grupo. Ou seja, com a imagem que esse grupo quer manter de si mesmo. Deste ponto de vista, a memória coletiva de um grupo mantém uma relação distante com a realidade factual do passado na medida em que se apoia em mecanismos de seleção e transformação que permitem seu ajuste à identidade do grupo (WEBER; PEREIRA, 2010).

Em seus escritos sobre memória coletiva, Halbwachs (2006) utiliza repetidamente a noção de representação. Quando ele propõe exemplos que ilustram seu propósito, encontramos as expressões como representação de um evento ou representação do passado. É interessante notar aqui que na época em que Halbwachs o escreveu ele só tinha a noção de representação coletiva. Essa noção pressupõe a existência de visões de mundo compartilhadas por todos os membros de uma sociedade, mas Halbwachs tenta explicar que os diferentes grupos que constituem uma sociedade carregam diferentes memórias coletivas.

Desde a teoria das representações sociais ainda não tivesse sido formulado, Halbwachs (2006) não conseguia perceber que a memória coletiva que ele tentou teorizar está muito próxima do fenômeno da representação social e que as duas noções podem ser facilmente assimiladas. Inicialmente Moscovici define as representações sociais (RSs)

como universos de opinião relacionados a objetos no ambiente social dos indivíduos. Mais precisamente, o conteúdo de uma RS pode ser expresso em termos de informações, opiniões ou crenças compartilhadas por membros de um grupo sobre um determinado objeto (RODRIGUES, 2012).

Essas construções são o resultado dos processos sociocognitivos que os indivíduos utilizam para compreender seu meio social e dar-lhe significado. São também o resultado de diferentes processos de comunicação (interindividual e coletivo) que levam à emergência de consensos entre os grupos sociais. Mas, segundo Moscovici, entre os principais processos envolvidos na emergência de uma RS, está o processo de ancoragem que responde a um princípio de coerência cognitiva (WEBER; PEREIRA, 2010). Quando uma RS emerge dentro de um grupo social, ela necessariamente entra no universo cognitivo que a precede. Em outras palavras, um grupo social desenvolve uma nova representação garantindo que ela permaneça compatível com suas RSs, normas e valores preexistentes (CRESPO; RODRIGUES; JORGE, 2015).

A primeira função das RS é uma função de interpretação e compreensão do ambiente social. No entanto, para vários autores eles também cumprem uma função identitária ao permitir que membros de um grupo social se diferenciem de outros grupos. Mas os RS também são reguladores de identidade. Acontece que os grupos sociais os fazem evoluir para manter uma imagem positiva de si mesmos (FENTRESS; WICKHAM, 1992).

Por exemplo, Mugny e Carrugati constataram que, se os pais de filho único consideram que a inteligência é um bem resultante de um processo de transmissão pai-filho, o mesmo não acontece com os pais com dois filhos. Estes preferem acreditar que a inteligência é um dom inato. É óbvio que, diante da inevitável disparidade nas capacidades intelectuais dos indivíduos, os pais com vários filhos preferem aderir à teoria da dádiva. Isso lhes permite minimizar sua responsabilidade quando descobrem que um de seus filhos é menos inteligente que o outro (CRAPS, 2018).

Segundo Craps (2018), as RS são a culminação de um processo de reconstrução coletiva da realidade. Mas este trabalho foi realizado com respeito à história, normas, valores e crenças preexistentes do grupo social (processo de ancoragem). Também foi realizado com a preocupação de manter uma identidade social positiva do grupo (função identidade). Podemos pensar que as representações do passado discutidas por Halbwachs

também podem ser representações sociais. Essa é a tese que Viaud, consoante apontado por Alba (2014), desenvolveu ao identificar três características comuns a ambos os fenômenos.

Primeiro, eles emergem e são atualizados por meio de interações sociais que envolvem processos comuns de comunicação. Além disso, são determinados por filiações grupais que orientam seus conteúdos segundo uma lógica identitária. Finalmente, os dois fenômenos parecem estar intimamente ligados à linguagem, uma linguagem natural diferente daquela da ciência, mas uma linguagem igualmente capaz de produzir realidades simbólicas para indivíduos e grupos sociais.

Acrescenta-se que entre as várias articulações entre memória coletiva e representações sociais sugeridas por Viaud (CRAPS, 2018), há uma que interessa particularmente. Segundo ele, a memória também pode ser considerada como uma prática sobre o passado destinada a dar uma representação dele. A prática do monumento comemorativo vai ao encontro dessa lógica, pois ao reapresentar um acontecimento do passado, mostra a memória que um grupo social deseja preservar ou lhe impor.

A assimilação do conceito de memória coletiva com o conceito de representação social do passado pressupõe que uma memória coletiva emerge e se perpetua notadamente pelo processo de ancoragem. De fato, a primeira âncora de uma memória coletiva está na identidade social do grupo que a carrega, pois, uma das funções dessa memória é justamente preservar a imagem que um grupo faz de si mesmo. Mas além dessa ancoragem ontológica, parece que uma representação social do passado também pode ser ancorada em outros quadros de referência, passíveis de se combinar com a ancoragem sócio identitária inicial e modular seus efeitos (MACHADO, 2016).

As interações sociais são cruciais para as comunidades que se envolvem em um comportamento coordenado. Essas interações constituem os meios pelos quais crenças, memórias e normas são compartilhadas entre as comunidades. Eles podem facilitar a disseminação de informações sobre comportamentos saudáveis, alterar normas negativas e possibilitar cooperação em larga escala (VILLAS BÔAS, 2015).

Por outro lado, interações dentro de clusters sociais homófilos dão origem a bolhas de informação e polarização política, e têm o potencial de perturbar o comportamento coletivo ideal. Explorar o impacto das interações sociais em fenômenos de grande escala

recentemente levou a avanços significativos na compreensão da formação das memórias coletivas (SANTOS, 2013).

Uma vez que um evento é codificado por um indivíduo, sua memória é maleável. Está sujeito a transformações cognitivas, como esquecimento e distorção, e suscetível a influências sociais. Devido a essa maleabilidade, a lembrança conversacional do passado muitas vezes leva à sincronização de memórias entre os parceiros em interação. Quando essas influências de nível diádico fazem parte de uma rede maior de interações sociais, surgem memórias coletivas.

Para entender a sincronização de memórias em nível de comunidade, os modelos teóricos atuais apontam para a necessidade de desenvolver uma estrutura que capture tanto como as memórias de um indivíduo são moldadas nas interações sociais, quanto como características da rede social que caracterizam as interações da comunidade impactar na formação de memórias coletivas.

Depois de Halbwachs, diferentes estudiosos de várias disciplinas acadêmicas usaram o conceito de memória coletiva como um conceito interdisciplinar. Mais recentemente, os estudiosos do estudo da memória tendem a enfatizar a importância da mídia na formação de memórias coletivas: A cultura e a memória individual são constantemente produzidas e mediadas pelas tecnologias da memória.

No entanto, os desenvolvimentos nas tecnologias digitais nos últimos anos influenciaram significativamente a forma como acompanhamos os eventos, tanto como indivíduos quanto como coletivo. As tecnologias digitais também nos forneceram enormes quantidades de dados, que os pesquisadores já estão usando para estudar diferentes aspectos de nosso comportamento social utilizando procedimentos automáticos em amostras muito maiores de dados (COLEBROOK, 2018). Assim, a internet teve fortes impactos na memória e nos processos de lembrar e esquecer e, por outro, converteu a memória coletiva em um fenômeno observável que pode ser rastreado e medido online em escala.

Analisando diferentes documentos da Web, pesquisadores mostraram que eventos passados mais recentes são lembrados de forma mais vívida no presente. Pesquisas diversas apontam nesse sentido. Craps (2018), por exemplo, analisou 63.000 logs de consultas na Web e descobriu que 10% tinham referências temporais, principalmente ao passado ou futuro próximo. Além disso, Machado (2016) apontou também como os micro-

blogueiros se referem coletivamente ao tempo e descobriram que, embora vários posts sejam sobre eventos passados, o “aqui e agora” é o que eles mais se referem e se preocupam.

A história examina os grupos humanos de fora e estabelece uma seleção de eventos passados. A memória coletiva é, por outro lado, o próprio grupo visto de dentro. As pessoas são um repositório vivo. Assim, a memória coletiva concentra-se em uma perspectiva de grupo social ou comunidade. Com isso, é também importante abordar acerca do que é memória coletiva na era digital, conforme o supracitado, pois é preciso analisar a influência da construção da memória e também da identidade, mas com os impactos da tecnologia. Consequentemente, são representados eventos passados associados a valores específicos e narrativos para este grupo.

Memórias com pouco contato com outras memórias são menos preservadas. Além disso, a memória interfere na percepção e influencia a visualização da realidade. Essas duas informações nas quais a memória influencia a percepção, e aquelas memórias que têm poucos pontos de contato com outras memórias são mais difíceis de lembrar, portanto, são essenciais no momento de aprendizado do ser humano, em diversos sentidos (HALBWACHS, 2006; RODRIGUES, 2012).

Em resumo, o constante confronto de um evento, atenção focada nele, associação com outras memórias relacionadas, a posição do indivíduo no grupo, as emoções despertadas no momento, e o ambiente material são os perpetradores da memória. Esses fatores determinam intensidade e vivacidade ou, em contraste, o desvanecimento das memórias. As pessoas mantêm um fato em mente quando é frequentemente debatido com os outros. Caso contrário, suas marcas desaparecerão e deixarão apenas rastros ou serão completamente apagadas.

2.5 REVELANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO CRISTÓVÃO-SE

São Cristóvão é um município com aproximadamente 91 mil habitantes, distribuídos em uma área de 436.863 km², localizado na Região Metropolitana de Aracaju, no estado de Sergipe, que faz limites com os municípios de Aracaju a leste, Nossa Senhora do Socorro, Laranjeiras e Areia Branca ao norte, e Itaporanga d'Ajuda a oeste e sul.

Figura 1 – Localização de Sergipe



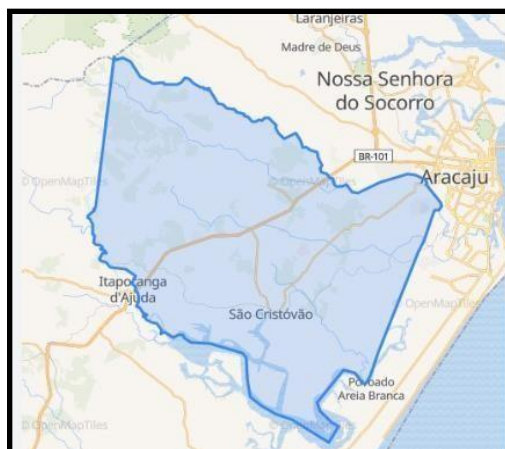
Fonte: Portal Escola

Figura 2 – Localização de São Cristóvão



Fonte: Portal Escola

Figura 3 – Localização de São Cristóvão-SE



Fonte: <https://cualbondi.org/br/a/r303896/sao-cristovao>.

Inicialmente o território de Sergipe foi doado pelo Rei D. João III a ao Donatário Francisco Pereira Coutinho, terras essas que estavam vinculada a capitania da Bahia, posteriormente, São Cristóvão é criada em primeiro de Janeiro de 1590, pelo então português Cristóvão de Barros durante o período Ibérico ao comando da dinastia Filipina, um exemplo de conjunto colonial, considerada a quarta cidade mais antiga do Brasil , hoje o município é tido como Capital Honorária do Estado, intitulada como Cidade Mãe de Sergipe. Considerada monumento nacional, apresenta um conjunto arquitetônico desde a fase colonial, como edifícios históricos, tradições, romarias e festas religiosas como, por exemplo, a festa do senhor dos passos, que nos dias atuais atrai fiéis de diversos locais do Brasil.

A cidade apresenta uma topografia acidentada do morro: onde temos Cidade alta e Cidade baixa, desenvolvida à beira do rio Paramopama. Elevada à categoria de Cidade Histórica pelo Decreto-lei nº 94 de 22 de junho de 1938, durante o governo do Interventor Eronildes Ferreira de Carvalho. Já no ano de 1967 é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscrita no livro de tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico nacional. No setor econômico a cidade mais antiga do país se destaca no desenvolvimento da agricultura, indústria de pesca, pecuária e turismo cultural, além de abrigar a Universidade Federal de Sergipe, maior centro educacional do Estado sergipano.

São Cristóvão apresenta um conjunto urbanístico, arquitetônico e paisagístico com maior concentração de ações promovidas pelo IPHAN, no Estado de Sergipe. Em termos ao patrimônio cultural da cidade, os primeiros tombamentos foram nos anos 1940. A cidade é um registro autêntico e único da urbanidade brasileira, pois é uma das poucas cidades construídas durante o período em que as coroas da Espanha e de Portugal estiveram unificadas.

No município ocorreu a fusão de influência de práticas e leis espanholas e portuguesas para a formação de núcleos urbanos coloniais (IPHAN, 2014a). Esta foi a primeira capital do Estado e é a quarta cidade mais antiga do Brasil. Sua localização é no alto de uma encosta, o que representa a sua divisão entre cidade alta e baixa. A arquitetura colonial, o chão de pedra, os museus e igrejas são os componentes do patrimônio histórico, cultural e artístico de São Cristóvão.

Figura 4: Praça São Francisco em São Cristóvão (SE).



Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/43>.

É uma praça localizada no centro histórico da cidade brasileira de São Cristóvão, no Estado de Sergipe. A Praça foi fundada junto com a cidade em 1607, e seu entorno possui edificações construídas entre os séculos XVII e XIX. Foi protegida em nível estadual e nacional e designada Patrimônio da Humanidade em 1º de agosto de 2010 pela UNESCO pelo seu valor como documento histórico, paisagístico, urbanístico e sociocultural do período da União Ibérica.

Figura 5: A Igreja e Convento de Santa Cruz, ou São Francisco, também abriga o Museu de Arte Sacra, o primeiro monumento tombado pelo IPHAN no Estado de Sergipe em 1941.



Fonte: <https://www.crea-se.org.br/praca-sao-francisco-um-complexo-excepcional-que-transpira-historia-em-se>.

Posteriormente, o procedimento foi realizado na Igreja em 1943, Matriz de Nossa Senhora da Vitória, Igreja do Rosário dos Homens Pretos e Conjunto Carmelita (incluindo a Igreja e Mosteiro do Carmo, e a Igreja da Ordem Terceira, mais conhecida como Igreja de Nosso Senhor dos Passos).

Figura 6: Matriz de Nossa Senhora da Vitória



Fonte: <https://publicacao.saocristovao.se.gov.br/post/vivacidade-conheca-a-historia-da-paroquia-mais-antiga-de-sergipe>.

Figura 7: Igreja do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: <https://portal.unit.br/blog/noticias/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-dos-homens-pretos-simbolo-de-resistencia>.

Figura 8: Conjunto Carmelita (incluindo a Igreja e Mosteiro do Carmo, e a Igreja da Ordem Terceira, mais conhecida como Igreja de Nosso Senhor dos Passos)



Fonte: Prefeitura de São Cristóvão–SE

No ano seguinte, em 1944, foi à vez da Igreja e Antiga Santa Casa de Misericórdia, hoje conhecida como Lar Imaculada Conceição. Finalmente, em 1962, a Igreja do Amparo dos Homens Pardos. Além dos monumentos tombados pelo IPHAN, o governo do Estado tem realizado o mesmo procedimento nos museus estaduais.

Figura 9: Antiga Santa Casa de Misericórdia, hoje conhecida como Lar Imaculada Conceição.



Fonte: <https://www.sergipeturismo.com/igreja-da-misericordia>.

Figura 10: Igreja do Amparo dos Homens Pardos



Fonte: Prefeitura de São Cristóvão-SE

Em 1º de agosto de 2010, em Brasília, o Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) declarou a Praça São Francisco em São Cristóvão (SE) como o mais novo patrimônio cultural da humanidade. Com a decisão anunciada pelo ministro da Cultura em Juca Ferreira, o número de sítios declarados Patrimônio da Humanidade no Brasil subiu para 18 (INFONET, 2010). A praça é um assentamento urbano que une padrões de ocupação do solo, promulgados por Portugal e também normas estabelecidas para urbes, conforme determinações espanholas. Convém ainda destacar que, entre 1941 e 1942, o IPHAN tombou a Igreja e Convento de São Francisco, Igreja do Rosário dos Homens Pretos, Igreja Nossa Senhora das Vitórias, Igreja de Nosso Senhor dos Passos, Conjunto Carmelita e também pode-se citar o sobrado d Balcão Corrido da Praça Matriz, edifícios históricos que representam o patrimônio cultural e religioso da região (IPHAN, 2014b).

O entorno da Praça São Francisco abrange o Palácio Provincial e Casario Antigo, Igreja de Misericórdia, Igreja e Convento de São Francisco, Santa Casa, Capela da Ordem Terceira, Casa do Folclore Zeca de Norberto e Museu de Sergipe. A implantação da Praça foi conforme conceitos empregados em cidades coloniais da América hispânica, conforme apontado (IPHAN, 2014c).

Todo esse amplo acervo patrimonial material é testemunho vivo dos processos de formação da sociedade brasileira em geral e da sociedade sergipana em particular. Ele aponta qual o processo de gênese da cidade, associado à sua função, servir de marco da

ocupação de um território que os portugueses disputavam aos indígenas tupinambás e aos franceses aliados aos indígenas que habitavam o espaço entre o São Francisco e o Rio Real.

A cidade é a síntese e culminância histórica da luta pela incorporação de uma importante fração ao universo da colonização portuguesa que assenta as bases das nossas desigualdades genéticas: as desigualdades regionais entre litoral e interior, já que marca a conquista de uma faixa litorânea importante para o cultivo de cana e o abastecimento dos engenhos baianos em gado; e nossas desigualdades sociais e étnico raciais, já que São Cristóvão é erguida após a vitória portuguesa, em aliança com indígenas tupinambás baianos contra os indígenas de Sergipe, vitória que se realiza através do massacre de mais de 1.600 caetés e a escravização de mais 4.000 membros desse povo indígena, massacre que, trágica coincidência, se deu a primeiro de janeiro de 1590 (BANDEIRA, 2000, p. 138-140; RISÉRIO, 2010, p. 79-88). São Cristóvão, em sua beleza, é um monumento à barbárie que nos constitui enquanto sociedade, nasce de uma verdadeira guerra de conquista.

Não obstante essa trágica origem, típica da realidade da colonização ibérica, São Cristóvão é uma cidade significativamente conhecida pela preservação de sua herança histórica. Um dos meios de expressão do patrimônio cultural e identidade da cidade é a gastronomia. Esta apresenta uma mistura de ingredientes europeus, indígenas e africanos. Um dos exemplos a ser apontado nesta pesquisa é o biscoito Bricelet, ao qual é considerado pela população como um símbolo de resistência. Isso porque, a sua origem é suíça e introduzido na culinária do local por freiras beneditinas, enclausuradas na antiga Santa Casa de Misericórdia (PREFEITURA DE SÃO CRISTÓVÃO, 2021).

Figura 11: Biscoito Bricelet



Fonte: Prefeitura de São Cristóvão (2021)

Por intermédio de um Projeto de Lei apresentado pela deputada estadual Maria Mendonça e com aprovação pela Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE), houve a sanção da Lei n. 8931/2021, ao qual estabelece que o biscoito Bricelet é Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe. Essa iguaria também trouxe subsídio para o antigo Orfanato Imaculada Conceição no ano de 2020, sendo um importante atrativo histórico da cultura e do turismo de São Cristóvão (PREFEITURA SÃO CRISTÓVÃO, 2021).

Mas não é só a gastronomia que compõe o patrimônio cultural imaterial de São Cristóvão. A cultura local recebeu influências indígenas, africanas e ibéricas. Essas notórias influências são presentes nas manifestações folclóricas locais através do Reisado, do Samba de Coco, do São Gonçalo, do Batalhão de São João, da Caceteira, da Langa, das Taieiras e dos Bacamarteiros. Aponta-se ainda que, instrumentos musicais como sanfona, pandeiro, cavaquinho, bumbos e outros também trazem a definição da cultura musical e sonora das danças, marchas e cantos que permeiam o patrimônio cultural de São Cristóvão. Convém destacar que as danças eram consideradas por diversos anos e eram severamente recriminadas pela Igreja Católica, que as enxergava como óbices ao apego do povo à difusão de louvores a santos católicos (AZEVEDO, 2010).

Entretanto, esses múltiplos folguedos folclóricos, testemunhas do potencial cultural da cidade, encontram-se ameaçados. Já discutimos acima que patrimônio não é elemento estático da vida de uma comunidade humana, que ele precisa, para manter a condição de patrimônio, de ações grupais que reforcem sua importância como elemento identitário de uma memória coletiva. E essas ações têm faltado ao encontro por falta de incentivos sistemáticos do poder público e pela intensa modernização cultural típica do capitalismo contemporâneo. Teremos oportunidade de tratar dessa importante questão da educação patrimonial mais adiante.

Aponta-se ainda que no centro histórico da cidade, que também representa o patrimônio cultural do local, é seguida uma tradição de que no segundo final de semana após o feriado de Carnaval ocorre à realização da Festa do Senhor dos Passos. Esta festividade é considerada a segunda maior romaria da região Nordeste no período de Quaresma. Nesse aspecto, a cidade apresenta um patrimônio cultural abrangente e significativo, que dispõe elementos como a pedra e cal, culinária, danças e folguedos e também em relação a ritos sagrados da Igreja Católica (ARAGÃO, 2019).

A Festa do Senhor dos Passos traz em si muitas das características históricas e culturais matriciais da vida cultural da cidade. A memória popular e eclesiástica afirma que os festejos iniciaram quando, há 200 anos, pescadores da velha capital encontraram no Rio Paramopama a imagem de Nosso Senhor dos Passos à deriva dentro de uma caixa, onde estava indicado que o objeto deveria ser direcionado à “cidade de Sergipe Del Rey”, antiga denominação de São Cristóvão, e a levaram aos Carmelitas. A imagem só deixa a Igreja do Carmo Menor, onde fica, quando da Romaria, durante a Quaresma.

Há uma série de missas e procissões ao longo de três dias, com uma programação intensa para as dezenas de milhares de romeiros que acorrem à velha cidade sergipana. O catolicismo popular, herança portuguesa atravessada por influências afro-indígenas, se faz presente com todo o seu vigor, com fiéis pagando promessas e percorrendo, durante dias, um périplo de visitas e missas em inúmeras igrejas em diversos pontos da cidade.

Essa vívida manifestação de religiosidade popular vai além das missas e procissões, constituindo um amplo complexo de práticas. A tradição consolidou que os romeiros que chegam à romaria para pagar promessas devem vir de roxo, cor do manto que cobre a imagem do santo, durante o “passeio” desta entre os fiéis. Os fiéis também devem jogar vestes roxas ao pé da imagem como forma de demonstrar devoção (SÃO CRISTÓVÃO, 2022).

Outro importante elemento desse complexo de práticas rituais religiosas é a existência do Museu dos Ex-votos. Neste museu, há uma grande quantidade de fotografias, objetos e esculturas de partes do corpo humano, formas de os romeiros demonstrarem gratidão pelas graças que acreditam ter alcançado graças à fé no santo. Ele surgiu em 1990, como forma de atender a essa prática recorrente dos fiéis, ordenando as peças em um local específico anexo à Igreja de Nosso Senhor dos Passos (Igreja do Carmo Menor). Além disso, conforme um frei da ordem das carmelitas, “Durante a procissão, eles vêm para o museu e passam por debaixo das imagens em formato de cruz. Essa tradição é bem conhecida por aqui em São Cristóvão e no Brasil, e que também vem de Portugal” (SÃO CRISTÓVÃO, 2022). Ou seja, é todo um complexo ritualístico que expressa uma história multissecular.

No caso da festa que está sendo analisada, é evidente que constitui todo um complexo patrimonial imaterial. Ela realiza como prática social, portanto, como ações e relações ritualizadas, a memória social, ela dá vivência a essa memória, constituindo

expressão da identidade do povo são cristovense e do povo sergipano em geral. Não obstante tratar-se de uma celebração católica, sua natureza identitária transcende essa limitação religiosa, pois, dado o seu caráter arraigado na memória local e dadas as dimensões que assumiu, a festa é um marco para toda a população da cidade, sendo um momento de efervescência de toda a vida cidadina.

Figura 12: Multidão de fiéis aglomerados na Praça São Francisco, o encontro entre o patrimônio material e imaterial, São Cristóvão-SE



Fonte: SE Notícias, 2020.

Figura 13: Museu dos Ex-votos dos devotos do Senhor dos Passos, São Cristóvão-SE



Fonte: SÃO CRISTÓVÃO, 2020.

Outro patrimônio cultural imaterial marcante no município, e também de origem católica, é a procissão de Corpus Christi e sua exposição de tapetes pelas ruas do centro histórico da antiga capital sergipana. A tradição de celebrar a Eucaristia, a transmutação do pão e do vinho no corpo de Cristo, existe desde o século XIII no catolicismo, sendo celebrada sempre após aproximadamente 60 dias depois da Páscoa, numa quinta-feira. Em

São Cristóvão, a feitura dos tapetes engaja voluntários locais e estudantes de escolas públicas, que utilizam materiais como pó de serra e sal para confeccionar temas referentes à fé católica. Em 2022 a “tecitura” desses tapetes abarcaram 1,2 km de vias públicas, engajando aproximadamente 100 voluntários em sua produção. Como se pode perceber, a confecção dos tapetes é significativa oportunidade de realização de estratégias de educação patrimonial e de sua utilização como recurso pedagógico para o Ensino Religioso, como teremos oportunidade de analisar mais adiante nesta dissertação.

Figura 14: Produção popular católica de tapetes para celebrar a data de Corpus Christi



Fonte: SÃO CRISTÓVÃO, 2020.

Para além desse patrimônio cultural imaterial de matriz religiosa cristã europeia, outras religiosidades constituem patrimônio de São Cristóvão. Escolheremos aqui apenas um exemplo, o das casas religiosas de matriz africana. São Cristóvão possui mais de 60 casas de umbanda, candomblé e outras religiões de matriz semelhante (SÃO CRISTÓVÃO, 2022). Esses terreiros têm contado com iniciativas do poder público local para apoiá-los, posto que expressam um patrimônio tanto material quanto imaterial da história da cidade. Exemplo disso foi à realização, em 19 de fevereiro de 2022 de Oficina de Empreendedorismo e Comunicação Digital para Pessoas de Terreiro, através da Fundação Municipal de Cultura e Turismo de São Cristóvão (FUMCTUR) (SÃO CRISTÓVÃO, 2022).

Mas, independentemente de apoios da prefeitura municipal, esses terreiros praticam uma resistência cotidiana ao apagamento de sua memória e de sua condição de patrimônio, realizando oficinas de luta antirracista e de uso da língua iorubá, por exemplo, como se pode ver na Figura 8, abaixo. Impossível aqui não se lembrar da percuciente e pioneira análise do sociólogo Clóvis Moura, quando, analisando os sujeitos afrodescendentes escravizados e suas lutas antiescravistas, afirma que os próprios escravos:

Procuravam autopreservar-se e neste sentido elaboravam diversas estratégias que serviam como mecanismos defensivos contra a ordem escravista e seus mecanismos de contenção social. Para nós, a criação de uma língua comum, o idioma das senzalas e a preservação das suas religiões através de nichos de resistência, usando muitas vezes uma tática ambivalente que era confundida com uma cristianização, foram os dois fatores culturais mais relevantes dentro do contexto da escravidão e que possibilitaram a resistência do negro escravo e do livre até os nossos dias (...). Esses dois movimentos surgiram, portanto, inicialmente, como elementos de resistência cultural (MOURA, 1994, p. 180).

Figura 15: Palestra sobre a visão de mundo para o povo iorubá e de aula da língua iorubá, realizadas no terreiro de candomblé Alaroke (Ilé Asé Alaroke Bábá Ajagunan), localizado próximo à entrada de São Cristóvão/SE, realizadas em 20/11/2021, dia da Consciência Negra.



Fonte: SÃO CRISTÓVÃO, 2020.

O patrimônio material e imaterial de São Cristóvão-SE, necessitam estar acompanhados de infraestrutura turística para que sejam elementos de progresso econômico- social para seus habitantes. Parafraseando um dito popular, “nem só de patrimônio vive o homem”. Por isso é importante anotar que o antigo centro da cidade apresenta restaurantes *self service* e também *a La carte*, uma pousada localizada nas dependências do convento Lar Imaculada Conceição – a antiga Santa Casa de Misericórdia, o que possibilita a amplitude da estadia do turista, pois permite o pernoite e também a experiência de hospedagem em um templo do século XVII, localizado em um patrimônio cultural da humanidade: a Praça São Francisco. Ademais, a cidade também dispõe de lojas que comercializam artesanatos, tais como: cordel, bonecos de pano e barro, xilogravura e objeto em madeira (ARAGÃO, 2019).

Nesse sentido, convém ainda ressaltar que o espaço urbano também deve ser apontado para a menção do patrimônio cultural de São Cristóvão. É disposto ainda por Aragão (2019) que, os espaços urbanos de cidades coloniais no Brasil permitem experiências culturais marcantes, tendo em vista o patrimônio cultural dessas cidades e a

presença de vivências, memórias e sentidos seculares. Esse conjunto de aspectos da memória social podem ser notados pela arquitetura, sons, danças, gastronomia e pelas manifestações religiosas. Convém ainda apontar que essas manifestações são derivadas da herança ibérica, mas também de nativos indígenas, africanos e mouros. Há uma sinergia e junção cultural que permite aos visitantes e também aos moradores experiência o patrimônio cultural do local. As experiências sociais são repassadas de geração para geração, o que permite a perpetuação de memória e também de aspectos que constroem o que é o patrimônio cultural de São Cristóvão.

O município em questão é um espaço com significativo potencial para o desenvolvimento turístico de ordem histórico-cultural, tendo em vista que, o espaço apresenta a caracterização colonial no Estado de Sergipe. Também se destaca que foi em São Cristóvão que houve a materialização da expressão barroca em diversos monumentos religiosos, com reconhecimento nacional. Esta caracterização também é vista pela preservação das unidades urbanas dos séculos XVII e XVIII na cidade alta (ARAGÃO, 2019).

As igrejas, casas e conventos de São Cristóvão representam espaço de memória e também da cultura. Os monumentos são marcos da história que impactam no presente. E as práticas sociais que constituem patrimônio cultural imaterial atualizam a memória social através de rituais dotados de importante significação cultural religiosa. (ARAGÃO, 2019). Assim, cabe ao professor de Ensino Religioso, dotado dos instrumentos metodológicos da educação patrimonial, devassar junto com seus estudantes as potencialidades abertas pelo patrimônio cultural religioso da cidade.

Para que seja disposta a centralidade dessa dissertação, aponta-se que o capítulo a seguir informa sobre o trajeto metodológico adotado nesse estudo. Isso porque, antes de apresentar a experiência da intervenção enquanto ação estratégica para a aplicação do patrimônio enquanto educação patrimonial e recurso para a valorização do ensino religioso em São Cristóvão/SE, é necessário compreender o mapeamento e a interpretação do patrimônio local, para que, então, sejam discutidos os pontos evidenciados pela aplicação dos resultados encontrados com o estudo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO E EMPÍRICO DA DISSERTAÇÃO.

A ciência surge no contexto humano como uma necessidade de saber o porquê dos acontecimentos (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 84), como um modo de compreender e analisar o mundo através de um conjunto de técnicas e métodos. Cervo e Bervian (2002, p. 16) afirmam que:

A ciência é um modo de compreender e analisar o mundo empírico, envolvendo o conjunto de procedimentos e a busca do conhecimento científico através do uso da consciência crítica que levará o pesquisador a distinguir o essencial do superficial e o principal do secundário.

Diante disso, é compreendida que a metodologia de pesquisa é uma a somatória de princípios e procedimentos de um estudo acadêmico com o intuito de organizar, apresentar e clareza a pesquisa científica. Com isso, o pesquisador precisa conhecer e respeitar todo o processo de pesquisa, procurando os melhores caminhos e métodos para concretização das etapas. Não é a toa que é vista sendo dotada em trabalhos acadêmicos científicos, como um projeto de pesquisa, um artigo científico, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Dissertação e Tese.

A metodologia científica adequada possibilita uma melhor compreensão e análise do objeto de pesquisa por meio da construção de um melhor entendimento embasado. É notório que para entender, é necessária uma busca pelo conhecimento acerca do tema. Por sua vez, o conhecimento só ocorre quando o pesquisador caminha pelas portas do saber, desenvolvendo o protagonismo do conjunto de ensino/aprendizagem.

A presente pesquisa utilizou o método dedutivo para o desenvolvimento e construção do trabalho. É por meio do método dedutivo que é possível partir de leis gerais para a compreensão e entendimento de questões locais. É um processo no qual parte da análise de informações que levará a um resultado da pesquisa. Esta dissertação baseia-se numa abordagem qualitativa que, conforme Godoy (1995, p. 58), engloba “[...] a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada”.

Segundo Creswell (2014), a pesquisa qualitativa é um conjunto de práticas que transformam o mundo visível em dados representativos, incluindo notas, entrevistas,

fotografias, registros e lembretes. Os pesquisadores qualitativos procuram compreender um fenômeno em seu ambiente natural.

Por via de regra, a pesquisa qualitativa é uma abordagem que infere o fenômeno como o elemento mais importante que sua quantificação. Os resultados de pesquisas qualitativas se dedicam a explicar somente o fenômeno ou o cenário em que o estudo foi aplicado. É característica do método qualitativo a não busca da generalização dos resultados, ou seja, os resultados alcançados não são contabilizados em números exatos e depende muito da experiência dos participantes. Creswell (2014), aponta alguns pressupostos da pesquisa qualitativa são eles:

- Pesquisa conduzida em ambiente natural;
- Centraliza na perspectiva dos participantes;
- Está localizada dentro do ambiente dos participantes.
- Abrange um raciocínio complexo que circula entre o dedutivo e o indutivo;
- Baseia-se no(a) pesquisador(a) como instrumento-chave de coleta;
- Envolve o uso de múltiplos métodos.

Esse estudo optou pela abordagem qualitativa para responder a questão problema da presente pesquisa: Como as estratégias da educação patrimonial podem abordar o vasto patrimônio cultural religioso na Escola Municipal São Cristóvão, na consolidação da experiência do ensino religioso.

Quanto à sua natureza, caracteriza-se pela pesquisa aplicada, visto que Lakatos; Marconi (2003, p. 160) afirma “[...] estuda um problema relativo ao conhecimento científico ou à sua aplicabilidade”, e quanto aos objetivos, se caracteriza por ser do tipo exploratório e descritivo. De acordo com Gil (2002, p. 41) “a pesquisa exploratória, propicia maior intimidade e familiaridade com o problema (explicitá-lo)”.

A pesquisa exploratória possibilita o estudo bibliográfico, entrevistas acerca do problema pesquisado, usualmente, apresenta o formato de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. O próprio autor (Gil p. 42) enfatiza que a pesquisa descritiva tem como foco essencial a descrição das características de determinada população ou fenômeno. O objetivo do método é ajudar a compreender, não os produtos da pesquisa, mas o próprio processo. Para tanto, a exigência de qualidade metodológica em trabalhos científicos é uma

constante (CASTRO, 1978), quanto aos procedimentos técnicos deste estudo envolverá: pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica e participante.

Compreende-se por pesquisa bibliográfica o estudo elaborado em bibliografia já publicada que tenha relação com o tema de estudo, desde publicações diversas, livros, revistas, jornais, pesquisas, etc., até meios de comunicação orais e visuais. Seu sentido é colocar o pesquisador diretamente em contato com tudo o que já foi publicado sobre um assunto determinado (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183). Compartilhando deste conceito sobre a técnica de pesquisa bibliográfica, Gil (2002, p. 44) afirma que “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

As fontes consultadas para substanciar esse projeto foram: fontes bibliográficas como teses, dissertações, livros de metodologia, anais de congressos, periódicos científicos, normas técnicas relacionadas à educação patrimonial e ensino religioso, documentos e obras de referências oficiais disponibilizados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e sites oficiais do município de São Cristóvão-Sergipe. A utilização da pesquisa bibliográfica foi construída por contribuições de autores renomados em cada área pesquisada e citada no texto, tendo a intenção de aprofundar-se no tema deste estudo e elevar o conhecimento do pesquisador e resultados a sociedade.

Segundo Gil (2002, p.57) o estudo de campo estuda-se um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social, ou seja, ressaltando a interação de seus componentes. Assim, o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação.

Entende-se por pesquisa empírica, também conhecida como pesquisa de campo, aquela que é responsável pela busca de dados proeminentes e satisfatório contraído através da experiência, da vivência do pesquisador, com o intuito de chegar a novas conclusões a partir do amadurecimento experimental. Com relação à teoria, a pesquisa empírica ajuda a comprovar a experiência referente aos conceitos apresentados, ou, em outras situações, a observação e experimentação empírica fornece dados para metodizar a teoria.

Por ser o responsável pelo desenvolvimento da escrita e execução das estratégias metodológicas da educação patrimonial na Escola Municipal São Cristóvão, localizada no centro histórico da quarta cidade mais antiga do Brasil, São Cristóvão-SE, Município sergipano localizado na região metropolitana de Aracaju, local onde foi desenvolvido o

estudo desta pesquisa. Utilizou-se a técnica da pesquisa participante, pois segundo o entendimento de Gil (2002, p. 55), ela “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas”. Concordando com esse mesmo pensamento, Cervo e Bervian (2002, p. 28) afirmam que “[...] quando o observador, deliberadamente, se envolve e deixa-se envolver com o objeto da pesquisa, passa a fazer parte dele”. Submergindo uma ação esquematizada que apresenta caráter social, educacional ou técnica.

As propostas para a etapa desenvolvimento da pesquisa foram:

- a)** Coleta de documentos, livros e textos, artigos referentes ao tema.
- b)** Elaboração do referencial teórico.
- c)** Visita a Escola Municipal São Cristóvão.
- d)** Implantação do projeto de intervenção.
- e)** Aplicação do Questionário.
- f)** Análise dos resultados.

O instrumento de coleta de dados utilizado nessa pesquisa foi o questionário e observação. Em seus estudos Gil (2002, p. 221), define questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. Compartilhando deste mesmo pensando (MARCONI & LAKATOS, 2005, p.100) afirmam que o questionário permite economizar tempo, atinge maior número de pessoas simultaneamente, abrange uma área geográfica mais ampla, mais tempo para responder e horário favorável tanto para entrevistador como entrevistado.

Sendo assim, o questionário corresponde ao instrumento ou programa de coleta de dados elaborado pelo pesquisador, consiste em um maior abarcamento, maior uniformidade e menor esforço, além de facilitar a tabulação das respostas. Enquanto formato utilizei questões abertas, uma linguagem simples e direta, favorecendo a clareza do entendimento do que está sendo perguntando.

A coleta de dados ocorreu em dois momentos: o primeiro voltado à pesquisa secundária, com a coleta de informações biográficas, como teses, dissertações, livros, anais de congressos, periódicos científicos, normas técnicas relacionadas com a temática da Educação Patrimonial como também ensino religioso, documentos e obras de referências

oficiais disponibilizados pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

No segundo momento, dedicado à coleta de dados primários, a pesquisa deu-se com visitação e aplicação de questionário in loco, na Escola Municipal São Cristóvão, e centro histórico da cidade histórica de São Cristóvão Sergipe, e geograficamente localizados na sede do município.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental São Cristóvão está situada à Rua: Erundino Prado Filho, S/N – Centro, São Cristóvão/SE. Foi fundada em 1973, na gestão do prefeito Cledivaldo de Oliveira. A equipe gestora é composta como mostrado no quadro a seguir.

Quadro 1 – Composição da equipe da escola

Diretor	Professor Arilucio Espinheiro Santos
Coordenadora	Professoras Rosylayne Araujo Leite
Coordenadora	Professora Carla Alessandra
Quadro docente	30 professores
Quadro de funcionários	10 servidores
Quadro discente	525 alunos
Turnos de funcionamento	Matutino, vespertino e noturno.
Modalidade de ensino	Ensino fundamental anos finais do 6º ao 9º ano e na modalidade EJA do 2º ao 9º ano

Fonte: Elaboração própria com base em dados fornecidos pela escola

O estudo teve como público-alvo os discentes e docentes da Escola Municipal São Cristóvão que responderam ao questionário com suas próprias respostas, como apresentado em anexo. Desse modo, no transcurso da pesquisa da foi realizado a aplicação de questionários com 3 professores e 20 alunos, que totalizaram 23 respostas e 23 aplicações de questionários. Todos os questionários tiveram como objetivo central compreender e aferir o entendimento sobre a educação patrimonial na prática do Ensino Religioso.

Para interpretar e compreender estratégias de educação patrimonial que abordasse o vasto patrimônio cultural material e imaterial religioso de São Cristóvão- SE, na consolidação da experiência do ensino religioso, foi necessário buscar suporte na fenomenologia, método de investigação e interpretação dos seus significados. A partir do conceito de patrimônio e ensino religioso, procurou-se constatar que a educação patrimonial está vinculada ao patrimônio religioso, presente e vivenciado pelo povo de São Cristóvão- SE e que tal constatação é à base de construção e afirmação de identidade.

3.1 INTERDISCIPLINARIDADE DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CURRÍCULO ESCOLAR.

A Educação Patrimonial é uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões relacionadas ao patrimônio cultural. Abrange desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que tratem do conhecimento e da conservação do patrimônio histórico, até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, com a finalidade de lhes propiciar informações sobre o acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema (ORIA, 2015).

Porém, é mais fácil compreender o trabalho com o Patrimônio Cultural e Histórico no contexto das áreas/disciplinas que abordam o tema mais frequentemente, como a História ou os Estudos Sociais. Trabalhar o Patrimônio, através de outras áreas/disciplinas, nem sempre é imediatamente percebido, pelos professores das demais disciplinas do currículo escolar (HORTA, 2015, p. 3). Outra dificuldade geralmente encontrada por professores é a de pensar de forma interdisciplinar, já que toda a sua aprendizagem foi realizada dentro de um currículo compartimentado. Eles não se sentem prontos para desenvolver projetos temáticos, que pressupõem um trabalho coletivo intenso e podem culminar na perda da predominância de tarefas e avaliações individualizadas (OLIVEIRA, et al, 2013, p. 105).

Adicionalmente, os currículos escolares são geralmente sobrecarregados com disciplinas que acabam por competir entre si devido à limitação do tempo em sala de aula e às normas oficiais estabelecidas. Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o Patrimônio imaterial e natural, constituem um recurso educacional importante, já que permitem que os limites de cada área/disciplina sejam ultrapassados, e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Assim sendo, podem ser utilizados como motivadores para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo ensino/aprendizagem (HORTA, 2015, p. 3). De acordo com os PCNs:

A interdisciplinaridade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e a influência entre eles – questiona a visão compartimentada

(disciplinar) da realidade sobre qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui. Refere-se, portanto, a uma relação entre disciplinas. A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender na realidade e da realidade de conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade) (PCNs, 1997, p. 40).

Na prática pedagógica, esta relação se faz necessária, uma vez que os temas transversais promovem uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, da mesma forma que a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos. Sob essa mesma perspectiva, a transversalidade abre o espaço para incluí-la saberes extraescolares, referenciando sistemas de significado construídos na realidade dos alunos. É importante ressaltar que os PCNs inovaram ao trazer maneiras de se trabalhar a transversalidade e a interdisciplinaridade nos currículos escolares, destacando que a temática da Educação Patrimonial está prevista. Por este motivo, ressalta-se a relevância deste trabalho nas escolas, propondo aos professores, diretores, secretários, etc. a importância da temática Educação Patrimonial nos currículos escolares como forma de pulsão da comunidade escolar e circundante nas práticas de valorização e preservação do Patrimônio Histórico-Cultural.

Existe um agravante que necessita ser explicado antes de se tomar tais medidas de inserção desta temática nos currículos, prestar atenção na formação dos futuros educadores (quer eles de qualquer área ou nível) neste ponto é essencial. Reconhece-se que os professores formados nas universidades sejam elas públicas ou particulares, têm um preparo limitado e, em muitos casos, nenhuma formação específica sobre as temáticas referentes às discussões e reflexões relativas ao Patrimônio (FIGUEIREDO, 2012, p. 52). Desta forma, todo um esquema de ações necessita ser posto em prática. Uma delas é fornecida por Paulo Freire:

(...) a educação ou ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é autêntico ato de conhecer, em que os educandos – também educadores – como consciências ‘intencionadas’ ao mundo, ou como corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como consequência do ato de reconhecer o conhecimento existente (FREIRE, 1984, p. 99).

Nesse sentido, o trabalho transversal e interdisciplinar deve ser mais difundido de maneira em geral em todas as escolas. Pois, para se trabalhar com a Educação Patrimonial é imprescindível estes dois temas. Consequentemente estará propiciando um resultado

coeso e enriquecedor, numa atuação integradora das disciplinas obrigatórias, além de permitir a todo o instante o desenvolvimento de tais ações dentro e fora da sala de aula.

O termo Patrimônio Cultural, tradicionalmente procura dar conta dos bens entendidos como pertencentes a um povo ou nação, que na atualidade procura incluir os bens referenciais de toda a sociedade. A Educação Patrimonial se apresenta como um campo propício ao desenvolvimento do conceito de Patrimônio Cultural, permitindo a absorção de novos referenciais para sua seleção e a democratização das práticas culturais.

3.2 PRÁTICAS E POTENCIALIDADES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Com base nas discussões que apresentamos anteriormente quanto à memória, ao patrimônio cultural e especificamente em relação ao patrimônio cultural religioso de São Cristóvão, temos agora subsídios para apresentarmos uma conceituação e delimitação do campo de práticas e potencialidades contidas na Educação Patrimonial. Esta deve ser concebida como um ensino voltado para bens culturais, com a finalidade de propiciar aos educandos um maior contato com o patrimônio cultural local. Por intermédio de uma metodologia apropriada, o ponto de partida inicial é o objeto cultural. Este é um facilitador para o conhecimento, usufruto e transformação de patrimônios culturais pela comunidade local. Ou seja, a educação patrimonial é um campo de práticas pedagógicas que efetivam e atualizam a memória de coletivos sociais.

Com isso, considerando que o patrimônio histórico é bem cultural, é preciso que haja o incentivo do uso desses objetos, dos locais e monumentos históricos para a realização do ensino, ao mesmo tempo em que também se busca a valorização do patrimônio local para que ocorra a formação de identidade e eventual consolidação da cidadania. Portanto, é um processo emergente de pesquisa e socialização de resultados, com contribuição para o entendimento da importância de materialidades e imaterialidades e também para a formação crítica de futuros cidadãos (BAHIA; OOSTERBEEK, 2014).

Contudo, por vezes ocorre uma certa visão ingênua acerca da educação patrimonial, adotando-se um viés de salvação para problemáticas que envolvem preservação cultural, com o manuseio e manutenção de patrimônio histórico. Põe-se a educação patrimonial como um mecanismo responsável pela resolução de vicissitudes abrangentes da identidade

e gestão cultural e também de preservação patrimonial. Além do mais, existem obras referenciais que inserem a educação patrimonial e o legado inglês ao qual inserem o patrimônio como o objeto para alfabetização cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Não é o objetivo estabelecido aqui adentrar em uma discussão quanto à definição de cultura, sob a égide de diferentes ciências, mas sim é válido enfatizar o seu conceito, tendo em vista que pode apontar a conotação quanto ao analfabetismo cultural. Desse modo, não se pode considerar alguém um “analfabeto cultural”, mas sim, detentor de códigos de leitura do mundo que podem não estar em confluência com saberes dominantes. Se não for feita essa consideração, corre-se o risco de desprezo de conhecimentos socioculturais que cada um possui, tendo em vista o contato com os outros e com seu meio de vivência. Ademais, esse é um conceito abrangente de cultura, portanto, relações entre os indivíduos e destes com o ambiente e quais resultados ocorrem da interação.

Outras definições da educação patrimonial abrangem a ação a que o sujeito se encontra em processo ativo de conhecimento em relação a um objeto cultural a ser analisado, discutido ou trabalhado por um ser social participante. Não é uma ação passiva à qual o aluno, um ser “sem luz”, absorve o conhecimento de modo passivo, com desprovimento de curiosidade, dúvida ou criticidade (FLORENCIO, 2014). Uma consideração distinta é pela compreensão de manifestações culturais nos segmentos sociais, em todos os períodos históricos, de forma simultânea, ao qual ocorre fragmentação do processo de inclusão, em vez de exclusão. É preciso ressaltar que o processo busca, em primeiro momento, respeito quanto a diferenças, de ordem étnica, religiosa, cultural, ou de qualquer outra ordem. Aponta-se ainda que, não se deve notar as peculiaridades locais e passado histórico com apoteose ou saudosismo (SCIFONI, 2012).

Um outro ponto a ser ressaltado é que as diferenças vistas nos processos históricos incentivam a subtração de barreiras sociais e mitiga a discriminação. Ademais, também deve-se ressaltar que o orgulho é diferente de separatismo ou xenofobia. Em primeiro lugar, a educação patrimonial deve ter a preocupação de contribuir para formação cidadã, na qual os cidadãos devem estar todos envolvidos em inclusão sociocultural, considerando, assim, a rica diversidade nacional. Esse ponto é delicado para a educação patrimonial: a consideração do viés político do patrimônio em comunidades locais (CHAVES, 2013).

Em primeiro momento, é preciso também que haja uma revisão do termo bens culturais, sob a consideração da exploração econômica de paisagens, consoante a Recomendação de Paris, Carta de Veneza ou ainda a Carta de Washington, dentre outras, que buscam a indicação de alternativas e possibilidades para uso e manutenção de bens culturais. É preciso deixar claro que educação patrimonial não dá base para um turismo predatório, em que a alteridade, julgada como o “exótico” é visto como produto consumista e de alienação (IPHAN, 2014).

Nesse sentido, em conformidade com Horta, Gruenber e Monteiro (1999), a educação patrimonial representa processo sistemático e permanente de trabalho educacional voltado para o patrimônio cultural como objeto primário do conhecimento individual e coletivo. Por meio da experiência pelo contato direto com manifestações e evidências culturais, conforme seus significados múltiplos, a educação patrimonial possui a responsabilidade de promover um processo ativo de apropriação e valorização da herança cultural, capacitando alunos para um melhor uso dos bens e promovendo também geração de novos conhecimentos, por meio de um processo contínuo da criação cultural.

Conhecimento e apropriação consciente de comunidades de sua cultura são aspectos indispensáveis para a preservação sustentável dos seus bens culturais, bem como o fortalecimento de senso de pertencimento e também de cidadania. Com isso, a educação patrimonial é disposta como um meio que permite que o indivíduo faça leitura do mundo ao seu redor, culminando em compreensão do universo cultural e também da jornada histórico-temporal ao qual o seu mundo abrange. Este processo culmina para reforçar a autoestima da comunidade e também a valorização da cultura nacional, vista como plural (MARQUES, 2017). Sob a égide metodológica, a educação patrimonial não deve ser visualizada como neutra, entendimento equivocado que desconsidera a existência de confrontos de interesses sociais e culturais, presentes na preservação da memória. A disputa para manter, difundir ou propulsionar determinados destaques deve ser compreendida como algo salutar, integrante do jogo político presente a todo o momento (GUIMARÃES, 2012).

Porém, em alguns momentos há a valorização de culturas escritas em detrimento de culturas orais. Mas é preciso que haja reconhecimento de que a cultura oral é a base cultural de muitos grupos sociais. Com isso, o debate acerca do objeto da educação patrimonial, o patrimônio, carece da compreensão da dimensão imaterial e sua relação com

a oralidade. A título de exemplo, é por intermédio da oralidade que a cultura e história de diversos povos africanos são transmitidas entre gerações (MARQUES, 2017).

Em um país multicultural como o Brasil, o patrimônio cultural vai claramente muito além de monumentos e objetos históricos. Existem outros modos para se expressar a cultura, portanto. Culinária, artesanato, plantas medicinais, rituais, danças e músicas, festas religiosas, modos de fala e vestes, tudo isso representa múltiplos aspectos que abrangem a cultura viva da comunidade brasileira. Para lidar com isso, Horta, Gruberg e Monteiro (1999) trazem a propositura de uma metodologia para esta área que pode auxiliar docentes no uso de objetos culturais nos espaços escolares e também nos locais de resguardo desses objetos. A proposta aponta que, uma vez que haja a definição do objeto a ser estudado, será desenvolvida a ação educativa durante as fases para observar, registrar, explorar e apropriar os significados desse objeto de estudo.

É utilizado pela educação patrimonial os denominados lugares de memória – museus, arquivos, monumentos, bibliotecas –, sendo este termo cunhado por Pierre Nora, historiador francês, nas etapas educativas, com o intuito de desenvolvimento de consciência e sensibilidade dos alunos, que no futuro poderão colocar em prática a importância de preservar o patrimônio cultural.

É apontado por Schmidt (2007) acerca da importância da problematização voltada para a inserção da histórica local no ensino e aprendizagem, com o intuito de formação de consciência histórica dos educandos. É destacado por Bittencourt (2011) a ligação entre o estudo do meio e a educação patrimonial. Por vezes, esse estudo ocorre em locais com monumentos históricos e por meio da educação patrimonial. O estudo desses locais de memória amplia a compreensão do passado e relações que a sociedade possui com este. Neste processo, compreende-se o que é que está sendo preservado, quem é o responsável pela preservação, como é feita e o motivo da preservação.

Guimarães (2012) também aponta o estudo do meio como uma das formas para estudar a histórica local. O autor enfatiza possibilidades de que, por meio da mediação do professor, o aluno inicie o método de investigação histórica, com valorização, a título de exemplo, de criticidade de fontes e, por conseguinte, atuantes para elaborar interpretações acerca de um determinado passado da sociedade. Todos esses aspectos auxiliam na reflexão acerca do que é constituído atualmente como memória social, patrimônio social e também culmina na indagação da existência de valorização da memória nos setores sociais.

É fundamental que o docente, aqui apontado pelo caráter multidisciplinar necessário no processo de ensino, busque o despertar do olhar dos alunos de que todo o meio, seja urbano ou rural, é situado no tempo e, portanto, possui historicidade e vestígios a serem investigados. Vestígios estes que podem ser documentos, objetos, imagens, prédios, memórias. Esses vestígios, verdadeiras marcas do passado, são considerados fontes históricas e culturais, sejam escritas ou não, que são objetos de estudo (GUIMARÃES, 2012).

Nesse sentido, nota-se que as construções históricas, patrimônios ou marcos cívicos não representarão a todo o momento o coletivo, mas, em alguns momentos, uma parcela da sociedade. Tal aspecto não quer dizer que apenas há a representação das elites, mas sim que há uma abrangência de memórias. Discernir as diferenciações quanto a caracterizações e particularidades dos bens culturais é uma responsabilidade do educador em demonstrar, de modo claro, que não existe consenso, estática ou definição da história, dos bens culturais ou da memória a ser perpetuada.

Através da educação patrimonial, são previstas múltiplas ações, entre as quais destaca-se a informação e interpretação dos bens culturais locais (sejam eles tangíveis ou intangíveis). Projetos institucionais e não institucionais voltados à educação com foco no patrimônio cultural local para construir experiências que respeitem a memória, a história, a sustentabilidade e a identidade sociocultural das populações envolvidas. Compreender a relevância do patrimônio cultural requer uma educação cívica, pelo que os alunos em idade escolar devem fazer da educação patrimonial uma disciplina transversal na escola.

Partindo desta análise, foi desenvolvido um projeto de intervenção escolar, sobre educação patrimonial, que buscou demonstrar que a relação dos alunos com suas heranças culturais é fortalecida pelo Patrimônio Cultural nas escolas, que estabelece uma melhoria no relacionamento com estes bens, ao perceber que são responsáveis por valorizar e preservar o Patrimônio, com o fortalecimento da vivência real com a cidadania, favorecendo o processo de inclusão social.

3.3 PROJETO DE INTERVENÇÃO ESCOLAR NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTOVÃO.

O projeto de intervenção escolar ocorreu no período de 04 de novembro a 16 de dezembro de 2022 com as turmas dos 6º aos 9º anos, do turno da tarde da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Cristóvão. Situada no município de São Cristóvão-Sergipe. Essa intervenção consistiu em provocar no educando situações de aprendizado sobre o processo cultural. Através da Educação Patrimonial, o ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e expandido, muito além do ambiente escolar, inserindo a comunidade neste processo, permitiu os alunos e a comunidade conhecer lugares, histórias, objetos, monumentos e tradições que foram ou são importantes a sua história. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido ofereceu oportunidades de provocação nos alunos, sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os conhecer sobre o que é um bem cultural e patrimonial.

Nesse sentido pode-se falar na “necessidade do passado enquanto memória”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. Portanto, a proposta da Educação Patrimonial na escola é envolveu a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais materiais e imateriais que formam o patrimônio cultural religioso, e que estão bem ao nosso lado.

Desde modo, o projeto de intervenção permitiu reflexões e provocou mudanças nas ações tanto dos estudantes quanto dos funcionários, professores e pais que de forma indireta envolveram – se no projeto, possibilitando assim um engajamento no ambiente escolar e, por conseguinte, construiu condições favoráveis para o processo de ensino-aprendizagem.

3.4 PERCURSO METODOLÓGICO DESENVOLVIDO NO AMBIENTE ESCOLAR.

O Projeto foi realizado no município de São Cristóvão-SE, entre novembro e dezembro de 2022. A unidade de ensino selecionada para o Projeto de Intervenção foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental São Cristóvão. A metodologia utilizada foi do tipo pesquisa empírica e pesquisa participante (MICHALISZYN; TOMASINI, 2012; FREIRE, 2016; BRANDÃO, 1984). A Pesquisa participante “caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas” (GIL, 2007, p. 61).

Com isso, o processo metodológico priorizou, pela visita, observação da comunidade escolar escolhida para o desenvolvimento da pesquisa, conversa formal e apresentação do projeto de intervenção aos docentes, visita guiada aos discentes, palestras, atividades interdisciplinares sobre patrimônio cultural material e imaterial religioso. O presente estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter participativo e foi aplicado um questionário nas turmas do 7º, 8º e 9º ano para explorar o conhecimento do referido trabalho aos educandos e professores da instituição educacional.

A pesquisa participante trata-se de uma modalidade de pesquisa que permite a produção de conhecimento acerca da interação entre os atores e saberes ligados a uma prática social. Para uma cidade, como São Cristóvão/SE, marcada pela sua história e pelos seus patrimônios culturais e religiosos, o tipo de pesquisa adotado prima justamente à construção de conhecimento e referencial teórico que aborde estratégias sobre o ensino religioso, através da educação patrimonial.

DESCRIÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

O projeto foi dividido em 3 encontros, decompondo atividades teóricas e práticas, norteadas para o planejamento e para a produção de atividades, mesclando momentos teóricos com saídas de campo, totalizando 15 horas presenciais.

1 Momento: Contato com escola e professores.

No primeiro encontro correu dia 04 de novembro de 2022, durou cerca de 2 horas e 30 minutos, iniciando-se 13:00 até 15:30 da tarde prevista. Aconteceu uma apresentação do projeto ao corpo docente da escola, explicitando a proposta, justificativa e objetiva do projeto de intervenção, estando presente à coordenadora e professores do componente curricular do ensino religioso e educação patrimonial e outras áreas, na qual iniciou-se com uma conversa formal sobre a no ambiente escolar e forma como o patrimônio cultural religioso de São Cristóvão-SE, pode ser trabalhado em sala de aula, aliado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza que o ensino religioso passa a se constituir como uma área do conhecimento. Assim como as demais, possui objetivos, habilidades e competências que precisam ser consolidadas durante o processo formativo dos estudantes.

Na sequência do encontro, foi apresentando uma apostila da dissertação em pesquisa, que apresentou o patrimônio cultural e imaterial religioso de São Cristóvão-SE, pautada na ênfase da educação patrimonial que tem como prática metodológica, uma ferramenta de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo ler o mundo ao seu redor, orientando-o a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que se encontra (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6). Os docentes receberam esse projeto com bastante alegria e ficaram abertos a diálogos e construímos juntos cada etapa do estudo em questão.

Figura 16: Encontro de formação com docentes



Fonte: Imagem do autor

Figura 17: Formação docente



Fonte: Imagem do autor

2- Momento: Visitação guiada ao centro histórico de São Cristóvão-Sergipe.

O segundo momento aconteceu dia 18 de novembro de 2022 pelo turno da tarde, com os educandos do 6ª ao 9ª do ensino fundamental anos finais, das 14:00 até 17:00 horas, pelo centro histórico de São Cristóvão-Sergipe, mediante colaboração do corpo docente que acompanhou e compartilhou de informações e reflexões sobre o Patrimônio Cultural Material e Imaterial Religioso do próprio município, citado e estudado nesta dissertação.

Seguindo uma ordem cronológica o primeiro monumento visitado foi o Conjunto Carmelita (incluindo a Igreja e Mosteiro do Carmo, e a Igreja da Ordem Terceira, mais conhecida como Igreja de Nosso Senhor dos Passos) e o museu dos Ex-votos dos devotos do Senhor dos Passos, seguimos em direção a Igreja do Rosário dos Homens Pretos e Igreja do Amparo dos Homens Pardos, logo após formos em direção a Praça São Francisco, de lá centramos explicações sobre todo o conjunto arquitetônico presente como, por exemplo: Lar Imaculada Conceição, Igreja e Convento de Santa Cruz, conhecido como convento São Francisco, que abriga o Museu Sacro Religioso do município, considerado o terceiro maior do Brasil. Debateu-se sobre a confecção dos Tapetes para a procissão de Corpus Christi no Centro Histórico, os quais alguns disseram participar da manifestação.

Tratou-se também de explicações sobre o que é educação patrimonial, qual seu objetivo e sua importância dentro do contexto escolar, refletindo a ideia de memória, pertencimento e identidade dos alunos com o patrimônio presente no município de origem. Logo, em seguida voltando para escola ao passar pela Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, foi realizada uma reflexão sobre a contribuição das religiões afro-brasileiras para a identidade do município de São Cristóvão-Sergipe, o qual precisa ser discutida e entendida como herança do povo africano, que caracteriza não somente o povo de São Cristóvão, mas de todo o Brasil.

Essa visita a campo permitiu que os alunos expusessem seus questionamentos, suas queixas, como também admiração, até mesmo passando a conhecer sua própria história e do município pela primeira vez. Por meio desta visita de campo, os alunos ponderaram manifestar suas próprias leituras em relação ao patrimônio religioso o que permitiu a socialização dos juízos e de alguns relatos dos estudantes sobre suas experiências em relação ao patrimônio cultural material e imaterial de São Cristóvão-Sergipe.

Figura 18: Visitação técnica ao centro histórico de São Cristóvão-Sergipe



Fonte: Imagem do autor

Figura 19: Visita ao museu do Ex-votos, na Igreja do Carmo Menor



Fonte: Imagem do autor.

3-Momento: A culminância do projeto de intervenção

O encerramento do projeto de intervenção se deu no dia 16 de dezembro de 2022, na instituição de ensino Escola Municipal São Cristóvão-SE, com a presença de 238 alunos que corresponde ao turno do vespertino.

Figura 20: Maquetes sobre Patrimônio Cultural Religioso



Fonte: Imagem do autor.

Figura 21: Alunos Apresentando Trabalho sobre Educação Patrimonial



Fonte: Imagem do autor

A culminância do projeto de intervenção se deu com apresentações, cartazes e exposição de maquetes sobre os patrimônios culturais materiais e imateriais religioso de São Cristóvão – Sergipe, onde os alunos pesquisaram, estudaram, entrevistaram pessoas mais antigas para contextualização e fortalecimento do embasamento teórico acerca da importância da educação patrimonial. Toda a comunidade escolar do turno da tarde foi convidada a apresentar alguma temática sobre o patrimônio de São Cristóvão-Sergipe. Como também para apreciar os trabalhos e ouvir as explicações dos estudantes sobre suas produções. As atividades do projeto de intervenção foram complementadas por uma palestra proferida pelo responsável desta pesquisa. Esse momento foi prazeroso em vê-los dedicados e empenhados em transmitir o conhecimento adquirido com metodologia da Educação Patrimonial proferida pelos professores e guiamento feito pelo responsável do projeto de intervenção.

4 RESULTADOS E ANÁLISE

Essa análise é resultado de uma pesquisa empírica e pesquisa participante intitulada como: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO RELIGIOSO: PROJETO DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO, SERGIPE, no que se refere ao conhecimento e prática sobre a educação patrimonial respondendo como as estratégias da educação patrimonial abordou o patrimônio cultural religioso de São Cristóvão-SE na consolidação da experiência do ensino religioso na Escola Municipal São Cristóvão. Para organizar os resultados e discussões presente neste estudo optou-se por apresentar as relações teóricas e práticas desenvolvidas no projeto de intervenção, de forma a explicitar as divergências e aproximações dos conceitos tratados e desenvolvidos nesta dissertação.

Como frisado por Bandeira (2000) e Risério (2010), São Cristóvão-SE é uma cidade histórica tornando-se quase que um testemunho vivo e um grande marco no processo de formação da sociedade sergipana, particularmente devido aos marcos históricos que caracterizam a cidade até os dias atuais. Ao tomar conhecimento de que São Cristóvão-SE é uma cidade rica em cultura e patrimônios materiais e imateriais, os educadores relataram que as aulas ministradas de Educação Patrimonial contribuem principalmente para a alfabetização cultural dos alunos.

Azevedo (2010), constata que o município abrange diversos locais e influências de povos indígenas, africanos e ibéricos, onde a cultura permanece viva e resistente, especialmente quando se fala do patrimônio religioso existente. Logo, toda essa cultura acaba contribuindo para o aprendizado dos alunos, através do despertar do interesse, do conhecimento e da valorização da herança cultural. Além disso, os educadores reforçam que o patrimônio religioso é uma ferramenta importante para a preservação e difusão da história de São Cristóvão-SE.

A educação patrimonial está em evidência no Brasil, não apenas pelo seu caráter formador de identidades, mas também por sua função preservacionista. Na era da patrimonialização do Brasil, torna-se clara a necessidade da interdisciplinaridade neste processo, porém esta pesquisa buscou responder questões ligadas à preservação do patrimônio na esfera da educação patrimonial em conjunto ao ensino religioso,

evidenciando seu caráter propriamente cultural; neste sentido a questão principal a ser respondida é a seguinte: quais as possíveis relações entre educação patrimonial e ensino religioso no contexto educacional com as perspectivas e oportunidades que são passados para as comunidades junto às escolas? Ao responder esta questão, a dissertação busca contribuir para as pesquisas no campo da educação patrimonial e o ensino religioso.

Com base no Artigo 33 da Lei 9475/97 que diz “O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo” os educadores fortalecem a importância do ensino religioso nas escolas. Como relatado pelos educadores, o ensino religioso estimula a busca por desenvolver uma reflexão sobre os ensinamentos e valores das diversas religiões existentes, sem que seja necessário doutrinar e sem exigir que os alunos sigam tais fundamentos. E assim, otimiza o processo de aprendizagem, esclarecendo melhor a laicidade do Estado, ao dar ênfase a um melhor entendimento sobre as diversas religiões existentes no território brasileiro.

Os métodos utilizados nesta pesquisa, além do bibliográfico, partiram de investigações em campo realizada na instituição, com a participação dos alunos do ensino fundamental do turno vespertino, com a aplicação de questionários distribuídos a alunos e professores da Escola Municipal São Cristóvão, esta investigação foi possível através de um minicurso de formação aos docentes, que gerou discussões com professores e posteriormente excursão de atividades proposta pelo projeto de intervenção e construídas pelos alunos com intuito de expor, através deles, a prática da educação patrimonial no contexto da educação e interdisciplinaridade com o Ensino religioso.

O patrimônio cultural em seu aspecto histórico sempre esteve ligado ao processo de formação de identidade, neste contexto ele surge como instrumento de representação da memória, sujeito a interpretações no tempo e no espaço; o patrimônio representa momentos históricos e a maneira pela qual o interpretamos é o sentido que atribuímos a ele; nesta perspectiva uma interpretação tradicional sobre o patrimônio possui caráter alienante, onde o interesse de classes dominantes vigora sobre a memória social, “ter controle sobre o patrimônio é ter controle sobre a lembrança” (MAGALHÃES, 2009: 35). A partir de novas interpretações históricas o conceito de patrimônio ganha aspectos mais amplos que buscam melhor entender o universo sociocultural com relação à memória e

identidade coletiva; neste processo surge um novo conceito de patrimônio: o imaterial, que geralmente está ligado à diversidade cultural.

No processo da formação escolar é necessário considerar as experiências dos alunos em relação à sua cultura e ao seu cotidiano, onde o patrimônio, em especial aqueles voltados aos aspectos material e imaterial religioso, está presente direto ou indiretamente, relativizado nas experiências e vivências culturais destes e de suas comunidades. Isso, conseguimos detectar através da aplicação dos questionários e apresentação dos alunos através da criação de cartazes e debates.

Para tal exercício, o surgimento de intervenções pedagógicas por meio da Educação Patrimonial pode auxiliar no processo identitário dos alunos. Os educadores acreditam que as ações estratégicas da Educação Patrimonial podem melhorar o ensino em sala de aula do próprio Ensino Religioso, bem como de outras disciplinas, através da contribuição no aprimoramento cultural de cada aluno. E, com isso, não só fortalecendo a memória, mas como também a ideia de pertencimento do aluno perante a cultura existente.

Os alunos tendem a se identificar com a história patrimonial e o ensino religioso, quando os fatos se aproximam deles. Os trabalhos com ações patrimoniais aguçam suas percepções com relação às referências culturais, no contexto de sua comunidade; a aproximação destes alunos a “lugares históricos” e suas referências culturais possibilita a valorização do patrimônio histórico e o reconhecimento do mesmo enquanto significante na formação de uma identidade local.

Ao analisar os questionários respondidos pelos professores e alunos da Escola Municipal São Cristóvão foi possível identificar como eles configuram o patrimônio cultural religioso que existem no município de São Cristóvão, como eles classificam e tomam medidas de proteção. Assim, para reinventar esse patrimônio é preciso ter coragem e mudar vontades “só assim a memória do passado chegará ao futuro intacto, isto é, com capacidade para gerar novas vidas no complexo processo cultural sem o qual não há humanidade”.

A Lei das diretrizes e bases da educação nacional, Lei 9.394/96, destaca em seu primeiro artigo que a educação pode se desenvolver “na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Nesse sentido, com a preocupação atual a respeito da qualidade da educação na formação do

sujeito, base para sua inserção na sociedade, voltado ao desenvolvimento integral do sujeito, tornando-o capaz não somente de perceber o diferente, mas também de conviver e respeitá-lo, é preciso considerar a diversidade de espaços como importantes instrumentos educativos.

O Questionário revelou que muitos dos alunos tinham religiões distintas: majoritariamente muitos alunos pertenciam a religião evangélica, outros alegaram ser católicos. Em menor quantidade, alguns relataram não saber ou não pertencer a nenhuma religião. Esse fato configura a diversidade religiosa presente em sala de aula, fato esse que deve ser considerado ao se trabalhar as ações pedagógicas referentes ao ensino da Educação Patrimonial. Logo, o patrimônio cultural, que compreende todos os bens de natureza material e imaterial que façam referência à identidade e à memória de uma sociedade em particular, é, na atualidade, importante instrumento pedagógico, formal ou não-formal, para o exercício da cidadania.

A Educação Patrimonial acaba por favorecer o conhecimento crítico e a apropriação consciente do patrimônio cultural por parte da sociedade, tornando-se um elemento indispensável para a preservação destes bens, facilitando também o diálogo entre a sociedade e os diversos agentes responsáveis pelo patrimônio, possibilitando, por meio da troca de conhecimentos, a formação de parcerias para a proteção e valorização destes bens.

Além disso, a Educação Patrimonial resgata a capacidade de existir, pertencer a um lugar, a uma cultura, dando identidade a população local. Sendo assim, os docentes enfatizam que ao ministrar o ensino da disciplina em sala de aula, é possível intensificar ainda mais o sentimento de pertencimento e contribuir para a proteção de elementos históricos locais. Em resposta, foi destacaram principalmente sobre como é essencial para os alunos que residem na cidade, como uma forma de fortalecer o conhecimento sobre a cultura local, com o objetivo de debater, discutir e dialogar em sala de aula. Em adição, afirmaram que conhecer os patrimônios culturais também auxilia no processo de valorização do povo sergipano.

De acordo com Chagas (2006), a Educação Patrimonial em campo prático, possibilita e estimula, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente pode ser tornar um espaço educativo, uma vez

que este espaço deixe a passividade transformando-se em um instrumento cultural ativo e dinâmico para o usufruto da sociedade.

Esse processo interpretativo, carregado de significações para a exploração do sentido humano, transforma o espaço sagrado em um instrumento para a compreensão do fenômeno religioso como um todo. “A consciência teórica, prática e estética, o mundo da linguagem e do conhecimento, da arte, do direito e o da moral, as formas fundamentais da comunidade e do Estado, todas elas se encontram originariamente ligadas à consciência mítico-religiosa”.

Assim, para a promoção de uma educação patrimonial transformadora, sobretudo no âmbito do sagrado junto ao ensino religioso com perspectivas e oportunidades a serem trabalhadas, faz-se necessário à interação dos diversos agentes e setores da sociedade, promovendo a valorização e a ressignificação do patrimônio religioso com o objetivo de produzir novos valores e conhecimentos afinal nada substitui o bem cultural como fonte de informação sobre o contexto em que foi produzido e inserido na sociedade.

A educação patrimonial prepara os indivíduos à compreensão do mundo, da sociedade ou de determinada comunidade na trajetória histórico-temporal as quais concernem nessas questões, estudos para reflexões sobre a Educação patrimonial na escola. Antes de tudo, precisa-se pensar que os pensamentos de hoje não são os mesmos do passado e que o leitor da atualidade não pode ser semelhante ao do passado, havendo, em um mundo globalizado, a necessidade de uma educação patrimonial, sobretudo a de escala local, uma vez que o globo acaba tornando-a opaca (TOLENTINO, 2012).

As iniciativas demonstradas na pesquisa mostram o interesse dos alunos pela atividade, uma vez que apresentaram grande satisfação e encantamentos pela proposta de intervenção realizada. Com isso, é possível concluir que os educandos e docentes tem curiosidade a respeito do Patrimônio cultural da própria cidade, das diferentes manifestações artísticas culturais materiais e imateriais religiosas que fazem parte do cenário urbano histórico, tendo o interesse fundamental em preservar esse patrimônio.

Com isso, a pesquisa incentivou a proposta de um minicurso para que os docentes exerçam a prática da educação patrimonial e do ensino religioso na escola. Foi percebido que a ideia proposta foi de grande utilidade já que abordou ações e estratégias para tornar eficaz o exercício das disciplinas em. Os docentes reforçaram que foi essencial para o aperfeiçoamento de conhecimento, como também para agregar e intensificar os debates

que aconteciam dentro e fora da sala de aula. Em complemento, eles alegaram que ações como essas são importantes para uniformizar o conteúdo e manter viva e preservada a história e cultura.

A cada ano se multiplica as discussões direcionadas a área do ensino da educação patrimonial; doutores, mestres e professores buscam alternativas metodológicas e didáticas para tornar o ensino mais dinâmico e produtivo. A grande pergunta que movimenta estas discussões teóricas é: como os alunos aprendem o ensinamento sobre patrimônio e o desenvolvimento do ensino religioso ligado às perspectivas e oportunidades que são passadas para os discentes?

Foi constatado que a visita dos educandos ao centro histórico de São Cristóvão-SE (a fim de promover a Educação Patrimonial), contribuiu para a formação educacional. Além disso, foi observado que eles puderam descobrir e explorar a cultura, a história, as construções históricas e a cultura local. Descataram ainda que visita ao centro histórico auxiliou no processo de aprendizagem. Sendo assim, seguindo o triângulo, patrimônio / educação / ensino religioso, o trabalho com a educação patrimonial constitui uma possibilidade de desenvolver uma consciência histórica dos alunos; a subjetividade dos alunos é considerada no processo de ensino, fazendo com que a consciência histórica cultural religiosa seja construída no contexto social e cultural deles.

Os alunos tendem a se identificar com o patrimônio material e imaterial religioso, quando os fatos se aproximam deles. O trabalho com fontes históricas patrimoniais aguça suas percepções com relação às referências culturais, no contexto de sua comunidade; a aproximação destes alunos a “lugares históricos” e suas referências culturais possibilita a valorização do patrimônio histórico e o reconhecimento do mesmo enquanto significante na formação de uma identidade local.

A utilização do patrimônio enquanto metodologia no ensino da religião surge como alternativa para trabalhar com os alunos os conceitos, defendido por Grunberg (2007), que compreende as seguintes fases da educação patrimonial como: Observação, Registro, Exploração e Apropriação, permitindo que os alunos explorem todo acervo cultural material e imaterial religioso, mediante sua visão histórica de mundo sobre o patrimônio religioso presente no seu município, orientando-os sua interpretação sobre memória e vínculos identitários com o patrimônio cultural religioso.

Sendo assim, com o resultado dos questionários aplicados pode-se detectar que alunos e professores ao responderem as questões mostraram-se o interesse pela educação patrimonial junto ao ensino religioso para obterem conhecimentos sobre os patrimônios que existem no município de São Cristóvão-SE.

Ao serem indagados sobre as aulas referentes às disciplinas de Ensino Religioso e Educação Patrimonial, os alunos relataram em grande parte que aprenderam sobre a cultura da cidade em que residem, São Cristóvão-SE. Foi observado que eles enfatizaram a importância de valorizar a cultura do lugar. Outros destacaram a importância da interação durante as aulas, como uma forma de cativar a atenção do aluno. Ao destacar o aprendizado sobre as diferentes religiões, eles também indagaram sobre a quantidade de aulas que eram aconteceram com menor frequência. Apesar de grande parte ter demonstrado interesse e curiosidade, outros não souberam responder ao questionário e alguns alegaram desaprovação das aulas.

As discussões expostas neste trabalho acadêmico mostram os pontos de contato entre a educação patrimonial no contexto da educação junto ao ensino religioso, gerando ações metodológicas de conhecimentos adquiridos nas aulas através da interdisciplinaridade; os vínculos estabelecidos pelos mesmos revelam certa interdependência que possibilitam um ensino transformador e diversificado; enquanto a educação religiosa prioriza uma aprendizagem com base na formação de uma consciência histórica, a educação patrimonial zela por uma consciência cultural, com vistas à preservação. Na educação patrimonial, assim como na educação religiosa, o conhecimento é obtido à medida que os alunos estabelecem relações com o patrimônio cultural religioso em um contexto mais amplo e diversificado (subjetivação), abrindo caminho para criação de identidades (processo de formação da consciência histórica, isto é, subjetividade que se objetiva por meio de uma ação intencional).

Os métodos da educação patrimonial mostram-se eficazes no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, valoriza a identidade do aluno e propõe o ensino por meio de ações e estratégias, onde o patrimônio surge como formas do passado no presente capazes de atribuir significados históricos à formação de identidades.

A Educação Patrimonial deve fazer sentido e ser percebidas nas práticas cotidianas onde as políticas públicas na área, deveriam associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados para o grupo ou

comunidade que habitam com os Patrimônios Culturais. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora.

A inserção da atividade de Educação Patrimonial no Programa Mais Educação do MEC, por exemplo, identifica que é possível estimular um novo olhar para a escola e o território no qual está inserido a partir da ideia de torná-los espaços educativos. Os patrimônios culturais que estão na escola e em seu entorno certamente podem ajudar nessa transformação.

Como afirmam os especialistas e os professores entrevistados podem ser considerados mediadores que poderão atuar tanto de forma direta quanto indiretamente e assim serão definidos conforme as intencionalidades que alimentam as interações sejam elas, presenciais ou virtuais, induzidas ou espontâneas. Se na mediação direta a interação com o público se dá a partir de uma proposta protagonizada educandos e educadores, é preciso considerar que o público, com sua diversidade de linguagens e de universos representacionais, também realiza operações mediadoras. Configura-se aqui uma proposta de intervenção através da educação patrimonial, como uma forma de apresentar, caracterizar um mecanismo aberto, ou seja, um espaço de diálogos, espaço de trânsitos e trocas informacionais, simbólicas e subjetivas.

Atualmente, cada vez mais, exige-se dos educadores que trabalhem com conteúdo que evidenciem a diversidade cultural e a sua transposição didática, conforme previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nos Temas Transversais da Educação (TTE). Entretanto, existem poucas publicações dirigidas aos educadores no Brasil que tratam dos aspectos relacionados à educação e à cultura oferecendo alternativas para a prática cotidiana.

Desta forma, as dificuldades são inúmeras para que o educador passe a utilizar abordagens menos comprometidas com o conteúdo tradicional presentes nos planejamentos educacionais e nos livros didáticos, e passe, então, a construir situações de aprendizado sobre o processo cultural no qual se está inserido. Para tanto, estes resultados procuraram mostrar como identificar, explorar e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, tendo como base as informações conceituais e práticas. Além das publicações sobre diversas abordagens do tema.

Partindo do pressuposto de que para preservar é preciso conhecer, este material utilizado na pesquisa do tema foi produzido para motivar os professores do ensino religioso e educação patrimonial a desenvolver um trabalho de educação patrimonial na sua escola, com o intuito de esclarecer e informar a população a respeito do patrimônio cultural de sua comunidade. Dessa maneira, pode-se promover a conscientização sobre a importância de seus bens na construção de uma memória coletiva e, conseqüentemente, da preservação de suas riquezas culturais.

O processo educativo, em qualquer área de ensino aprendizagem, tem como objetivo levar os alunos a utilizarem suas capacidades intelectuais para a aquisição de conceitos e habilidades, assim como para o uso desses conceitos e habilidades na prática, em sua vida diária e no próprio processo educacional. Neste processo de etapas sucessivas de percepção, análise e interpretação das expressões culturais que é necessário definir os objetivos e metas da atividade de acordo com o que se quer alcançar.

Uma orientação que é sempre encontrada nos guias, manuais e artigos sobre Educação Patrimonial indica que os professores, em primeiro plano, devem pesquisar sobre o tema que será abordado e sua correlação com a disciplina que ele está lecionando. Em segundo lugar, delimitar seus objetivos educacionais e os resultados pretendidos. Decida que habilidades, conceitos e conhecimentos você quer que seus alunos adquiram e de que modo o trabalho se insere no seu currículo. Em terceiro lugar verificar que outras disciplinas poderiam estar envolvidas na exploração do tema e converse com outros professores dessas matérias. E, em quarto e último lugar, difundir e viabilizar que outros alunos tenham conhecimento deste trabalho e, para isso, deve-se planejar, com a coordenação pedagógica da escola, discutir como o trabalho será avaliado e como poderá ser exposto e divulgado na escola, de maneira a serem aproveitados pelos demais alunos.

Atualmente, muito se tem discutido a respeito da qualidade da educação na formação do sujeito, base para sua inserção na sociedade, e muitos autores discutem a necessidade de mudanças na metodologia de ensino, que, principalmente na atualidade, deve formar o sujeito para viver em uma sociedade multicultural, tornando-o capaz não somente de perceber o diferente, mas também de conviver e respeitá-lo.

Ao ministrar a Educação Patrimonial na escola, foi possível notar respostas diversas: houve grande aprovação por parte dos educandos quanto ao ensino da disciplina, enfatizando interesse e curiosidade e que é importante para agregar ao processo de

formação do cidadão que reside em São Cristóvão. No entanto, apesar de, novamente ser constatado uma desaprovação, os educadores alegaram que um dos maiores desafios e/ou problemas que dificultaram o desenvolvimento da educação patrimonial na escola, era a falta de interesse por parte de alguns alunos, bem como a falta de recursos e materiais. Outro empecilho relatado foi à falta de apoio logístico para atividades externas, como por exemplo, as visitas aos locais históricos.

Os espaços existentes fora da sala de aula também podem ser aproveitados para realizar atividades educativas. Muitas vezes, a aprendizagem de determinados conteúdos requer a exploração de espaços na comunidade, para que os conteúdos possam ser melhores assimilados favorecendo um aprendizado mais amplo e dinâmico. Nesse tipo de atividade, o aluno passa a conhecer melhor o local onde vive, reconstruindo a historicidade do lugar e percebendo seu papel de protagonista, possibilitando criar um sentimento de pertença à comunidade em questão.

Dentre os espaços da sociedade que podem se tornar lugares favoráveis ao ensino, os espaços sagrados caracterizam-se por serem lugares de culto e práticas religiosas, acima de tudo, lugares de manifestações do sagrado e, são, na maioria das vezes, dotada de arquitetura singular, esta que, juntamente com os demais elementos inerentes à religião, revelam importante parte da riqueza cultural brasileira.

Porém, esse tipo de ensino não é devidamente desenvolvido ainda no Brasil devido a uma série de fatores que vão desde a falta de informações na formação docente até as dificuldades enfrentadas em sala de aula na atualidade, causando o entrave da atividade. Nesse sentido, para um efetivo uso da Educação Patrimonial como recurso educacional como suporte pedagógico no processo de ensino-aprendizagem do componente curricular do Ensino Religioso, fazendo-se necessário um aprimoramento na organização macro da educação nacional, como desenvolver uma política de formação continuada para a capacitação daqueles docentes que pretendam se valer de ações envolvendo o a valorização do patrimônio material e imaterial e o processo pedagógico, bem como aumentar os subsídios financeiros para projetos voltados para a atividade (BEZERRA, 2006).

As discussões a respeito desse tema ainda estão em processo de amadurecimento no Brasil, mas apresentam um crescimento a cada ano graças às discussões a respeito da educação patrimonial, base para a formação integral do ser humano, que requer uma educação ampla e consciente, a qual pode ser enriquecida pelas possibilidades educativas

através da valorização do patrimônio material e imaterial. Com isso, mesmo possuindo uma rica cultura, apresentando diversos patrimônios materiais e imateriais, muitos alunos ainda os desconhecem. Segundo relatado pelos educadores, um dos motivos pode ser a naturalidade deles perante aos patrimônios históricos, somado ao descaso da importância de tomar conhecimento da cultura local.

Assim, este estudo não pretende esgotar o tema proposto, mas oferecer pontos de vista importantes para a realização de novos estudos que possibilitem maior diálogo entre os atores coloquem a atividade em evidência e provoquem mudanças significativas no modo de ensinar nas escolas contemporâneas.

CONCLUSÃO

A discussão levantada e analisada sobre educação patrimonial possibilita o desenvolvimento de ações e estratégias na educação brasileira, tornando-se necessário a promoção de práticas pedagógicas que direcione aos estudantes estes conceitos de Patrimônio e sua importância. A partir disso é (re)conhecida a identidade cultural que se passa a valorizar e preservar aquilo que reconhece como parte de si. A inserção dos professores antes mesmo da prática pedagógica direcionada aos estudantes, fortalece ainda mais o conhecimentos dos principais conceitos relativos ao tema, num processo interdisciplinar transversal.

Sendo assim, através do projeto de intervenção realizado na Escola Municipal São Cristóvão, foi possível constatar que Educação Patrimonial gerou situações de aprendizado acerca do patrimônio cultural religioso presente no município, criou nos alunos o interesse na resolução de questões relevantes para sua própria vida, tanto pessoal quanto coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente no qual estão inseridos cria oportunidades de gerar nos alunos sentimentos de curiosidade e surpresa, conduzindo-os a buscar mais conhecimento sobre eles. Dessa forma, pode-se analisar a “o sentimento de identidade, memória e pertencimento”.

O estudo dos recursos culturais, desenvolveu a motivação para a compreensão e preservação do patrimônio material e imaterial de São Cristóvão-SE. Em suma, a Educação Patrimonial pode e deve ser incluída nos currículos escolares, levando à comunidade escolar ao resgate e preservação do Patrimônio Cultural.

Além disso, tendo em vista a diversidade religiosa dos educandos. A visita ao centro histórico permitiu conhecer os patrimônios presentes na cidade de São Cristóvão e assim, acabou possibilitando ao educador mediador desenvolver atividades com diversas competências e habilidades do currículo escolar, construindo um percurso metodológico de grande potencial de aprendizagem educacional. Logo, percebe-se que a Educação Patrimonial pode ser trabalhada de forma interdisciplinar no espaço da instituição escolar, assim como nos espaços não formais da educação.

Como foi relatado pelos docentes, à falta de interesse por parte de certos alunos, bem como a falta de material e apoio logístico, pode dificultar ainda mais a implementação

da Educação Patrimonial para os alunos. No entanto, alternativas interdisciplinares podem intervir como meio para estimular a interação entre os alunos ao entrar em contato com a história do local.

Outro ponto pertinente é o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial na construção de materiais didáticos, seja em ambiente escolar, de memória e sociedade, com a finalidade de auxiliar na disseminação de práticas de preservação, valorização e informação a respeito do patrimônio cultural material e imaterial religioso de São Cristóvão-Sergipe.

No geral, o presente trabalho ocupa uma posição de importância, principalmente na contribuição para novas pesquisas, não somente em São Cristóvão–Sergipe, mas em outros municípios e regiões. Além de tudo, instiga a comunidade escolar e acadêmica a conhecer e identificar o patrimônio cultural material e imaterial religioso, assumindo uma função inspiradora e de referência ao desconhecimento histórico por parte do corpo discente. Repercutindo de forma influente, a pesquisa interfere de forma positiva no conhecimento sobre os patrimônios históricos e sua relação com o Ensino Religioso, não só na esfera educacional, mas como também na sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

- ALBA, M. **Representações Sociais e memória coletiva**: uma releitura. In: ALMEIDA, A. M. de O.; SANTOS, M. F. S.; TRINDADE, Z. A. Trindade (Org.). Teoria das Representações Sociais: 50 anos. Brasília: Technopolitik, 2014.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- ANDRADE, Péricles. **As Ciências da Religião em Sergipe**: Instituição e Tensões no Campo Científico. In: ROSSI, Luiz Alexandre; JUNQUEIRA, Sérgio (orgs.). Religião, Direitos Humanos & Laicidade. São Paulo: Fontes Editorial, 2015. p. 163-164.
- ARAGÃO, I. R. **O imaginário da Cidade de São Cristóvão**: patrimônio, turismo cultural e elementos em pedra calcária, no centro antigo. Turismo & Cidades, São Luís, v. 1, n. 1, jan./jun. 2019. p. 39-56.
- ARANTES, A. A. **O patrimônio cultural e seus usos**: a dimensão urbana. Habitus, v. 4, n. 1, p. 425-435, 2006.
- ASSMANN, A. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO, D.; ARAGÃO, I. R. **Turismo e singularidade no Conjunto Franciscano da Praça**: São Cristóvão/ SE. Revista Eletrônica de Turismo Cultural, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 4-22, 2010.
- BANDEIRA, L. A. M. **O feudo – A Casa da Torre de Garcia D’Ávila**: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2015.
- BARCELLOS, L. A.; AQUINO, P. M. P.; FERREIRA, V. C. A Literatura de Cordel: Um Recurso Inovador nas Aulas de Ensino Religioso. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 43, p. 388-405, 2020.
- BARCELLOS, L. A. et al. O ensino religioso no Estado Laico Brasileiro e a Lei Municipal 7.280/2019. **Estudos de Religião**, v. 35, n. 1, p. 127-150, jan.-abr. 2021.
- BARRETO, Euder Arrais [et. al.]. **Patrimônio cultural e educação**: artigos e resultados. Goiânia, 2008.
- BITTENCOURT, C. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- BONFIM, L. A. S. PROMESSA, Milagre e Sacrifício: Aspectos da Fenomenologia Religiosa do Dom e a Permanência do Impasse do Pagador de Promessas. **Tear Online**, v. 9, n. 1, p. 04-18, jan.-jun. 2020.

BONFIM, L. A. S. Da metaetnografia às expedições etnográficas pelo nordeste do Brasil: Recursos e percursos para a atualização de fontes sobre devoções populares. **Revista Caminhando**, v. 27, p. 1-30, jan./dez. 2022.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 34-41.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo no 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994, Brasília, Brasil Câmara dos Deputados, Edições Câmara - 2012, 1988. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 março de 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm > Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base (mec.gov.br) Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Lei Nº 9.394/96. Diário Oficial da União, 20/12/1996. BRASIL. Emenda ao Art. 33 da LDB 1996. Lei Nº 9.475/97. Diário Oficial da União 23/07/1997.

BRASIL. Decreto nº 7.107, de 2010. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé de 2008**. Brasília: Senado Federal, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7107-11-fevereiro-2010-602309-publicacaooriginal-123632-pe.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf .Acesso em 30 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resumo Técnico do Estado de Sergipe Censo da Educação Básica 2020**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_de_sergipe_censo_da_educacao_basica_2020.pdf. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: **Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.403, publicada no D.O.U nº 249 de 28 de dezembro de 2018, Seção 1, pág. 131. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2019-pdf/105531-rcp005-18/file>. Acesso em 30/09/2023

BURKE, P. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRUSADIN, L. B.; PIRES, M. C. (orgs). **Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** São Paulo: Editora Outras Expressões, 2012.

CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume Editora, 2009.

CASTRO, B. **Patrimônio cultural plural e singular:** a dupla face da mesma moeda. In: COSTA, E. B.; CASTRO, C. M. A prática de pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHAVES, E. O. **Educação patrimonial e ensino de história:** potenciais do uso de documentação arquivística. *História& Ensino*, Londrina, v. 19, n. 2, p. 59-85 jul./dez., 2013.

CHAGAS, M. **Educação, museu e patrimônio:** tensão, devoração e adjetivação. *Dossiê Educação Patrimonial*, n.3, Iphan, jan/fev. 2006. Acesso em: 24 jun.2021.

CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

COLEBROOK, C. The intensity of the archive, in: CRAPS, S. et al. **Memory studies and the Anthropocene:** A roundtable. *Memory Studies*, v. 11, n. 4, p. 498 –515, 2018.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei n. 9475**, de 22 de julho de 1997. Brasília, 1997. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824.

CONGRESSO NACIONAL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

COSTELLA, Domenico. **O fundamento epistemológico do ensino religioso.** In: JUNQUEIRA, S. A.; WAGNER, R (Org.). *O ensino religioso no Brasil.* 2. ed. rev. e ampl. Curitiba: Champagnat, 2011. (Coleção Educação: Religião; 5). Parte 2.

CUNHA, C. B.; BARBOSA, C. **O ensino religioso na escola pública e suas implicações em desenvolver o senso de respeito e tolerância dos alunos em relação aos outros e a si próprios.** Sacrelegens, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 164-181, 2011.

CRAPS, S. et al. **Memory studies and the Anthropocene: A roundtable.** Memory Studies, v. 11, n. 4, p. 498 –515, 2018.

CRESPO, D.; RODRIGUES, D.; JORGE, E. **Debatendo identidades.** In: PINEZI, L. (org.). Sem Preconceito: conversas sobre religião e ciência. São Paulo: EdUFABC, 2015.

ELIADE, M. Aspects du mythe. Paris, 1963.

_____. **O sagrado e o profano: a essência das religiões.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FENTRESS, J.; WICKHAM, C. **Social memory: new perspectives on the past.** Cambridge: Blackwell, 1992.

FERNANDES, Simone Monteiro Silvestre. (Org.) **Sentidos urbanos: patrimônio e cidadania,** 2009. Fórum Juvenil do Patrimônio Mundial, Brasília, Brasil, 2010. Resultados [sl: sn, 2010].

FERREIRA, C. G. **O conceito de clássico e a pedagogia histórico-crítica.** In: MALANCHEN, J.; MATOS, N. S. D.; ORSO, P. J. A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 63-79.

FISCHMANN, R. Estado Laico. São Paulo: Memorial da América Latina, 2009.

FLORÊNCIO, Sônia. Et al. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** 2 ed. Rev. Ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2º ed. Ver. Ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

FONAPER. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Religioso. 2. ed. São Paulo: Mundo Mirim, 2009.

FREIRE, Paulo. **Conscientização teoria e prática da libertação:** Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 62 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 21º vermelho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GASPARIN, J. L. Aprender, Desaprender, Reaprender. 2005. Texto digitalizado GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed, São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas / EAESP / FGV, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em 12 dezembro. 2021.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1975.
GRAVARI-BARBAS, M. **O sangue e o solo**. O patrimônio, fator de pertencimento de um território urbano. Geosaberes. Fortaleza, v. 5, número especial 1 p. 3-23, dez. 2014.

GRESCHAT, H-J. **O que é ciência da religião?** Trad. Frank Usarski. São Paulo: Paulinas, 2005.

GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de educação**. Brasília: IPHAN, 2007.

_____. **Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais**. Cadernos do CEOM, v. 14, n. 12, p.159-180, 2000. Disponível em: <http://goo.gl/0LJ8xi>. Acesso em: 22 novembro 2022.

_____. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília: IPHAN, 2007. Disponível em: <http://goo.gl/35Mw4k>. Acesso em: 28 novembro. 2022.

GUIMARÃES, S. **Didática e Prática de Ensino de História**. 13.ed. ver. e ampl. Campinas: Papirus, 2012.

HABERMAS, J. Racionalidade e Comunicação. Lisboa: Edições 70, 1996.

HABERMAS, J J. Teoria do agir comunicativo 1: Racionalidade da ação e racionalização social. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOLMES, M. J. T.; SILVEIRA, H. C.; BARCELLOS, L. A. A identidade pedagógica do ensino religioso: no currículo do ensino fundamental. **Revista Tempo Amazônico**, v. 7, n. 1, p. 150-168, 2019.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

INFONET. **Festa de Sr dos Passos no fim de semana**. 27/02/2010 (Festa de Sr. dos Passos no fim de semana - O que é notícia em Sergipe (infonet.com.br), acessado às 12h45 de 27/08/2022).

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação patrimonial: reflexões e práticas**. / Átila Bezerra Tolentino (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p.: il. color. 30 cm. – (Caderno temático) IPHAN. **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília, 2014.

IPHAN. **São Cristóvão (SE)**. 2014a. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/358/#:~:text=Os%20primeiros%20tombamentos%20ocorre ram%20na, III%2C%20entre%201580%20e%201640](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/358/#:~:text=Os%20primeiros%20tombamentos%20ocorre%20na,III%2C%20entre%201580%20e%201640). Acesso em: 25 mar. 2022.

IPHAN. **Praça São Francisco, em São Cristóvão (SE)**. 2014b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/43>. Acesso em: 25 mar. 2022.

IPHAN. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados - São Cristóvão (SE)**. 2014c. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1462/>. Acesso em: 25 mar. 2022.

JUNIOR, Juracy. **Xaguinandji**. Hoje, toda a nossa família se movimenta para comemorar sua chegada! Disponível em: https://www.google.com/search?q=candombl%C3%A9+Alaroke+em+sao+crisov%C3%A3o+sergipe&sca_esv=571066675&hl=pt-R&tbm=isch&sxsrf=AM9HkKn6gCprsBgYGei_O C79nT. Acesso em: 25 mar. 2022.

JUNQUEIRA. **Estudo e reflexão sobre a linguagem no Ensino Religioso**. REVER, v. 18, n. 2, 2018.

LARAIA, R. B. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro. Editora Jorge Zahar, 2001.

SMITH, L. JANE (2006). **Usos do Patrimônio**. Nova York: Routledge.

LICATA, L. et al. **Perceived out-group (dis)continuity and attribution of responsibility for the Lebanese civil war mediate effects of national and religious subgroup identification on intergroup attitudes**. Group Process. Intergroup Relat. v. 15, p. 179-192, 2012.

LICATA, L.; MERCY, A. **Collective memory, social psychology**. IN: WRIGHT, J. D. (orgs). **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**; v. 4, 2. ed, Oxford: Elsevier, 2015.

LIMA, L. C. **Apresentação da seção temática-privatização da educação no contexto da(s) “terceira (s) via(s)”**: uma caracterização em análise. Currículo Sem Fronteiras, v. 13, n. 2, p. 177-81, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://curricul.osemfronteiras.org/vol13iss2articles/apresentacao.pdf>. Acesso: 22 mai. 2022.

LIMA, L. N. M. **Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência**. 2017. 394 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MACHADO, B. F. V. **A memória cognitivo-discursiva: entre discurso, psicanálise e cognição**. Revista de Estudos da Linguagem, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, p. 225-255, 2016.

MARQUES, J.P. **Além da história, a tradição oral: considerações sobre o ensino de história da África na educação**. Educação & Formação. Fortaleza, v. 2, nº 5, maio/ago., p.164-182, 2017.

MARSIGLIA, A. C. G.; PINA, L. D.; MACHADO, V. O.; LIMA, M. A Base Nacional Comum Curricular: **um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil**. Germinal: **Marxismo e Educação e Debate**, v. 9, n. 1, p.107-121, abr. 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21835>. Acesso em: 26 maio 2022.

MARTINS, S. D. **A Memória de um Lugar: discursos e práticas identitárias na Freguesia do Castelo em Lisboa**. 2011. 221f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – ISCSP/Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2011.

MICHALISZYN, M. S.; TOMASINI, R. **Pesquisa, orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2012. MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; Câmara de Educação Básica. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. **Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: Acessos em: 7 nov. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 29 out.2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO (2018). Resolução nº 5, de 28 de dezembro de 2018. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de licenciatura em Ciências da Religião e dá outras providências**. Disponível de <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2019-pdf/105531-rcp005-18/file/>. Acesso em 30 setembro. 2023

SERGIPE, Governo do Estado de. **Resolução Nº 019/2003/CEE**, 08 de maio de 2003.

MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

NEWBILL, M. A. **Patrimonio, territorio y memoria: análisis desde el Distrito Histórico de Panamá**. PatryTer– Revista Latino-americana e Caribenha de Geografia e Humanidades, v. 2, n. 3, p. 37-48, 2019.

OLIVEIRA, H. R.; SENAPESCHI, A. **A Escola:** um projeto visando ao ensino interdisciplinar e transversal. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos/INEP, v. 82, n. 200/201/202, dezembro/janeiro – 2013.

OLIVEIRA, R. F. **Cidades em transformação:** reflexões acerca do patrimônio cultural na América Latina. Anais... XVII Encuentro de Geógrafos de America Latina (EGAL). Equador. Quito, EGAL, 2019.

OLIVIA-NETA, LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORIÁ, R. **Educação patrimonial:** conhecer para preservar. 2015. Disponível em www.minc.gov.br. Acesso em 10 dezembro 2022. Origem da palavra patrimônio, dicionarioetimologico.com.br/2008-2023. Disponível em: <
<https://www.dicionarioetimologico.com.br/patrimonio/>> Acesso em: 20, 05 e 2023.

PELEGRINI, Sandra. C. A. **Patrimônio cultural: Consciência e preservação.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

PERALTA, E. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica.** Arquivos da Memória, v. 2(Nova Série), p. 4-23, 2007.

PREFEITURA SÃO CRISTÓVÃO. **Bricelet produzido em São Cristóvão é Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Sergipe.** Dez. 2021. Disponível em: <https://publicacao.saocristovao.se.gov.br/post/bricelet-produzido-em-sao-cristovao-e-patrimonio-cultural-imaterial-do-estado-de-sergipe>. Acesso em: 26 mar. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO. **A relação de fé ao Senhor dos Passos e o Museu dos Ex-votos.** 08/03/2022 (Viva Cidade: a relação de fé ao Senhor dos Passos e o Museu dos Ex-Votos (saocristovao.se.gov.br) acessado às 09h08 de 28/08/2022).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Diversidade religiosa e direitos humanos.** 2004. Disponível em: www.presidencia.gov.br/sedh. Acesso em 16 de maio de 2008.

RANQUETAT Jr, Cesar Alberto. A implantação do novo modelo de ensino religioso nas escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul: laicidade e pluralismo religioso. 2007. 153 f. Tese de pós-graduação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

REVER - **Revista de Estudos da Religião** - ISSN 1677-1222, [S.l.], v. 15, n. 2, p. 140-149, dez 2015. ISSN 1677-1222.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem Cultural e Patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
RISÉRIO, A. **Uma história do povo de Sergipe.** SEPLAN: Aracaju, 2010.

RODRIGUES, D. **Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica.** Revista Ubimuseum, v. 1, p. 45-52, 2012.

SANTOS, M. S. **Memória coletiva, trauma e cultura: um debate.** Revista USP, v. 98, 2013. SANTOS, Joe Marçal G.; JUNQUEIRA, S. R. A. Ensino Religioso e sua complexidade perante a BNCC. 2018. TILLICH, Paul. SAVIANI, D. **Do senso comum a consciência filosófica.** 14. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SCHMIDT, M. A. **O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica.** In: MONTEIRO, A. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. de S. (Org.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas.** Rio Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.

SCIFONI, S. **A UNESCO e os patrimônios da humanidade: valorização no contexto das relações internacionais.** In: JACOBI, P; FERREIRA, L. C. (org.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil.** São Paulo: Annablume, 2006.

SCIFONI, S. **Educação e patrimônio cultural: reflexões sobre o tema.** In: TOLENTINO, Átila B. (org.). **Educação patrimonial: reflexões e práticas.** João Pessoa: Iphan, 2012.

SE NOTÍCIAS. **Festa do Senhor dos Passos acontece neste final de semana em São Cristóvão.** 06/03/2020 (Festa de Senhor dos Passos acontece neste final de semana em São Cristóvão | Se notícias, acessado às 10h32 de 27/08/2022).

SEMINAR/ BRASIL-ALEMANHA, Chapeco. Autumn 2014 Unoesc International Legal Seminar: **Dignidade e proporcionalidade na Teoria de Robert Alexy.** Joacaba: Editora Unoesc, 2014.

SILVA, E. M. **Religião, diversidade e valores culturais: conceitos teóricos e a educação para a cidadania.** Revista de Estudos da Religião, n. 2, p. 1-14, 2004.

SILVA, Marcos. **O Ensino Religioso em Sergipe:** discurso pluralista, conteúdo confessional. In: JUNQUEIRA, Sérgio (org.). **Ensino Religioso no Brasil.** Florianópolis: Editora Insular/ANPTECRE, 2015. p. 535-545.

SILVA, Marcos; ANDRADE, Péricles. **Princípios básicos para o Ensino Religioso a partir do caso do curso de Ciências da Religião da UFS.** Ano: 2012, vol.15, nº 2, v. 15 n. 2 (2015): Ensino Religioso: Ciência da Religião aplicada/Seção Temática.p. 140-149.

SOARES, A.; MARTINS, J. **Patrimônio cultural como dignidade cultural: declaração sobre as responsabilidades das gerações presentes em relação às gerações futuras.** IN: AUTUMN 2014/UNOESC INTERNATIONAL LEGAL STIGAR, R. A construção do Ensino Religioso na atual LDB. Último Andar, n. 18, p. 3-12, 2010.

TOLEDO, C. A. A.; AMARAL, T. C. I. Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino religioso nas escolas públicas. Revista Linhas, Florianópolis, v. 6, n. 1, 18 p. 2005.

TOLENTINO, Á. B. (Org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. Caderno Temático 2. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012.

TOSTES, Patrícia da Silva Gouvêa et al. **Ensino religioso no espírito santo e os benefícios da diversidade cultural religiosa**. 2014.

UFS. Resolução n. 30/2011/CONEPE. Aprova o **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências da Religião Licenciatura**, presencial e dá outras providencias. São Cristóvão-SE, 13/06/2011.

VASCONCELOS, Teresa. **A importância da educação na construção da cidadania: Saber(e)Educar**. Porto: ESE de Paula Frassinetti, n.12, p.109-117, 2007.

VILLAS BÔAS, L. **História, memória e representações sociais: por uma abordagem crítica e interdisciplinar**. Cadernos de Pesquisa, v. 45, n. 156, p. 244-258, 2015.

VILAS-BOAS, M. L.; BRETTAS, Anderson Clayton Ferreira. **ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL**. 2016.

WEBER, R.; PEREIRA, E. M. Halbwachs e a Memória: **Contribuições à história cultural**. Revista Territórios e Fronteiras, v.3 n.1, p.104-126, 2010.

APÊNDICE A- APOSTILA PARA CORPO DOCENTE

**MESTRADO EM CIENCIAS DA RELIGIÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.
JOSÉ JAIRO SANTOS LIMA**

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PRÁTICAS DOCENTES PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO-SE

PROJETO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

TEMA: Estratégias da educação patrimonial abordando o vasto patrimônio cultural religioso de São Cristóvão SE na consolidação da experiência do ensino religioso.

APRESENTAÇÃO

Este projeto visa fazer com que a educação patrimonial seja reconhecida como um processo participativo entre escola e comunidade em uma transmissão de conhecimentos, ressaltando seus conceitos e valores promovendo uma visão crítica e ao mesmo tempo conservadora sobre o patrimônio religioso de São Cristóvão-Sergipe. No âmbito escolar a Educação Patrimonial parte de um princípio que é levar os sujeitos, sejam eles crianças e/ou adultos a um processo ativo de conhecimento, preservação e valorização de sua herança cultural, promovendo a geração e a produção de novos conhecimentos para sua formação cultural.

Dessa forma, com a preocupação em trabalhar a respeito Patrimônio Cultural e uma educação de qualidade na formação do sujeito, é preciso analisar a diversidade de espaços como importantes instrumentos educativos. Desde modo, o Patrimônio Cultural, que abrange todos os bens de natureza material e imaterial que façam referência à identidade e à memória de uma sociedade em particular, é, na atualidade, importante instrumento pedagógico, formal ou não-formal, para o exercício da cidadania.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto consiste em provocar no aluno situações de aprendizado sobre o processo cultural. Através da Educação Patrimonial, o ensino e aprendizagem pode ser dinamizado e expandido, muito além do ambiente escolar, inserindo a comunidade neste processo, permitirão os alunos e a comunidade conhecer lugares, histórias, objetos, monumentos e tradições que foram ou são importantes a sua história. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os conhecer sobre o que é um bem cultural e patrimonial. Nesse sentido podemos falar na “necessidade do passado enquanto memória”, para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. Portanto, a proposta da Educação Patrimonial na escola é envolver a comunidade escolar no reconhecimento e valorização dos bens culturais material e imateriais formam o patrimônio cultural religioso, e que estão bem ao nosso lado. No entanto, o trabalho de educação patrimonial torna-se imprescindível para a adequada proteção do patrimônio do nosso município.

OBJETIVOS

- Promover o reconhecimento e valorização por parte dos educandos, educadores e comunidade, de seu Patrimônio Cultural religioso;
- Conscientizar educandos, educadores e comunidade para a necessidade de preservação do Patrimônio Cultural;
- Desenvolver ações educacionais que permitam o acesso dos educadores, educandos e comunidade aos conceitos importantes sobre Patrimônio Cultural e sua Preservação;

DESENVOLVIMENTO

O Projeto será dividido em 3 encontros, decompondo atividades teóricas e práticas, norteadas para o planejamento e para a produção de atividades, mesclando momentos teóricos com saídas de campo, totalizando 6 horas presenciais.

O primeiro momento ocorrerá um minicurso para os professores da Escola Municipal São Cristóvão, localizada na sede do município de São Cristóvão-Sergipe. Esse momento está programado para acontecer dia 04 de novembro de 2022, no turno vespertino atendo aos professores do 6º ao 9º ano do ensino fundamental anos finais. Tendo como grade curricular o exposto abaixo:

Matriz Curricular do Curso

- Patrimônio Cultural;
- Educação Patrimonial;
- Base Nacional Comum Curricular;
- São Cristóvão, história Local e Patrimônio Cultural.

O segundo momento ocorrerá dia 11 de novembro pelo turno da tarde, com os educandos do 6º ao 9º do ensino fundamental anos finais, uma visita guiada.

O terceiro e último momento ocorrerá em dezembro com o feedback dos alunos, apresentando trabalho sobre educação patrimonial e ensino religioso.

O QUE É A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL?

A educação patrimonial é uma ferramenta de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo ler o mundo ao seu redor, orientando-o a compreender o universo sociocultural e a trajetória histórico-temporal em que se encontra. (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 6).

Sobre Educação Patrimonial qual a sua importância?

A **Educação Patrimonial** procura descobrir os valores, costumes, hábitos, aspectos da vida, lendas, cultura material e particularidades do ambiente, a fim de revitalizá-los para que toda a comunidade tenha acesso a essas informações.

Qual o objetivo do Programa de Educação Patrimonial?

A **Educação Patrimonial** promove um melhor aprendizado para a memória cultural, despertando nos alunos o interesse de conhecer a identidade local através dos traços do passado.

Como são feitas as experiências de Educação Patrimonial?

A **educação patrimonial** faz-se através da participação dos alunos e famílias através da criação **experiências** significativas mobilizadas pelos patrimônios das comunidades. Ativam os saberes, os modos de fazer e estar e as relações com o mundo e com os outros.

PATRIMÔNIO

Patrimônio ou patrimônio cultural é o conjunto de todos os bens, manifestações populares, cultos, tradições tanto materiais quanto imateriais, que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica e cultural de uma região adquirem um valor único e de durabilidade representativa simbólica/material.

O IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, é uma autarquia federal criada na década de 1930 (13 de janeiro de 1937) com o objetivo de proteger “... bens de natureza tangível e intangível, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, a ação, a memória dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, os quais incluem:

- I. Formas de expressão;
- II. Os modos de criação, fabricação e vida;
- III. Criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV. Obras, objetos, documentos, edifícios e outros espaços destinados a eventos artísticos e culturais.

V. Complexos urbanos e locais de valor histórico, panorâmico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”.

Esse extrato faz parte do artigo 216 da Constituição Brasileira, que estabelece com o poder público, com o apoio da sociedade, o dever de cuidar da herança brasileira, por isso foi criado o IPHAN.

O IPHAN é responsável pela preservação, identificação, inspeção, revitalização, restauração e publicidade dos bens culturais do Brasil. Para tanto, o IPHAN mantém parcerias com diversas instituições, ONGs, associações e fundações com as quais mantém mais de **20.000 prédios e 83 centros e complexos urbanos classificados**, além de um

cadastro com aproximadamente **12.000 sítios arqueológicos**, mais de **um milhão de objetos e 250.000** volumes bibliográficos. De acordo com IPHAN (2012) podemos classificar o Patrimônio por sua natureza Material ou Imaterial:

Patrimônio Material: Segundo Decreto-Lei nº25\1937 é um conjunto de bens culturais moveis e imóveis existentes no país que seja de interesse público e vinculado a fatos memoráveis da história do Brasil e por seu imenso valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico e artístico.

Patrimônio Imaterial: Segundo o IPHAN, o Decreto nº 3.551 foi criado em 04 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Definido pela

Organização das Nações Unidas para Educação e Cultura (UNESCO) como; práticas, expressões, conhecimentos e técnicas- também lugares culturais onde as comunidades ou grupos reconhecem como parte de grande valor como seu patrimônio cultural. Podemos citar; canções, religião ou crença, costumes e valores de caráter sentimental tal como alguma prática que deva ser passada de geração a geração. (FERNANDES, 2010)

A BNCC e a Educação Patrimonial

O Ensino Religioso, a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), **passa a se constituir como uma área do conhecimento**. Assim como as demais áreas do conhecimento, possui objetivos, habilidades e competências que precisam ser consolidadas durante o processo formativo dos estudantes.

A BNCC está em consonância com as exigências dos organismos internacionais, da Constituição Federal de 1988, da Diretriz Nacional de Educação e da Lei de Bases de 1996, e dos três objetivos do Plano Nacional de Educação – PNE. 2014-2024 - e que em sua produção e organização, há membros de associações científicas representativas de diversas áreas do conhecimento em universidades públicas, o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED -, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME - e representantes do setor privado participante, nomeadamente a Classe Empresarial da ONG Movimento pela Base Nacional Comum (MARSIGLIA; PINA; MACHADO; LIMA, 2017).

Competências específicas de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental	
1.	Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2.	Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3.	Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4.	Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5.	Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6.	Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

(BRASIL, 2017, p. 437)

DESVELANDO O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO CRISTÓVÃO -SE.

A cidade foi inscrita no Cadastro Nacional Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 23 de janeiro de 1967 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Em nível estadual, a cidade foi elevada à categoria de Cidade Histórica por meio do Decreto nº 1. n.º 94, de 22 de junho de 1938, do Governador e Interventor Eronildes Ferreira de Carvalho.

O 1º o monumento tombado pelo IPHAN no estado de Sergipe em 1941. A Igreja e Convento de Santa Cruz, ou São Francisco, também abriga o Museu de Arte Sacra.

A Igreja e Convento de Santa Cruz



Fonte: <https://abrajtnacional.com.br/sao-cristovao-se-treze-motivos-para-visita-la>.

O 2º monumento foi tombado em 1943, Matriz de Nossa Senhora da Vitória, Igreja do Rosário dos Homens Pretos e Conjunto Carmelita (incluindo a Igreja e Mosteiro do Carmo, e a Igreja da Ordem Terceira, mais conhecida como Igreja de Nosso Senhor dos Passos).

Matriz de Nossa Senhora da Vitória



Fonte: <http://www.geoimagens.com.br/buscar-imagens/igreja/igreja-n-sra-da-vitoria-s-cristovao-se>.

Igreja do Rosário dos Homens Pretos



Fonte: Foto: Secom/PMSC

Conjunto Carmelita (incluindo a Igreja e Mosteiro do Carmo, e a Igreja da Ordem Terceira, mais conhecida como Igreja de Nosso Senhor dos Passos).



Fonte: Prefeitura de São Cristóvão–SE

Em 1944, foi a vez da **Igreja e Antiga Santa Casa de Misericórdia**, hoje conhecida como **Lar Imaculada Conceição**.

Lar Imaculada Conceição.



Fonte: <https://www.sergipeturismo.com/igreja-da-misericordia/>

Em 1962, a **Igreja do Amparo dos Homens Pardos**.



Fonte: Prefeitura de São Cristóvão-SE

Além dos monumentos tombados pelo IPHAN, o governo do estado tem realizado o mesmo procedimento nos museus estaduais por meio da Lei de 2003. No entanto, de acordo com o nº 94 desde 1938.

Em 1º de agosto de 2010, em Brasília, o comitê do patrimônio mundial da Unesco (organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura) declarou a praça São Francisco em São Cristóvão (se) como o mais novo Patrimônio Cultural da Humanidade.

Com a decisão anunciada pelo ministro da cultura em Juca Ferreira, o número de sítios declarados patrimônio da humanidade no Brasil subiu para 18.



Fonte: Secom São Cristóvão

Lei n. 8931/2021, ao qual estabelece que o biscoito **Bricelet** é Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe.

Biscoito Bricelet



Fonte: Prefeitura de São Cristóvão (2021)

A Festa do Senhor dos Passos traz em si muitas das características históricas e culturais matriciais da vida cultural da cidade. A memória popular e eclesiástica afirma que os festejos iniciaram quando, à 200 anos atrás, pescadores da velha capital encontraram no Rio Paramopama a imagem de Nosso Senhor dos Passos à deriva dentro de uma caixa, onde estava indicado que o objeto deveria ser direcionado à “cidade de Sergipe Del Rey”, antiga denominação de São Cristóvão, e a levaram aos Carmelitas. A imagem só deixa a Igreja do Carmo Menor, onde fica, quando da Romaria, durante a Quaresma.

Multidão de fiéis aglomerados na Praça **São Francisco**, o encontro entre o patrimônio material e imaterial, São Cristóvão-SE.



Fonte: SE NOTÍCIAS, 2020

Outro patrimônio cultural imaterial marcante no município, e também de origem católica, é a **procissão de Corpus Christi** e sua exposição de tapetes pelas ruas do centro histórico da antiga capital sergipana.

Procissão de Corpus Christi



Fonte: Ascom / Sec. de Estado da Cultura

Casas religiosas de matriz africana.



Fonte: Facebook

São Cristóvão possui mais de 60 casas de umbanda, candomblé e outras religiões de matriz semelhante (SÃO CRISTÓVÃO, 2022). Esses diversos terreiros expressam a resistência cultural do povo negro, que atravessou o longo período da escravidão seguido da marginalização no pós-Abolição e manteve suas formas de cultura religiosa (RISÉRIO, 2010).

APÊNDICE B - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
(PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS DA RELIGÃO)

ESCOLA MUNICIPAL SÃO CRISTÓVÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, o pesquisador (José Jairo Santos Lima) do projeto de pesquisa intitulado **“(EDUCAÇÃO PATRIMÔNIAL E ENSINO RELIGIOSO: PERSPECTIVAS E OPORTUNIDADES NO MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO-SE)”** a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes. O pesquisador responsável e sua equipe comprometem-se em cumprir as Res. 466/2012 e 510/2016 CNS. Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o(a) participante.

São Cristóvão SE, em ____/____/____.

Entrevistado

Responsável Legal CPF (Caso o entrevistado seja menor – incapaz)

Pesquisador responsável pela entrevista

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO DOS EDUCADORES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - PPGCR MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

PROJETO DE PESQUISA: Educação Patrimonial e Ensino Religioso: perspectivas e oportunidades no município de São Cristóvão-SE

Prezadas (os) Professoras (es):

Este questionário objetiva colher dados para a pesquisa que realizo sobre Educação Patrimonial e Ensino Religioso: perspectivas e oportunidades no município de São Cristóvão-SE. Para atingir o meu objetivo preciso da sua participação que é muito importante, não só para refletir, mas, compreender com mais profundidade essa temática, de modo que possamos contribuir para ampliar e enriquecer esse estudo, que vai possibilitar e comprovar a importância da Educação Patrimonial e Ensino Religioso e, ao mesmo tempo apontar estratégias de ensino para o dia a dia no cotidiano da escola. Conto com sua colaboração. Desde já agradeço.

José Jairo Santos Lima
E-mail: limajairo307@gmail.com
TELEFONE: 079 99943-2318

– DADOS PESSOAIS DAS (OS) DOCENTES:

1-Sexo: _____
2-Idade: _____
3-Formação: _____

4- Quantas disciplinas você ministra e quais são?

5- O que levou você optar por esta área de ensino?

6- Como você enxerga o patrimonial cultural religioso de São Cristóvão-SE, através da educação patrimonial? Dê sua opinião.

- 7- O artigo 33 da Lei 9475/97 cita “O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão, constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”. Dê sua opinião.

- 8- Como as ações estratégicas da educação patrimonial pode melhorar o ensino em sala de aula do próprio ensino religioso, como outras disciplinas, como também a ideia de pertencimento e memória do educando? Dê sua opinião.

- 9- A proposta do minicurso apresentada pelo pesquisador aos docentes desta instituição foi útil, serviu para tornar a pratica do ensino religioso como da educação patrimonial nesta escola.

- 10- Do seu ponto de vista quais os maiores problemas que dificultam o desenvolvimento da educação patrimonial nas escolas?

Agradecemos a sua colaboração.

São Cristóvão-SE, _____ / _____ / _____

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - PPGCR MESTRADO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

PROJETO DE PESQUISA: Educação Patrimonial e Ensino Religioso: perspectivas e oportunidades no município de São Cristóvão-SE

Prezado Educandos

Este questionário objetiva colher dados para a pesquisa que realizo sobre Educação Patrimonial e Ensino Religioso: perspectivas e oportunidades no município de São Cristóvão-SE. Para atingir o meu objetivo preciso da sua participação que é muito importante, não só para refletir, mas, compreender com mais profundidade essa temática, de modo que possamos contribuir para ampliar e enriquecer esse estudo, que vai possibilitar e comprovar a importância da Educação Patrimonial e Ensino Religioso e, ao mesmo tempo apontar estratégias de ensino para o dia a dia no cotidiano da escola. Conto com sua colaboração. Desde já agradeço.

José Jairo Santos Lima

E-mail: limajairo307@gmail.com TELEFONE: 079 99943-2318

1 - IDENTIFICAÇÃO

- 1.1-ESCOLA: _____
- 1.2-Município: _____
- 1.3-Série: _____
- 1.4-Sexo: Feminino () Masculino ().
- 1.5-Religião: _____
- 1.6-Idade: _____

2- Como são as aulas de Ensino Religioso e Educação patrimonial?

3- Qual a sua opinião sobre a importância do patrimônio cultural religioso de São Cristóvão-SE, para a construção da identidade e memória do povo de São Cristóvão-SE.

4-A visitação guiada proposta pelo pesquisador aos educandos da Escola Municipal São Cristóvão, que ocorreu no centro histórico do município de São Cristóvão-SE, trouxe algum benefício, contribui para sua formação? Dê sua opinião.

5-Como você enxerga a Educação Patrimonial na sua escola?

Sua colaboração é muito importante para esta pesquisa.

São Cristóvão-SE, _____ / _____ / _____